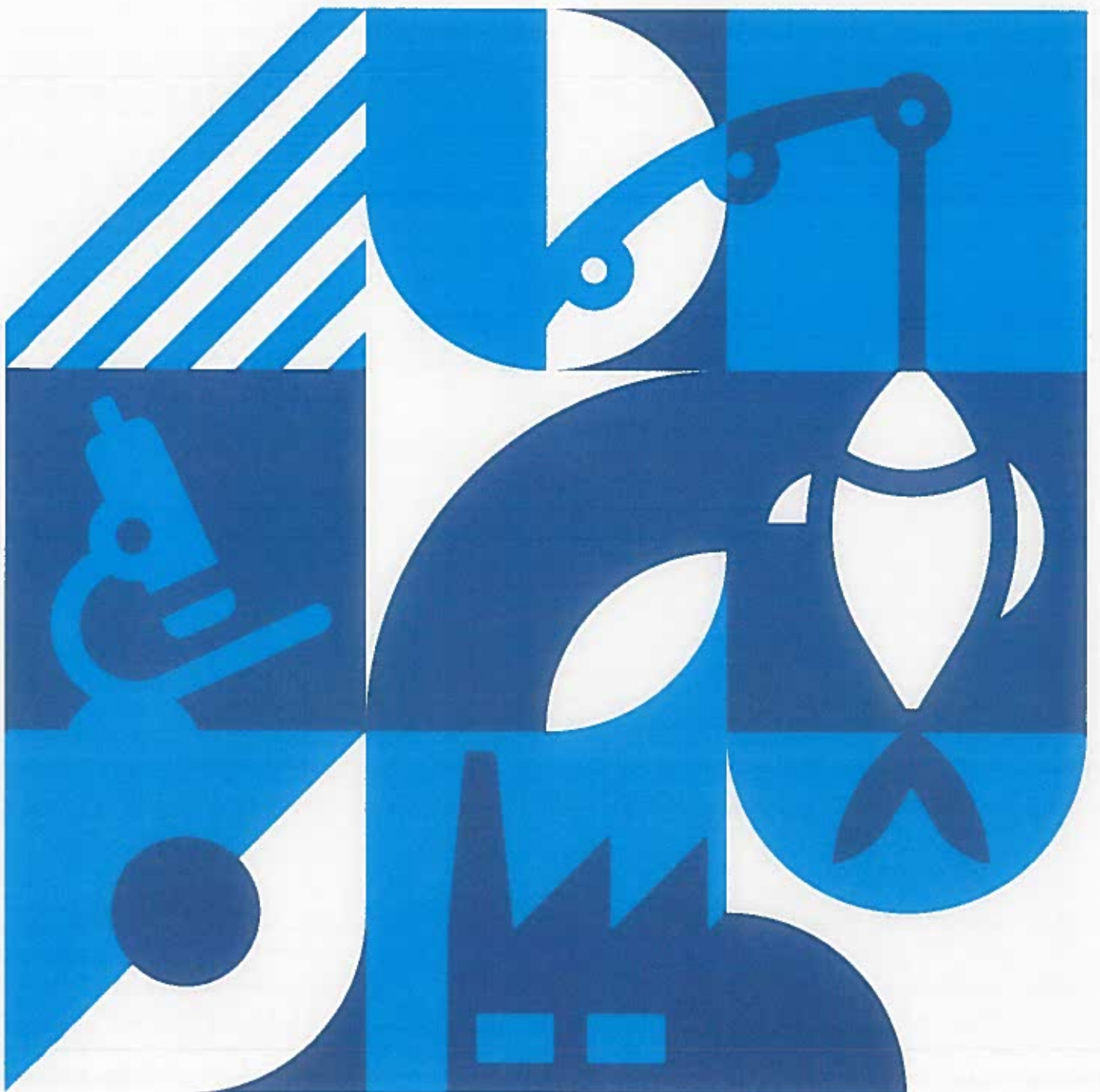
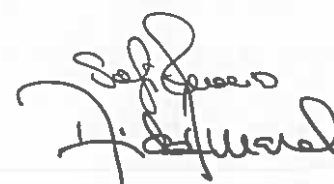


# Relatório & Contas

# 2022





ÍNDICE

<i>A EMPRESA.....</i>	<i>3</i>
<i>LIMITAÇÕES AO PREÇÁRIO.....</i>	<i>36</i>
<i>CONTRATOS PROGRAMA – RAA.....</i>	<i>38</i>
<i>INVESTIMENTOS.....</i>	<i>41</i>
<i>RECURSOS HUMANOS.....</i>	<i>43</i>
<i>RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.....</i>	<i>51</i>
<i>ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</i>	<i>53</i>
<i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>66</i>
<i>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.....</i>	<i>71</i>
<i>ÓRGÃOS SOCIAIS.....</i>	<i>107</i>
<i>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....</i>	<i>114</i>
<i>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....</i>	<i>115</i>



J. da Silva

A EMPRESA

**Informações Gerais**


<b>Designação:</b>	<b>LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, SA</b>
<b>Estatutos:</b>	<b>Decreto Legislativo Regional n.º 19/2005/A, de 22 de julho</b>
<b>Objeto Social:</b>	Realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, distribuição e comercialização do pescado da Região Autónoma dos Açores, exercendo ainda outras atividades que estejam relacionadas, direta e indiretamente, no todo ou em parte com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca. Em conformidade com o artigo 20º. dos estatutos desempenha serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.
<b>Capital Social:</b>	5.150.000 €
<b>NIF:</b>	512 013 322
<b>C.A.E. Principal:</b>	03111 Pescas Marítimas
<b>C.A.E. Secundária:</b>	35302 Produção de Gelo 52101 Armazenagem Frigorífica
<b>Estrutura Acionista:</b>	100% do capital detido pela Região Autónoma dos Açores
<b>Participação Financeira Noutras Empresas:</b>	100% do capital social da empresa SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, SA
<b>Sede:</b>	Rua Eng.º Abel Féris Coutinho, 15, 9500-191 Ponta Delgada (Açores)
<b>Contactos:</b>	Tel.: 296 302 580 Fax: 296 302 589 E-mail: <a href="mailto:info@lotacor.pt">info@lotacor.pt</a> Sítio internet: <a href="http://www.lotacor.pt">www.lotacor.pt</a>

## Objeto e Missão



A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., pertence ao Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores e tem por missão realizar todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, criando, através da exploração das lotas e instalações e/ou equipamentos de refrigeração e congelação, as condições necessárias à produção, distribuição e comercialização do pescado da Região Autónoma dos Açores, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos e núcleos de pesca das nove ilhas do arquipélago, sendo duplamente tutelada pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas e pela Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, que institui a orgânica do XIII Governo Regional dos Açores.

Em conformidade com o artigo 20.º dos seus estatutos, desempenha serviços de interesse público geral a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.

Sendo uma instituição com mais de 40 anos, com 206 trabalhadores, dispersos pelas 9 ilhas, em cerca de 50 freguesias costeiras, tem um papel que vai além do seu pacto social e que é central e transversal a toda a fileira do pescado, como também, e cada vez mais, a outras valências do Mar, o maior recurso da Região Autónoma dos Açores, apoiando decisivamente um dos mais importantes setores exportadores da Economia Regional.

Ao contrário do que é a ideia comum acerca da atividade diária da LOTAÇOR, esta não é uma empresa que compra e vende pescado.

O pescado dos Açores, hoje, chega a todo o Mundo e a LOTAÇOR garante que a sua transação, entre pescador e comprador, aconteça com as melhores condições de higiene e segurança para quem consome os produtos do “Mar dos Açores”, contribuindo todos os dias para valorizar o pescado.

Apoiamos ainda a pesca assegurando os seus descontos para a Segurança Social, a casa para arrumar os aprestos da pesca e o gelo para conservar o pescado a bordo da embarcação.

Gerimos a rede de frio da Região, infraestruturas que são fundamentais para a operação diária da Indústria Conserveira na Região, setor que também acaba por ser um importante apoio à pesca, nomeadamente disponibilizando mais uma alternativa para o escoamento do seu pescado.

A LOTAÇOR é ainda responsável pela operação e manutenção dos equipamentos de alagem e varagem de quem vai para o mar, seja pescador ou não, e é na Lota que são recolhidos uma grande parte dos dados que permitem produzir conhecimento, gerir e decidir sobre a pesca, bem como a Portugal cumprir com as suas responsabilidades de reporte às Instituições Internacionais

Estamos já a trabalhar no futuro, para a implementação das novas realidades de inteligência artificial, o que permitirá, não só tornar toda a nossa atividade mais eficiente e eficaz, mas acima de tudo muito mais segura para os nossos

trabalhadores e clientes dos nossos serviços, das nossas infraestruturas e equipamentos. Queremos modernizar através da digitalização e articulação de cada vez mais tarefas, procedimentos, atividades e funções.

A LOTAÇOR, mais do que por Missão, tem a obrigação em contribuir para a garantia da sustentabilidade dos oceanos e dos recursos marinhos, por isso, estamos a desenvolver um “Plano para a Sustentabilidade” a construir um conjunto de projetos orientados para a conservação do “Mar dos Açores” e para a “Literacia dos Oceanos”, sendo parceiro ativo do programa “Blue Azores”, liderado pela Presidência do Governo dos Açores.

Trabalhamos todos os dias para continuar a ser uma empresa de que os nossos trabalhadores se orgulhem, pelo que continuaremos a investir na formação profissional.

Fomos, Somos e Seremos ainda mais, um pilar de apoio ao desenvolvimento dos Açores, através da adoção das melhores práticas, mais seguras, modernas e inovadoras, em toda a atividade que desempenhamos.

## Conjuntura

O ano 2022 ficou marcado pelos impactos da guerra na Ucrânia na economia global, através do aumento generalizado dos preços da energia, alimentação e da subida das taxas de juro, como medida de combate à elevada inflação que se fez sentir.

De modo a combater o risco de pressões inflacionistas mais persistentes, os principais bancos centrais anteciparam e aceleraram a retirada de estímulos monetários. O BCE elevou os juros de referência num total acumulado de 250 pontos base, deixando a taxa das operações principais de refinanciamento em 2,5% e a taxa de facilidade de depósitos em 2%. Adicionalmente, a autoridade monetária da Zona Euro terminou as compras líquidas de ativos no âmbito dos programas PEPP<sup>1</sup> e APP<sup>2</sup>.

Os Açores apresentaram uma subida acentuada no aumento de preços de bens e serviços, sendo notado com maior impacto no segundo semestre, terminando o ano com uma taxa de inflação anual na ordem dos 5%, onde, se destacam com variações médias positivas as secções “Restaurantes e Hotéis” (+12,13%), pelo forte aumento de preços, sobretudo na época de maior procura turística na nossa região, da qual, essa aceleração, ainda reflete os efeitos da pandemia Covid-19. Constatou-se também, um aumento significativo no setor dos transportes (+9,58%), com maior relevância nos meses de janeiro a julho.

O aumento generalizado dos preços das matérias-primas e custos de produção, levou a uma diminuição acentuada do poder de compra. De acordo com a tabela da taxa média da inflação, disponibilizada pelo SREA, verificou-se ao longo do ano, um aumento significativo na secção de “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” e “produtos alimentares não transformados”, os quais, terminaram o ano, com uma taxa média na ordem dos 9,2% e 7,92% respetivamente.

Através dos dados disponibilizados pelo SREA relativamente ao Indicador da Atividade Económica, podemos constatar que, no 1º e 2º trimestre de 2022, a Região Autónoma dos Açores apresentava sinais de recuperação económica, tendo atingido um máximo de 14,4%, no mês de abril, situação essa que, veio a abrandar com o desenvolvimento da guerra desencadeada pela Rússia contra a Ucrânia, terminando o ano em 2,8%.

O consumo privado na região, registou um acréscimo homólogo de 4,1%, podendo ser explicado pelo declínio da taxa de desemprego. As variações mais positivas ao longo de 2022, registaram-se nas áreas dos transportes marítimos, aéreos e terrestres, fruto do levantamento das medidas implementadas nos anos anteriores para mitigar os efeitos da pandemia e da realização de despesas adiadas, em que havia levado a uma retração no consumo.

A taxa de desemprego anual situou-se nos 6%, representando uma diminuição de 0,6% face ao período homólogo, sendo o sector do turismo, o principal responsável por este efeito.

No ano 2022, as importações atingiram cerca de 176,7 milhões de euros, correspondendo a uma variação anual positiva de 19,9% e as exportações 164,8 milhões de euros, no mesmo período cresceram 26,6%, correspondendo assim a um

<sup>1</sup> Pan-European Personal Pension Product

<sup>2</sup> Asset Purchase Programme

deficit de 12 milhões de euros no comércio internacional de bens. Os produtos alimentares dominam nas transações quer nas importações (54,7%), quer nas exportações (58,9%).

Na saída destacam-se os produtos da pesca, os quais, registaram 19% no total das exportações, representando 7,8 milhões de euros.

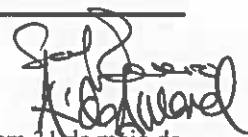
**Fontes:**

Banco de Portugal (BdP) – Boletim Económico, dezembro de 2022

SREA – Boletim trimestral- 4.º Trimestre de 2022



**Participação Financeira – SANTA CATARINA Indústria Conserveira, SA**



A LOTAÇOR é a acionista única da SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, SA., sendo que, em 31 de maio de 2022, foi outorgado o contrato de cessão de exploração por 10 anos, com possibilidade de prorrogação por um período adicional de 5 anos, com opção de compra da unidade fabril desta empresa, estando já previstos neste orçamento, os efeitos deste negócio.

Em agosto de 2022, foi assinada adenda ao contrato, ficando definida como data da efetiva cessão de exploração a de 1 de agosto de 2022, decorrendo de um período transitório até 31 de dezembro de 2022.

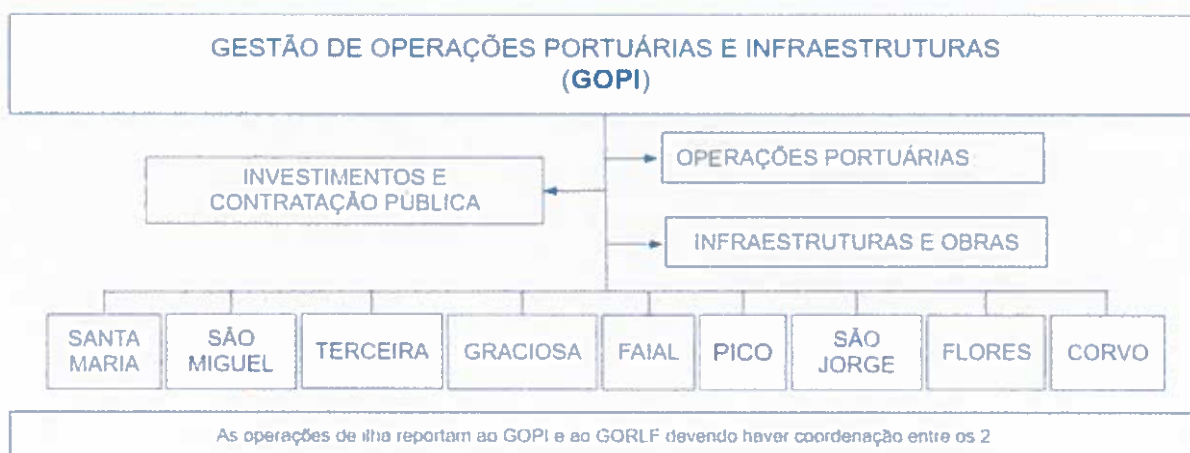
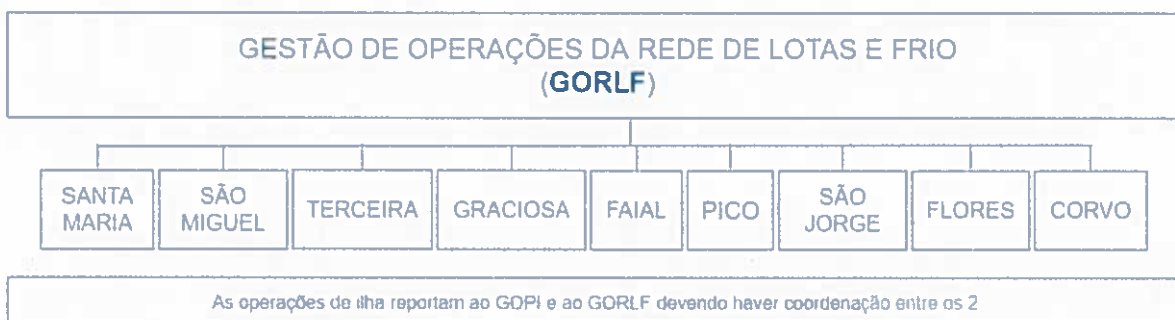
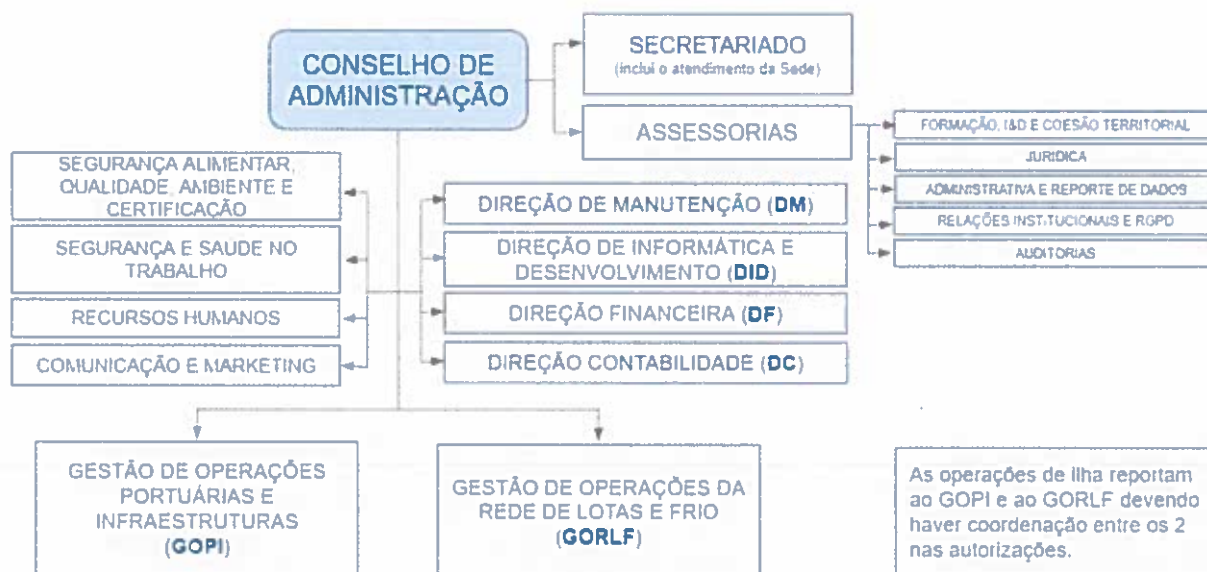
Pela exploração da unidade fabril de SANTA CATARINA é devida uma renda anual fixa em valor igual a 206 mil euros.

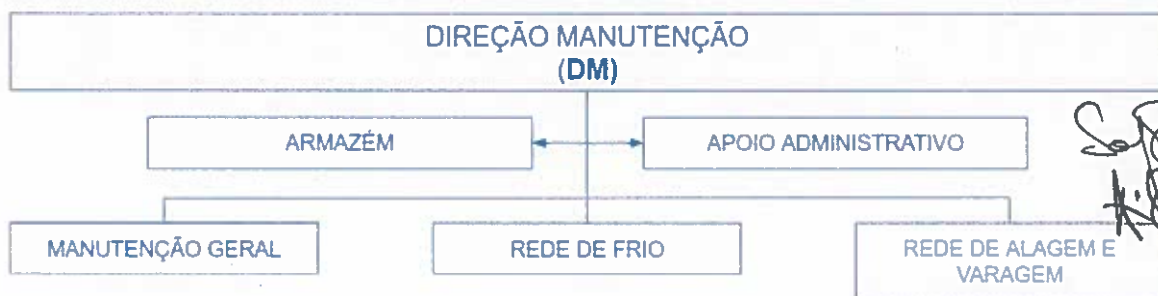
Para além da renda anual fixa, é também, devida uma renda anual variável, calculada sobre o resultado operacional de exploração da unidade fabril de SANTA CATARINA, apurada em função dos resultados do exercício imediatamente anterior e que corresponde a um valor percentual igual a 5%, com o limite mínimo de 50.000,00 euros.

Os efeitos dos resultados e das contas do exercício da subsidiária SANTA CATARINA, estão considerados nas demonstrações financeiras da LOTAÇOR, SA, através da aplicação do método de equivalência patrimonial.

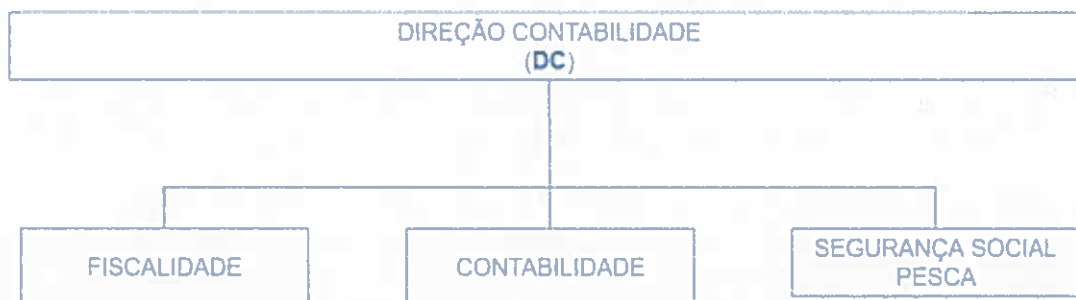
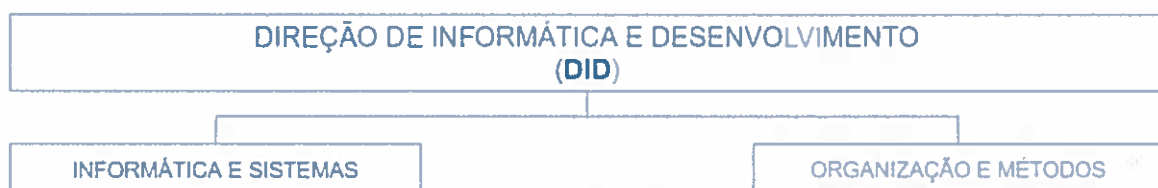
## Organograma

Apresenta-se o organograma em vigor no exercício de 2022:

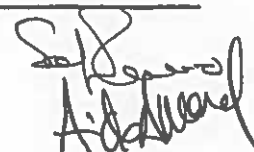




Haverá 2 níveis de manutenção. A pequena manutenção que deve ser assegurada pelos próprios serviços de cada infraestrutura. A manutenção específica assegurada pela DM



## Atividades Desenvolvidas Por Unidade Funcional/Área



### ASSESSORIAS

Os Assessores da LOTAÇOR tiveram a seu cargo, ao longo de 2022, não só todo o apoio relativo à prestação de informações técnicas e jurídicas, como também a preparação de diferentes dossiers, bem como o controlo e acompanhamento dos contratos em que a LOTAÇOR é interveniente dentro da respetiva área de atividade, tendo ainda sido desempenhadas outras tarefas nas respetivas áreas de competência determinadas pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados, manteve-se o trabalho desenvolvido até agora, em todos os assuntos relacionados com a Proteção de Dados Pessoais e realizadas Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) quando necessário.

Também foram desenvolvidos esforços no sentido da LOTAÇOR participar ativamente e desenvolver projetos no âmbito do Desenvolvimento Local e Sustentabilidade.

A comunicação externa da empresa este a cargo da Comunicação e *Marketing*, tendo-se adotado uma estratégia comunicacional que originou uma nova dinâmica ao nível da página na rede social *Facebook*, e a abertura de páginas nas redes sociais *Instagram* e *Linkedin*. Manteve-se, no entanto, a manutenção direta de vários conteúdos da página WEB da empresa nos Assessores, também responsáveis pela comunicação interna.

### GESTÃO DE OPERAÇÕES DA REDE DE LOTAS E FRIO (GORLF)

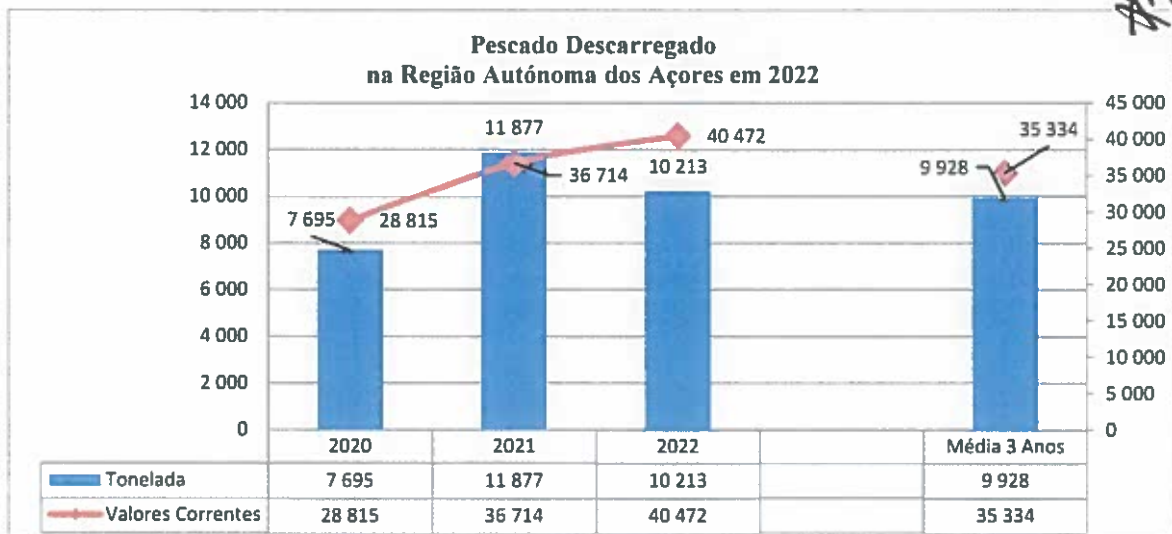
#### Evolução do Pescado Descarregado na Região Autónoma dos Açores

O volume de pescado descarregado na Região Autónoma dos Açores em 2022, registou um decréscimo de 1,7 toneladas, correspondendo a uma variação negativa de 14%, face ao período homólogo. Esta variação, deve-se em grande parte, à diminuição das quantidades descarregadas de tunídeos, que, comparativamente ao período anterior, apresentou uma diminuição de 1,6 toneladas, correspondendo a uma variação negativa 21,39%.

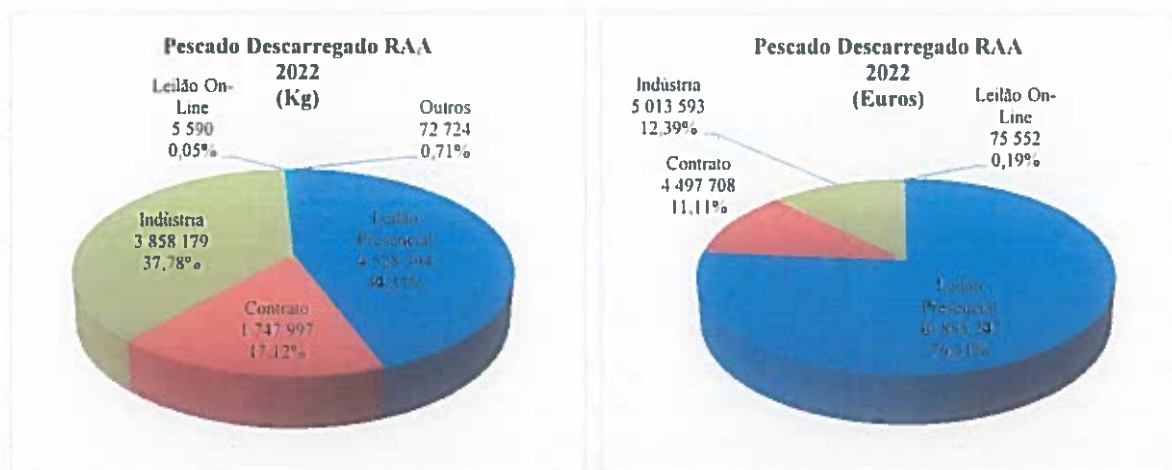
As descargas de tunídeos, têm um peso muito significativo no volume total de pescado descarregado na RAA, correspondendo a mais de 50% do seu total. Em 2021, representou cerca de 63,16% do volume de pescado descarregado e em 2022, embora com o decréscimo verificado, representou cerca de 57,75%.

Em termos de valor do pescado, verificou-se uma variação positiva de 10,2%, tendo contribuído para esta oscilação a variação dos preços médios das espécies mais descarregadas na RAA, onde se destacam as espécies veja (+45,2%), lula (+34,5%) e chicharro (+32,3%).

No gráfico abaixo, mostra-se a evolução das descargas na RAA nos últimos três anos (2020-2022), em que 2022 apresenta-se acima da média dos anos analisados em termos de volume (+2,87%) e de valor (+14,54%).

Em 2022, verificamos que, no total de 11 lotas e 30 postos de recolha, o método de transação de pescado mais utilizado foi o sistema de leilão eletrónico (presencial) que representou 44,34% do volume do pescado descarregado na região, seguindo-se o pescado transacionado por contrato com destino à indústria (37,78%), contrato de abastecimento direto (17,12%), os outros (0,71%), onde, se inclui a caldeirada, pescado rejeitado, pescado retirado e as algas não destinadas ao consumo humano e por fim o leilão *on-line* com 0,05%.

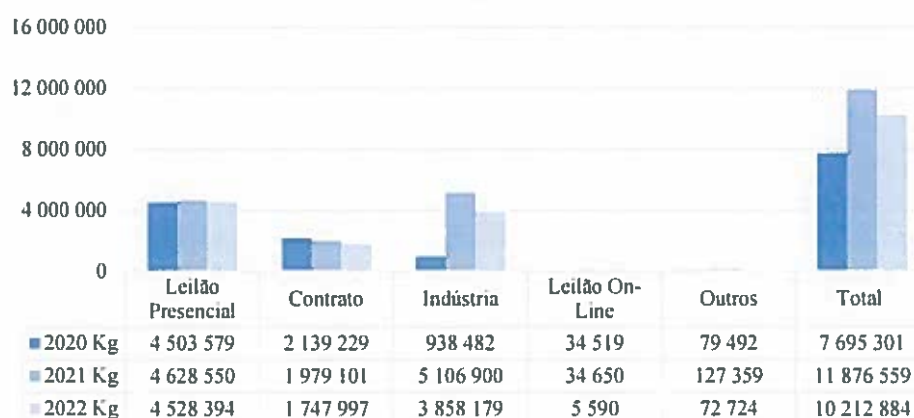


De ressaltar que, por força da Portaria n.º 68/2016, de 1 de julho, da então Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, a LOTAÇOR registou, para fins estatísticos, pesagens de algas não destinadas ao consumo humano, no total de 8,92 toneladas, em 2022, sendo de 19,63 toneladas em 2021. As algas não destinadas ao consumo humano, em 2022, representaram cerca de 0,09% do total das quantidades de pescado descarregado na RAA, não tendo qualquer reflexo em termos de valor na estatística do pescado descarregado.

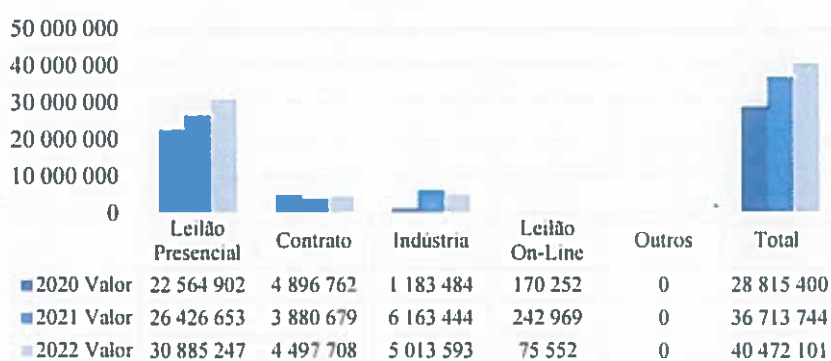
Em termos comparativos, o volume (Kgs) do pescado descarregado teve a seguinte evolução, nos últimos três anos:



**Pescado Descarregado  
Total da Região Autónoma dos Açores  
(U - Kg)**



**Pescado Descarregado  
Total da Região Autónoma dos Açores  
(U - Euros)**



O preço médio por quilograma, comparativamente ao ano anterior (2021), apresentou uma variação positiva de 28,2%, tendo aumentado de 3,09 euros para 3,96 euros (+ 0,87 euros), resultante da crescente valorização do pescado, onde, se destacam a espécie veja (aumento de 45,2%), lula (aumento de 34,5%) e chicharro (aumento de 32,3%).

No quadro abaixo, podemos verificar que, os preços médios, em todas as formas de transação de pescado, ocorreram variações positivas. O leilão presencial, aumentou de 5,71€ para 6,82€ (variação de 1,11€), contrato de abastecimento direto, aumentou de 1,96€ para 2,57€ (variação de 0,61€), contrato destino indústria, aumentou de 1,21€ para 1,30€ (variação de 0,09€), por fim, o leilão online aumentou de 7,01€ para 13,52€ (variação de 6,51€).

**Pescado Descarregado  
Total da Região Autónoma dos Açores  
(U - Euros)**

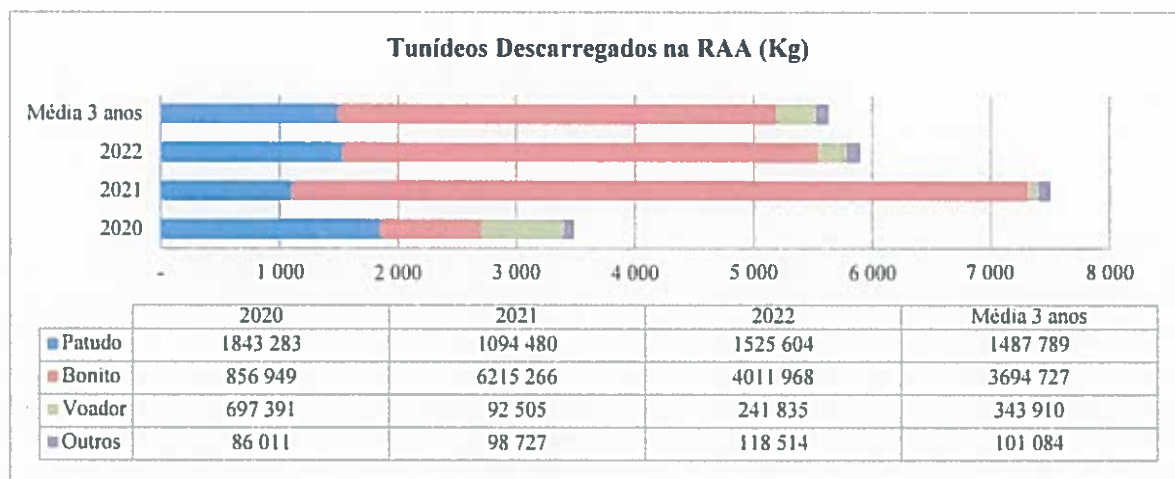



**Tunídeos Descarregados**

As descargas de tunídeos, na ordem de 5,9 toneladas, representaram 57,75% do volume total das descargas de 2022, tendo registado um decréscimo da quantidade de 21,37%, representando menos 1,6 toneladas, comparativamente ao ano 2021.

A espécie de atum mais descarregada em 2022 foi o *Bonito*, com 4.012 toneladas (menos 35,4% do que o ano anterior), seguindo-se o *Patudo* com 1.526 toneladas (mais 39,4% do que o ano anterior), o *Voador* com 242 toneladas (mais 161,40% do que o ano anterior), e o *Rabilho* com 119 toneladas, (mais 20% do que o ano anterior).

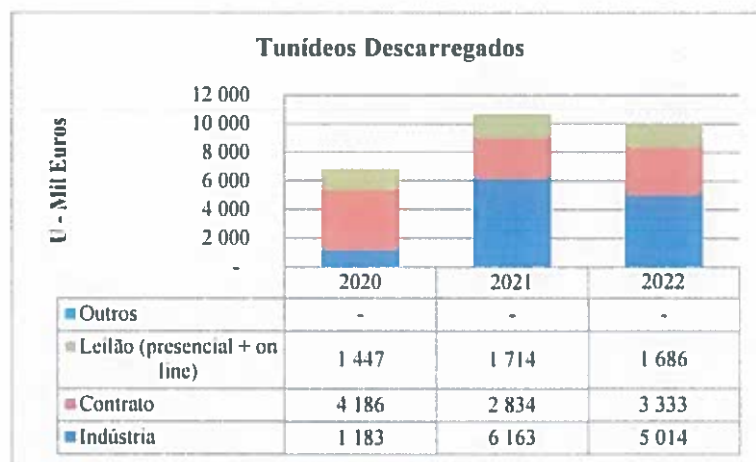
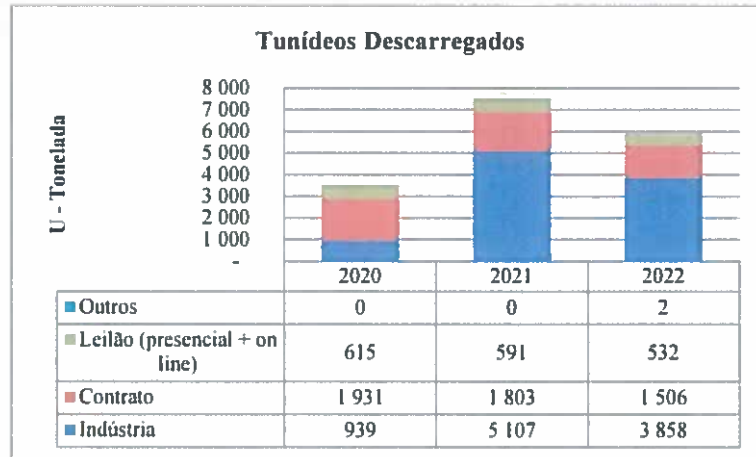
No gráfico a seguir apresenta-se a evolução das descargas de tunídeos nos últimos 3 anos:





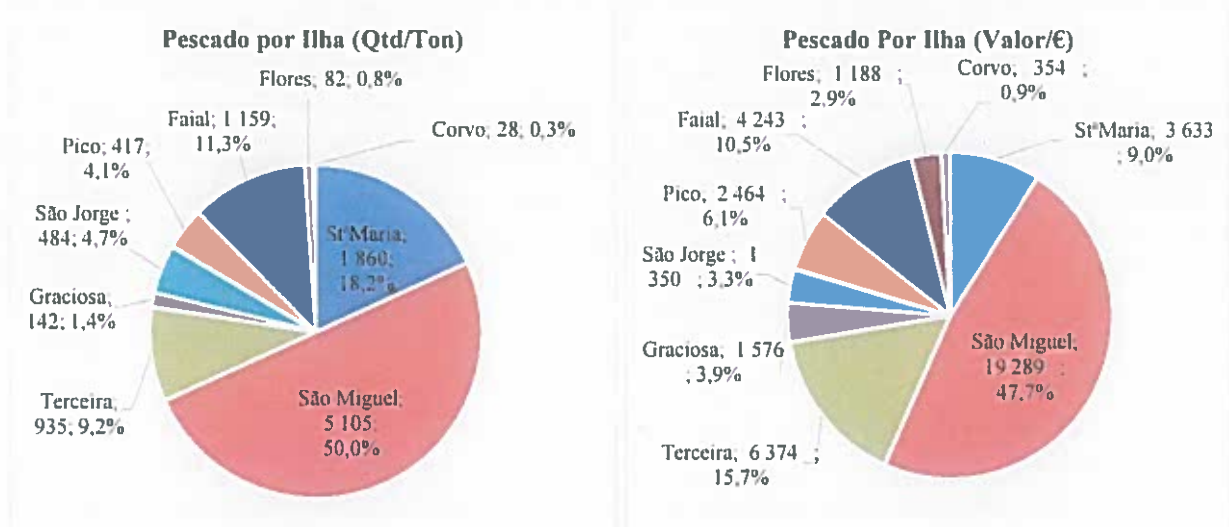
Em termos de distribuição, os tunídeos descarregados apresentaram a seguinte evolução:

*Sofia  
Adriano*



### Evolução e Distribuição do Pescado Descarregado por Ilha

A ilha de São Miguel, em 2022, apresentou, tal como habitualmente, o maior peso das descargas (50%), seguindo-se Santa Maria com 18,2%, o Faial com 11,3%, a Terceira com 9,2%, e as restantes ilhas que, juntas, totalizam 11,3%.

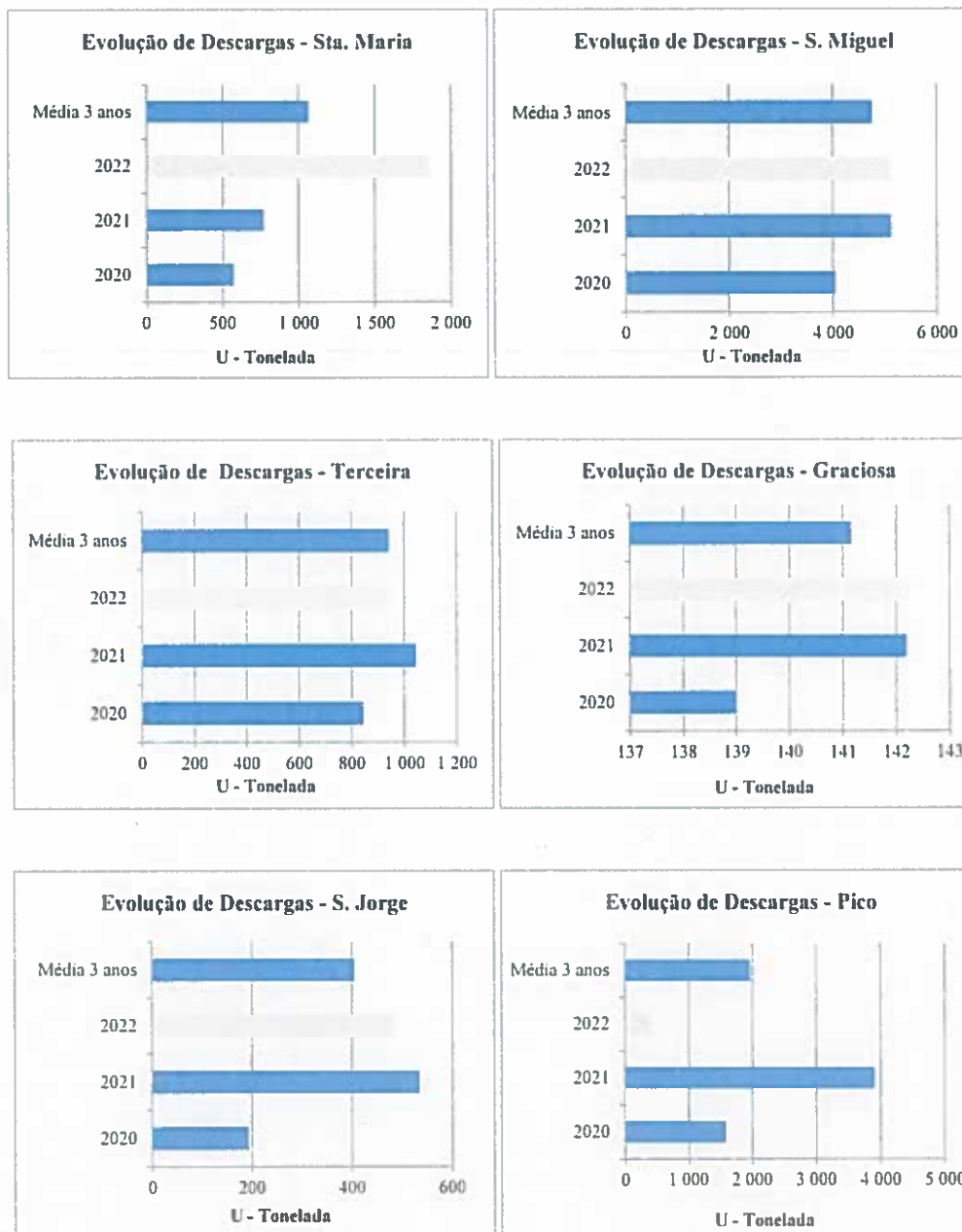


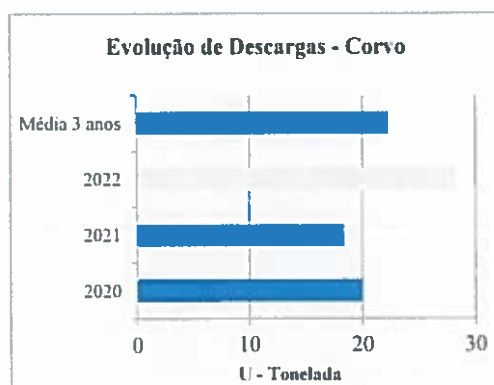
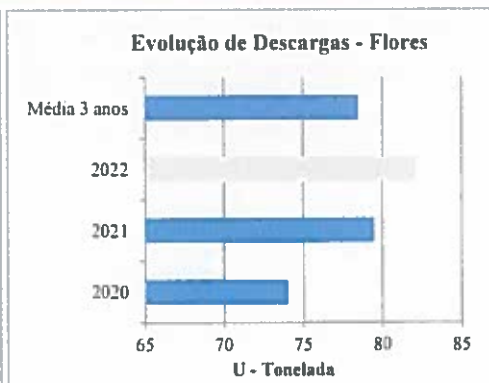
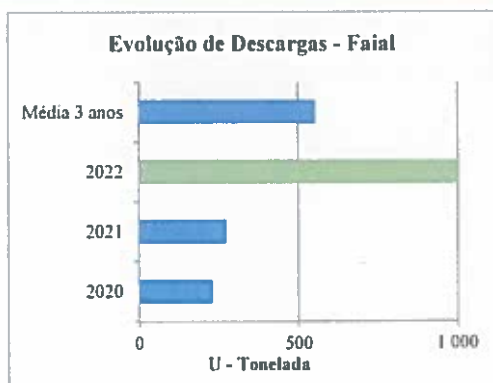


Em termos de valor, São Miguel representou 47,7%; a Terceira 15,7%, o Faial 10,5%, Santa Maria 9%, o Pico 6,10%, Graciosa 3,9%; São Jorge 3,3% e as restantes ilhas cerca de 3,8%.

*S. J. Sousa*  
*A. M. M. M. M.*

Na análise comparativa entre 2022 e a média das descargas dos últimos 3 anos, as ilhas que se destacam de uma forma mais positiva são o Faial, Santa Maria e Corvo.

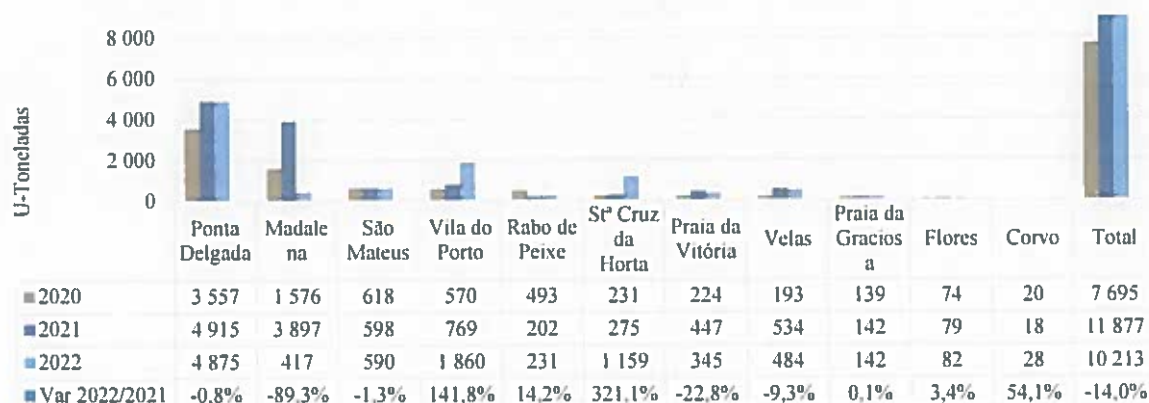




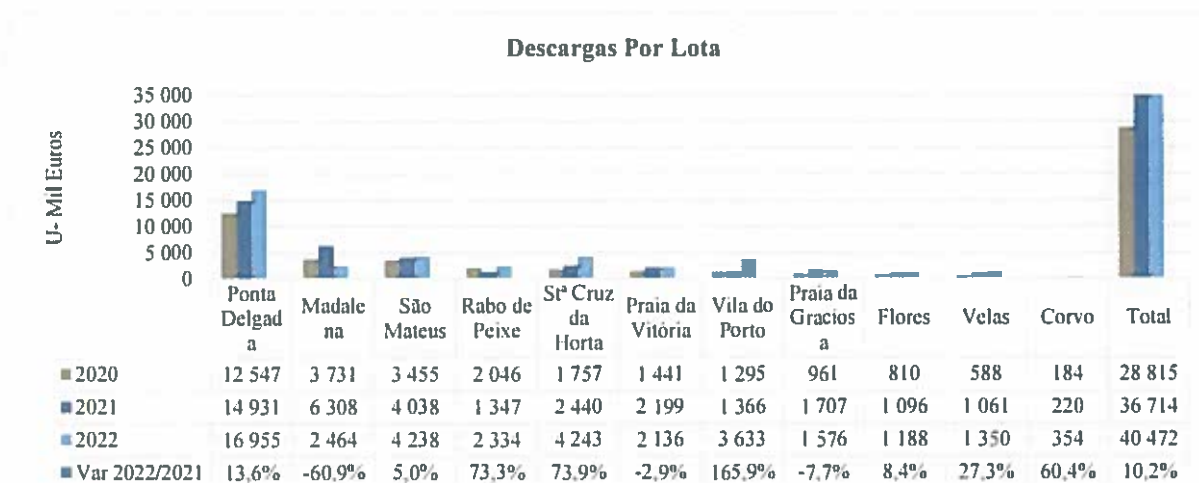
De acordo com os registos estatísticos, em termos de volume de pescado descarregado em 2022, comparativamente a 2021, destacam-se positivamente as lotas de Vila do Porto (+141,8%) e Horta (+321,1%), e negativamente a lota da Madalena do Pico (-89,3%).

É de ressaltar que, a variação negativa verificada na lota da Madalena, justifica-se por grande parte das suas descargas terem sido encaminhadas para outros entrepostos frigoríficos, como Vila do Porto e Horta, uma vez que decorreram as obras de requalificação do entreposto frigorífico da Madalena do Pico.

### Descargas Por Lota



Em termos de valor de pescado descarregado, de 2021 para 2022, destacam-se, com variações positivas, as lotas de Vila do Porto (+165,9%), Horta (+73,9%) e Rabo de Peixe (+73,3%). A lota da Madalena, apresenta uma variação negativa de 60,9%, devido à diminuição da quantidade de pescado transacionado na ilha do Pico.



Note-se que o pescado descarregado nos portos de pesca com postos de recolha é contabilizado, em termos estatísticos e contabilísticos, na lota onde o pescado é transacionado e não no respetivo posto de recolha.

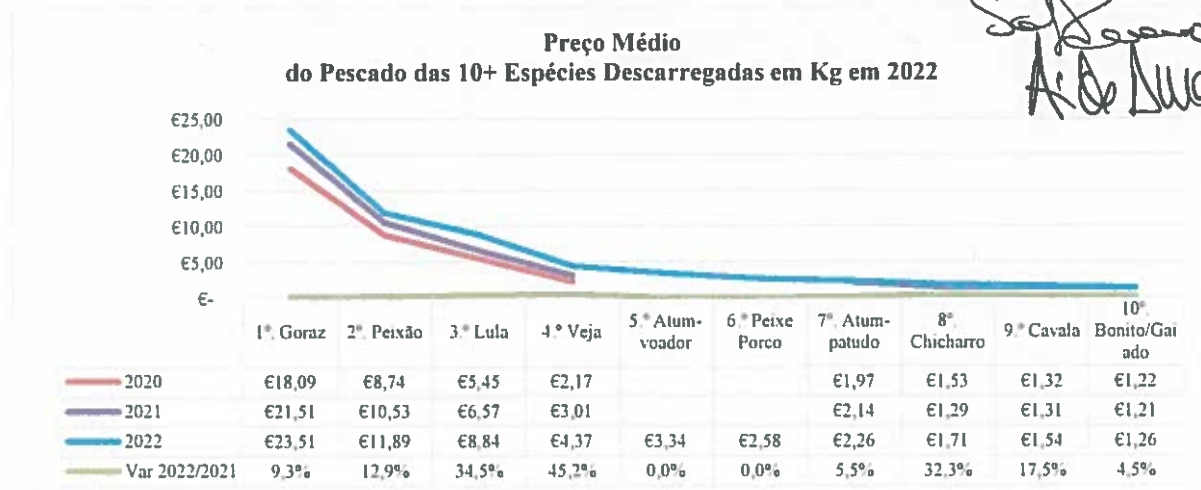
#### As 10 espécies mais descarregadas na RAA

No gráfico seguinte estão discriminadas as 10 espécies de pescado com maior volume de descargas na Região em 2022, representando 80,37% e 63,80% do total das quantidades e valores do pescado, respetivamente. Em termos de peso das descargas, destacam-se, nos primeiros três lugares, o *Bonito* (4.012 toneladas), o *Atum Patudo* (1.526 toneladas), e o *Chicharro* (599 toneladas).



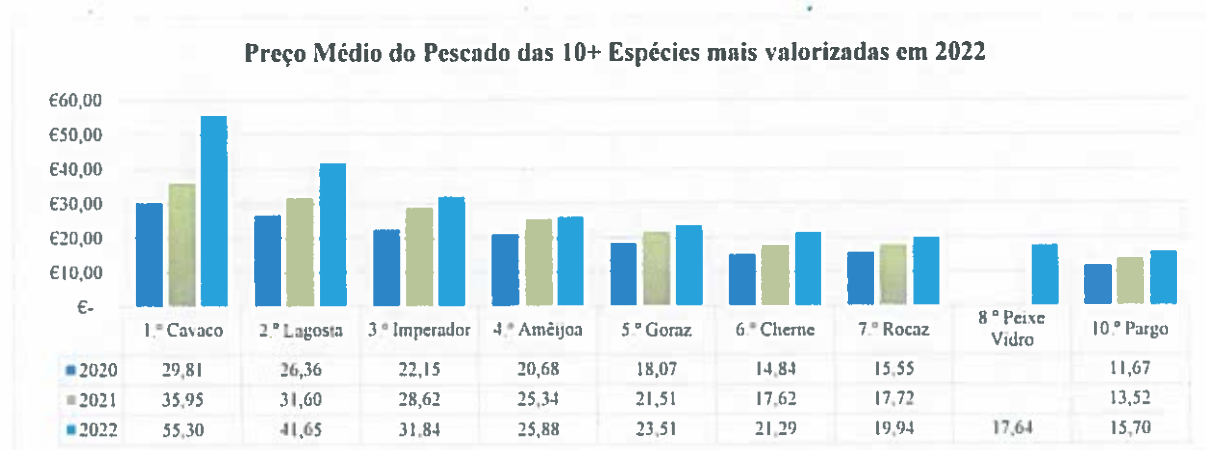
Da seleção das 10 espécies mais descarregadas, o *Goraz* foi a espécie com maior preço médio em lota (23,51€/kg), seguindo-se o *Peixão* (11,89€/kg) e a *Lula* (8,84€/kg).

*Sofia Sousa*  
*Arde Suave*



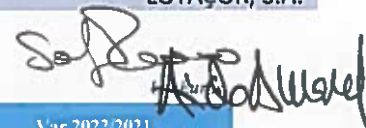
### As 10 espécies mais valorizadas (preço médio/kg mais elevado)

Em 2022, as dez espécies de pescado descarregado mais valorizadas, em termos de preço médio, foram as indicadas no quadro abaixo:



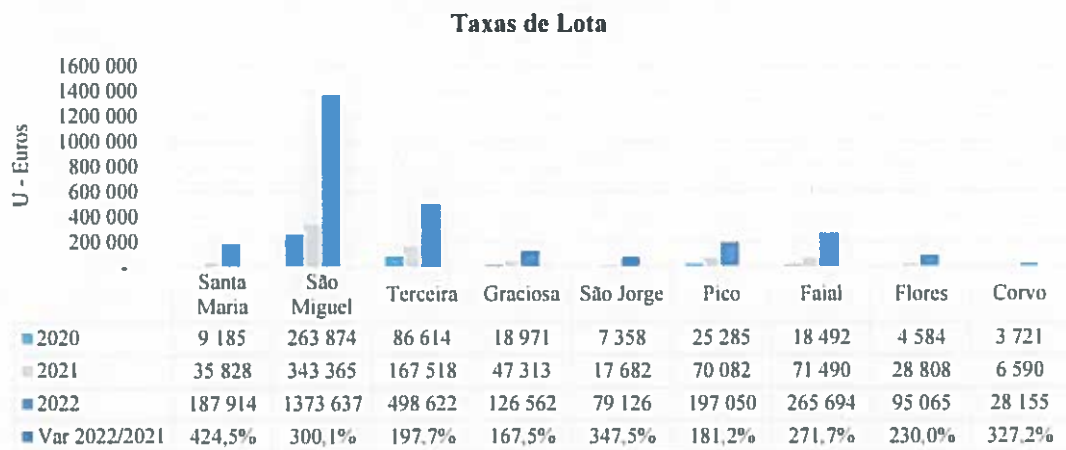
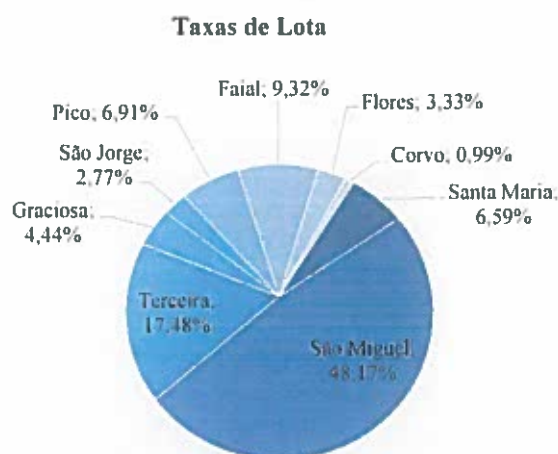
### Taxas de Lota

Relativamente às taxas de lota cobradas aos clientes e armadores, em 2022, comparativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento de 2.063 mil euros, correspondendo a uma variação positiva de 261,6%. Este aumento, deve-se ao fato das taxas terem voltado a ser cobradas a 100%, ao contrário dos anos anteriores, em que, como medida de apoio às empresas da fileira da pesca e de modo a aliviar os impactos causados pela pandemia covid-19, as taxas e preços previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 42/2019, de 18 de junho, estiveram total ou parcialmente suspensas.



Taxas de Lota	2019	2020	2021	2022	Var 2022/2021	
Produtor	1 236 534	217 796	395 435	1 430 390	1 034 955	261,7%
Comerciante	1 230 300	219 980	393 135	1 421 436	1 028 301	261,6%
Pesagem de Algas	221	307	106		- 106	-100,0%
<b>Total</b>	<b>2 467 054</b>	<b>438 084</b>	<b>788 676</b>	<b>2 851 826</b>	<b>2 063 150</b>	<b>261,6%</b>

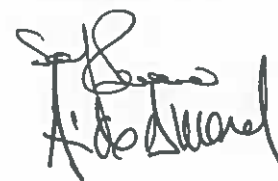
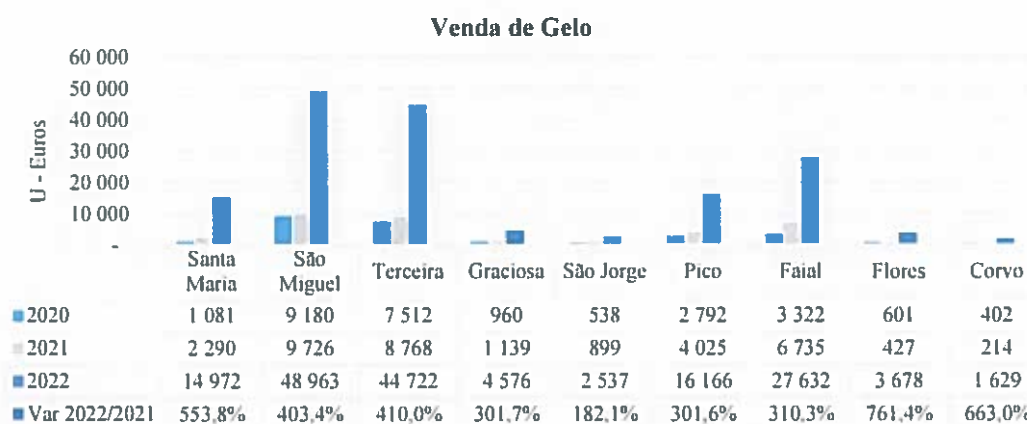
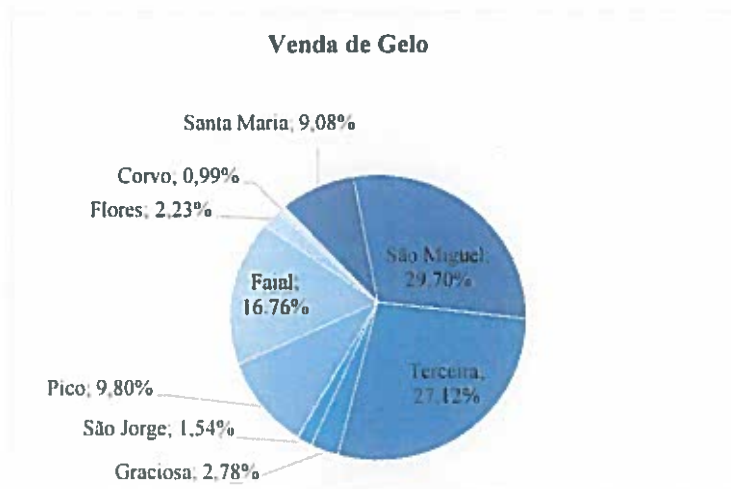
As taxas de lota distribuem-se por ilha, de acordo com o seguinte gráfico:



### Venda de Gelo

Na venda de gelo, registou-se uma variação positiva de 381,8%, correspondendo a um aumento de 131 mil euros, comparativamente ao ano anterior. Tal como as taxas de lota, em 2022, a venda de gelo, também voltou a ser cobrada a 100%, ao contrário dos anos anteriores, em que, como medida de apoio às empresas da fileira da pesca e de modo a aliviar os impactos causados pela pandemia covid-19, estiveram suspensos os preços previstos no artigo 36.º da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 42/2019, de 18 de junho.

A LOTAÇOR em 2022, tinha ao seu serviço 52 máquinas de produção de gelo, o que a capacitou para a produção de 180 toneladas diárias. Verificaram-se as seguintes vendas de gelo por ilha e respetiva evolução:

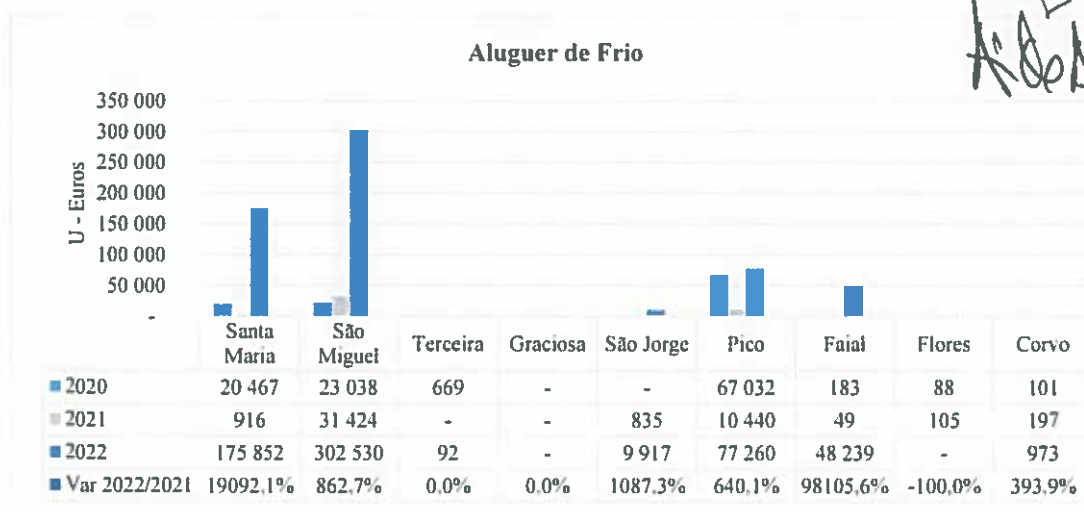
### Movimento dos Entrepostos Frigoríficos

Relativamente às receitas provenientes dos serviços de aluguer de frio (congelamento e conservação), verificou-se uma variação positiva de 1.298,5%, correspondendo a um aumento de 571 mil euros, comparativamente ao ano anterior.

Este aumento, deve-se à retoma parcial da cobrança das taxas de conservação e congelamento, em que, tal como mencionado nas rubricas anteriores (gelo e taxas de lota), as taxas e preços previstos no artigo 37º da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 42/2019, de 18 de junho, estiveram suspensas como medida de apoio às empresas da fileira da pesca, de modo a aliviar os efeitos da pandemia Covid-19. No entanto, vigorou a portaria 84/2022 de 23 de agosto de 2022 e que reduziu o nosso preçário relativamente à conservação de tunídeos capturados nos Açores, por embarcações licenciadas para a safra de 2022 de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022.



Os valores apurados por ilha, foram os seguintes:

No quadro abaixo, enumera-se as infraestruturas frigoríficas adstritas à Gestão de Operações da Rede de Lotas e Frios, na safra de 2022:

INSTALAÇÕES FRIGORÍFICAS	2022
Entrepósitos de grande dimensão	3
Entrepósitos de média e pequena dimensão	5

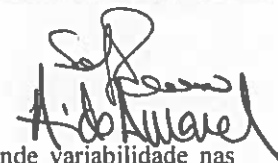
Salienta-se que os entrepostos de S. Mateus e da Folga estão desativados há vários anos.

Estiveram ativos os grandes entrepostos de Santa Maria, S. Miguel e Horta, além dos de média dimensão da Praia da Vitória, Velas de S. Jorge, Ribeiras do Pico, Lajes das Flores e do Corvo.

O que capacitou a LOTAÇOR para:

- Cerca de 80 toneladas de congelação/salmoura por ciclo;
- Cerca de 64,5 toneladas de congelação/ túnel por ciclo;
- Cerca de 3.415 toneladas de conservação em congelados nos 3 Entrepósitos de grande dimensão;
- Cerca de 223 toneladas de conservação em congelados nos 5 Entrepósitos de média e pequena dimensão.

## SAFRA DE 2022



As safras de Atum na Região têm sido ao longo dos anos imprevisíveis, apresentando grande variabilidade nas capturas.

No entanto, tendo em consideração a média dos últimos 13 anos, a tendência tem sido de estabilização nas 2,2 toneladas para o Patudo *Thunnus obesus* e 3,1 toneladas para o Bonito *Katsuwonus pelamis*. Estas têm sido as duas espécies mais abundantes nos nossos mares e consequentemente nas últimas safras.

As descargas são maioritariamente nas ilhas com entrepostos de grande dimensão. Em 2022, resumiu-se a Santa Maria, S. Miguel e Faial, uma vez que, tal como em 2021, não pudemos contar com o maior entreposto frigorífico da Região, situado na Madalena do Pico, por se encontrar em obras de requalificação.

No total da Região contamos com 80 toneladas de congelação em Salmoura, 56 toneladas de congelação em túnel (-40 C°) e finalmente, 3.050 toneladas de conservação em congelados.

Descarregamos cerca de 5.898 toneladas de tunídeos, sendo 70 de “Galha-à-ré”, 1.526 de “Patudo”, 48 de “Rabilho”, 242 de “Voador” e 4.012 de “Bonito”. Uma safra muito intensa, das maiores dos últimos anos, com as dificuldades decorrentes das obras de requalificação do Pico.

No final da safra, o total de tunídeos armazenados nos entrepostos frigoríficos da Região era de 561 toneladas em Ponta Delgada, 589 em Vila do Porto e 276 na Horta, sendo que, nessa data, estes três entrepostos encontravam-se a 46,75%, 49,0% e 46,0 % respetivamente da sua capacidade total de armazenagem.

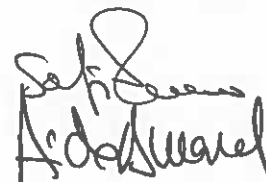
Toda a situação de exceção que se verificou no ano de 2022, foi monitorizada ao dia pela LOTAÇOR, com acompanhamento semanal entre os *stakeholders* do setor em reuniões sectoriais, na sua maioria em plataforma online, com a participação da LOTAÇOR, Secretaria Regional do Mar e das Pescas/Direção Regional das Pescas, ACPA- Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores, Federação das Pescas dos Açores, APASA- Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores e Pão-do- Mar- Associação de Conserveiros de Peixe dos Açores.

A emissão de Notas Informativas pela Direção Regional das Pescas, bem como a publicação de Portarias pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, cujo objetivo foi o de limitar e estabelecer regras de captura e descarga de tunídeos, foram fatores que também contribuíram para que a safra decorresse com a normalidade desejada dentro das circunstâncias atrás descritas.



## GESTÃO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS E INFRAESTRUTURAS (GOPI)

### Portos e Núcleos de Pesca e Infraestruturas



A Gestão de Operações Portuárias e Infraestruturas, tem a responsabilidade pela área operacional dos portos e núcleos de pesca, investimentos realizados pela empresa e gestão das infraestruturas e obras. Compete ainda, no âmbito do Contrato Programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca, por conta da Região Autónoma dos Açores, sob orientação da Autoridade Portuária e da Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP), fazer cumprir e zelar pelo bom funcionamento dos portos e núcleos de pesca da região, em articulação com os parceiros do setor, gerir as manobras de pórticos, gruas e guinchos, bem como, apoiar a manutenção e reparação destes equipamentos, garantir a limpeza dos portos e núcleos de pesca, bem como das zonas envolventes às casas de aprestos, em parceria, ou não, com as associações representativas do setor, quando aplicável.

A esta unidade orgânica, compete gerir a atribuição de casas de aprestos, em coordenação com as estruturas associativas locais.

Em 2022, houve uma aposta desta unidade orgânica na introdução de novos procedimentos de utilização dos equipamentos portuários, elaboração de registos das operações e listas de verificação das infraestruturas. Para esse efeito, estão em fase de análise, para posterior aprovação, os procedimentos para a utilização segura das gruas e guinchos, sob a responsabilidade da operação da empresa.

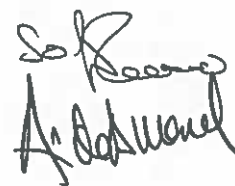
Por outro lado, o GOPI ao longo de 2022, deu continuidade ao acompanhamento do dossier das casas de aprestos, tendo sido elaborados cerca de 100 novos contratos de comodato, resolvendo, em alguns casos, problemas de ordem social e de saúde pública.

Foram igualmente desenvolvidos vários trabalhos de melhoramento das infraestruturas de apoio à pesca, nomeadamente, pinturas de casas de aprestos de Ponta Delgada (São Miguel), Lagoa, Caloura e Ribeira Quente, reforço da sinalização horizontal dos portos de Rabo de Peixe e Vila Franca do Campo, sinalética de segurança e informação em alguns portos e núcleos de pesca da RAA.

A este propósito da gestão de casas de aprestos, importa referir que, apesar da determinação que a LOTAÇOR imprime à gestão da utilização dos espaços, a empresa não tem competência legal para atuar em determinadas matérias, que carecem de apoio de forças policiais e, em casos mais graves, de decisões dos tribunais.

A aplicação e acompanhamento dos regulamentos dos portos e núcleos de pesca, competência da SRMP, foi efetuado pelo GOPI, alertando para a necessidade de melhoria em alguns casos e a elaboração de novos regulamentos nos portos que ainda não possuem.

No quadro abaixo, descreve-se o número de casas de aprestos, rampas de alagem e ecopontos com meios de recolha de óleos usados. De referir que se pretende que venham a ser instalados ecopontos, com meios de recolha de óleos usados, em todos os portos e núcleos de pesca onde tal se justifique.



	2020	2021	2022
N.º de Rampas de Alagem	59	59	59
N.º de Casas de Aprestos	723	723	726
N.º de Pórticos Elevatórios	6	6	6
N.º de Gruas	40	40	40
N.º de Guinchos	35	35	35
N.º de Armazéns Comerciais	12	12	12
N.º de Oficinas de Reparação Naval	8	8	8
Ecopontos (com meios de recolha de óleos usados)	14	14	14

### Investimentos e Contratação Pública

Esta unidade orgânica, é responsável por todos os processos de contratação pública, no que concerne às prestações de serviços, para elaboração de projetos de empreitadas, de revisão de projetos, de fiscalização de empreitadas e aquisição de equipamentos. É também responsável por todas as candidaturas a sistemas de incentivos, respetivo acompanhamento, instrução de processos junto das diversas entidades com competência na matéria, e todas tarefas conexas.

Em 2022, destaca-se a execução do investimento relativo ao Entrepasto Frigorífico das Lajes das Flores, o arranque da empreitada de Requalificação do Entrepasto Frigorífico da Madalena, aquisição de equipamentos para o Posto de Recolha de Água de Pau e aquisição de plataformas elevatórias, representando um total de investimento superior a 8,3 milhões de euros.

Quanto aos pedidos de pagamento de subsídio, durante o ano de 2022, foram efetuados 9 pedidos de pagamento, que totalizaram um montante recebido de financiamento comunitário na ordem dos 911 mil euros. Importa realçar que o número de pedidos de pagamento e conseqüente valor recebido, teria sido muito superior se não fossem os problemas de pagamento por parte do IFAP, sendo exemplo desta situação o 1º pedido de pagamento efetuado do investimento do Entrepasto Frigorífico da Madalena realizado em 13 de setembro de 2022, de cerca de 183 mil euros e ainda sem recebimento à presente data, o que impossibilita a submissão de novos pedidos de pagamento desta operação, até que o pedido pendente seja liquidado.

Para o ano de 2023, destacamos a continuação do investimento no entreposto frigorífico da Madalena. Outros investimentos, estão a aguardar a entrada em vigor do novo MAR2030. O seu arranque tardio tem criado dificuldades de investimentos na empresa.

Importa destacar aquela que será a perspetiva de investimentos ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, através do FEAMPA, que irá visar sobretudo ao nível de requalificação da rede de Lotas, sendo previsível que durante o ano

de 2023 sejam efetuados alguns dos projetos, como por exemplo, Construção do Posto de Recolha de Vila Franca do Campo, Lota de Rabo de Peixe, Requalificação da Lota de São Mateus e por fim, aquele que será no futuro dos investimentos mais estruturantes do setor das pescas, a Requalificação e Ampliação da Lota de Ponta Delgada.

### GABINETE DE SEGURANÇA ALIMENTAR, QUALIDADE, AMBIENTE E CERTIFICAÇÃO

A LOTAÇOR, sendo uma empresa prestadora do serviço de primeira venda de pescado fresco e de congelação e conservação de pescado refrigerado e congelado nos entrepostos frigoríficos dos Açores, tem vindo ao longo dos anos e de forma continuada, a modernizar e a melhorar as suas instalações e procedimentos. Tem sido constante o seu esforço para acompanhar e garantir a aplicação das regras de higiene e de segurança alimentar impostas pela legislação em vigor, melhorando, progressivamente, a qualidade dos seus serviços e a segurança dos produtos armazenados e transacionados nas suas instalações.

Prosseguindo estes objetivos, em 2022, a LOTAÇOR, deu início a um novo ciclo de análise e nas situações em que se justificou, procedeu à atualização e reorganização dos documentos, que fazem parte do sistema de segurança alimentar implementado nas lotas, entrepostos e de uma forma mais simples, nos postos de recolha que gere. Este sistema (que se baseia nos princípios do HACCP) assenta, essencialmente, nos seguintes pré-requisitos:

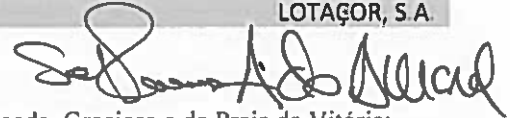
- Capacitação (saúde e competência do trabalhador);
- Higiene do pessoal, das instalações e dos equipamentos;
- Manutenção das infraestruturas e equipamentos;
- Controlo de pragas;
- Qualidade da água e do gelo;
- Receção e manipulação do pescado;
- Conservação do pescado;
- Tratamento de resíduos e subprodutos.

Dos vários trabalhos realizados em 2022, destacam-se os seguintes:

- O acompanhamento da preparação e da adjudicação do contrato, com início em agosto de 2022, com a empresa Papéis Carreira, para fornecimento de produtos de higiene a utilizar nas áreas onde circula e é exposto o pescado. Fazem parte do respetivo contrato, a entrega e cumprimento do plano de manutenção corretiva e preventiva anual dos equipamentos diluidores, e a prestação de serviços de formação aos colaboradores da LOTAÇOR, sobre as características, tipo de utilização, manuseamento e armazenamento corretos dos produtos a fornecer à LOTAÇOR.

- A revisão e a atualização dos planos de higiene cumpridos nos vários estabelecimentos (lotas, entrepostos e postos de recolha);

- A aquisição de novos equipamentos de medição de temperatura – reforço dos equipamentos já existentes de forma a garantir, pelo menos, um termómetro funcional, em todos os entrepostos;




- Foi reforçado o número de aparelhos inseto-coladores nas lotas de Ponta Delgada, Graciosa e da Praia da Vitória;
- Procedeu-se à atualização do serviço de controlo de roedores, realizado no armazém da Ribeira Grande, onde é armazenado o stock de caixas de acondicionamento de pescado, para uma frequência mensal;
- Reavaliação dos valores-limite, utilizados na determinação dos parâmetros microbiológicos, realizados às superfícies das lotas e entrepostos frigoríficos (mãos, caixa de pescado, palete de pescado, passadeira de gelo, pá de gelo, palox de gelo, grade de atum, tabuleiro de congelação de atum). A partir de fevereiro de 2023, os valores-limite, serão os indicados pelos Valores-Guia (2019) do INSA (Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge). São limites mais “apertados”.
- A preparação do entreposto da Praia da Vitória para o seu licenciamento e a aprovação sanitária (atribuição de NCV);
- Atualização dos procedimentos operacionais – Entrepostos frigoríficos;
- Início do trabalho de revisão do plano HACCP, aplicado às lotas e entrepostos frigoríficos, com vista à sua respetiva simplificação e maior flexibilidade. Atualização dos procedimentos baseados no sistema HACCP;
- Atualização das fichas técnicas de pescado, em colaboração com a Direção de Informática.

A APCER (Associação Portuguesa de Certificação), como resultado da auditoria de 2022, voltou a considerar que, se encontram reunidas as condições necessárias à manutenção da certificação do Sistema HACCP implementado na LOTAÇOR, nomeadamente, nas lotas de Vila do Porto, Ponta Delgada, Rabo de Peixe, São Mateus, Praia da Vitória, Praia da Graciosa, Velas, Madalena, Horta, Santa Cruz das Flores e Corvo, e nos entrepostos de Vila do Porto, Ponta Delgada e Madalena.

Como objetivos a cumprir em 2023 salientamos os seguintes:

- Em 2023, será dado início, ao controlo da qualidade microbiológica e físico-química da água dos tanques de crustáceos das lotas da Graciosa, Praia da Vitória e Rabo de Peixe;
- Concluir a atualização dos procedimentos baseados no sistema HACCP;
- Rever os registos existentes, para que, possam ser preenchidos em formato digital e, se possível, preenchidos numa aplicação própria;
- Promover a discussão e colaborar no sentido de adequar o tempo de permanência do marisco vivo às condições de conservação e de venda das respetivas lotas, tendo em conta, os equipamentos existentes para o efeito, bem como o momento da receção do mesmo para venda;





- Realização de questionário sobre melhorias/ alterações a considerar e expectativas relativas ao sistema de segurança alimentar implementado, às equipas HACCP de cada local;
- Formação interna em Higiene e Segurança Alimentar, disponibilizando para o efeito, um maior número de horas de formação e garantindo que, grande parte dos colaboradores a possam frequentar. Sendo necessário, em articulação com os respetivos responsáveis da exploração, ajustar os horários de trabalho e permitir a dispensa dos colaboradores.
- Está planeada para 2023, uma formação teórico-prática em classificação do pescado, a ministrar pelo serviço de segurança alimentar com a colaboração das equipas da HACCP, que se irão deslocar à ilha de S. Miguel.
- Elaborar e divulgar informação sobre a política de higiene e segurança alimentar da empresa, a qual, deverá ser dirigida, e cumprida por visitantes, armadores, pescadores e comerciantes de pescado;
- Continuar a aplicar e a melhorar/adaptar procedimentos, para desenvolver uma cultura sólida de segurança alimentar na empresa, através de formações; ações de sensibilização; informação ao longo da cadeia alimentar; melhoria contínua na cooperação/comunicação entre os vários serviços com responsabilidade direta/indireta na segurança alimentar;
- Consertar a comunicação ágil, de forma que, os recursos humanos possam comunicar com a antecipação possível, a admissão de novos trabalhadores, para períodos de maior afluência, como é o exemplo da safra de atum;
- Dar continuidade à melhoria dos procedimentos e boas práticas nos entrepostos frigoríficos. Estudar a possibilidade de criar um documento de responsabilização do depositante de pescado, pelas condições de salubridade do produto entregue, de acordo com o constante no regulamento de lotas, postos de recolha e entrepostos frigoríficos da LOTAÇOR.

#### **GABINETE DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

A Segurança e Saúde no Trabalho, é uma unidade orgânica que, tem como atribuições, zelar para que existam as condições e sejam cumpridas as normas de segurança no trabalho, que permitam prevenir os riscos profissionais, promover a segurança e a saúde dos trabalhadores e assegurar as condições de trabalho que salvaguardem a segurança e a saúde física e mental dos trabalhadores de acordo com os requisitos e normativos legais de cada função, infraestrutura e equipamento que é utilizado.

Deve tomar as medidas necessárias, para desenvolver as condições técnicas, que assegurem a aplicação das medidas de prevenção, de acordo com os requisitos e normativos legais em vigor a cada momento.



Deve garantir que, todos os operadores possuem a qualificação, formação e experiência profissional adequadas, definir e documentar as regras de Segurança e Saúde no Trabalho a serem adotadas por todos os trabalhadores.


No âmbito deste gabinete, estão a ser desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- Proteger e promover a saúde dos trabalhadores;
- Sensibilizar os colaboradores, para uma adequada cultura de Segurança e Saúde no trabalho, de forma a prevenir e diminuir a sinistralidade, reduzindo o número de situações de incapacidades, dias de trabalho perdidos e consequentes custos económicos e sociais resultantes;
- Identificar os potenciais perigos e riscos profissionais inerentes a todas as funções desempenhadas pelos trabalhadores de forma a eliminar (se possível) esses mesmos riscos ou minimizá-los quer através da utilização adequada de equipamentos de Proteção Coletiva e Individual quer através da promoção e investimento da formação e informação adequadas a cada função;
- Garantir que possíveis fatores prejudiciais presentes no ambiente de trabalho, nomeadamente agentes de natureza química, física e biológica, não ultrapassem níveis de exposição que possam colocar em risco a saúde dos trabalhadores;
- Promover a consulta e participação dos trabalhadores e seus representantes;
- A realização de auditorias de SST nas lotas, entrepostos frigoríficos, postos de recolha e respetivos portos de pesca, geridos pela empresa;
- A supervisão da conformidade da sinalização de segurança;
- A coordenação de medidas a adotar em caso de perigo grave e eminente.

#### **DIREÇÃO DE MANUTENÇÃO**

É responsabilidade da direção de manutenção, a gestão do parque de equipamentos constante nas nove ilhas da Região Autónoma dos Açores, ao nível da manutenção e assistência técnica.

Do conjunto de equipamentos existentes, destacam-se com maior relevância, os entrepostos frigoríficos, os postos de recolha de pescado, as lotas, as máquinas de gelo, as gruas de marina, os guinchos e os pórticos.



É da responsabilidade desta direção, a intervenção ao nível das instalações eletrotécnicas, instalações de frio, instalações de águas e esgotos e equipamentos existentes em cada infraestrutura mencionada.

A Direção de Manutenção, conta com os seguintes meios humanos:

Função	Quantidade	Ilha
Diretor	1	S. Miguel
Técnico Superior de 1º	1	Terceira
Técnico de Frio Principal	2	S. Miguel/Faial
Fiel de Armazém Principal	1	S. Miguel
Técnico de Manutenção Principal	1	Terceira
Técnico de Manutenção de 2º	2	S. Miguel/Terceira
Operador de Manutenção	4	S. Miguel/Pico/S. Maria
<b>Total</b>	<b>12</b>	

Os trabalhos e operações de manutenção, são parcialmente assegurados pelo corpo técnico interno da LOTAÇOR, sendo outra parte consignada em “outsourcing”.

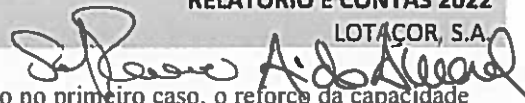
De referir que, os meios humanos não se encontram distribuídos equitativamente pelas nove ilhas, sendo que, em algumas delas, é inexistente a oferta de mão de obra qualificada, levando a que, frequentemente, seja necessário que, os meios existentes em S. Miguel se desloquem às ilhas deficitárias, com vista a suprir as necessidades das mesmas, implicando algum desequilíbrio no decurso dos trabalhos a realizar.

Deparamo-nos também, com a escassez de oferta de serviços especializados em diversas ilhas, nomeadamente, na área de frio industrial e equipamentos de elevação, sendo que, em algumas, esta oferta é inexistente, forçando à contratação e deslocação de empresas especializadas às ilhas que não dispõem desta oferta de serviços, solução que, não se revela efetiva, uma vez que, a maioria destas empresas, encontra-se dimensionada para suprir as necessidades da ilha onde se encontram sediadas, criando um desequilíbrio nestas, sempre que solicitadas a intervir fora do seu meio.

Salienta-se ainda, o facto da inexistência de meios de elevação passíveis de contratação, necessários às operações de manutenção em algumas das ilhas, facto este, que dificulta ainda mais as intervenções necessárias aos equipamentos, nomeadamente às gruas. A dispersão geográfica e as acessibilidades são também constrangimentos a ter em linha de conta, nomeadamente nas ilhas mais periféricas, como Flores, Corvo, Graciosa e S. Jorge.

Por outro lado, a renovação dos equipamentos, vem de alguma forma mitigar a dificuldade ao nível da manutenção dos mesmos. Com destaque para os seguintes investimentos realizados:

- Lota e entreposto frigorífico do Corvo, onde se procedeu à renovação do equipamento de produção de gelo e todo o equipamento constituinte da central de frio;



- Entrepósitos frigoríficos das Lajes das Flores e Pico, tendo sido efetuado no primeiro caso, o reforço da capacidade de congelação e conservação em congelados, beneficiação do equipamento restante equipamento existente e construção de nova ETAR e posto de transformação com aumento da potência instalada neste último;
- Intervenção ao nível dos equipamentos de elevação de cargas, sendo de destacar a grua das Lajes do Pico, grua de S. Amaro do Pico (ainda em curso), grua de Norte Grande e Fajã do Ouvidor, ambas em S. Jorge;
- Beneficiação de todo o sistema de comando hidráulico, sistema de combustível e direção do pórtico da Graciosa e reforço do sistema de segurança do pórtico de Vila Franca do Campo.

A expectativa, na continuidade de investimentos, mediante o estabelecido no Plano Plurianual, augura, uma melhoria generalizada, na disponibilidade dos equipamentos e por conseguinte dos serviços prestados.

Considerando o reforço no investimento, a par com uma maior e abrangente intervenção preventiva aos equipamentos, a conta de “conservação e reparação de equipamentos básicos”, fechou em 2022, no valor de cerca de 731 mil euros, comparativamente a 2021 que fechou com 477 mil euros. Denota-se, pela evidência dos valores referidos, o reforço na manutenção dos equipamentos.

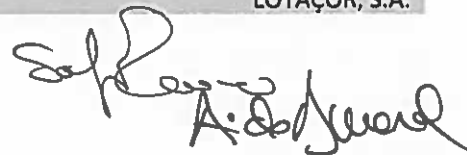
Contudo, alguns constrangimentos persistem, face ao vasto parque de equipamentos distribuídos pelas nove ilhas, sobre os quais, é enorme a dificuldade, dada a dispersão geográfica, de intervenções simultâneas para a mesma família de equipamentos, face à arduidade de contratação externa ou alocação de meios internos em simultâneo.

## GABINETE DOS RECURSOS HUMANOS

O Gabinete de Recursos Humanos da LOTAÇOR, localizado, fisicamente na Sede da empresa, desenvolveu a sua atividade em 2022 nas suas áreas de competências, das quais se destacam os seguintes aspetos:

- Aperfeiçoamento da Base de Dados, com atualização dos dados e documentação digitalizada de todos os trabalhadores, de acordo com a nova versão da aplicação informática;
- Implementação e aperfeiçoamento da plataforma de controlo de ponto que disponibiliza procedimentos de natureza hierárquica mais eficazes e atuais, de acordo com as novas metodologias na comunicação interna da empresa;
- O processamento dos salários e encargos devidos;
- A gestão da contratação, de acordo com a legislação em vigor;
- A reconversão/atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Aperfeiçoamento do regulamento de proteção de dados;
- O acompanhamento e apoio aos técnicos de higiene e segurança;
- O acompanhamento dos processos relacionados com acidentes e trabalho;
- Processo de internalização do serviço de Gestão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Ambiente.





## DIREÇÃO DE INFORMÁTICA E DESENVOLVIMENTO

O ano de 2022, foi um ano de novos desafios tecnológicos para a LOTAÇOR.

Procedeu-se à assinatura de um protocolo, entre o Município de Angra do Heroísmo, a Associação para o Desenvolvimento do Aircentre – AD AIR CENTRE e a Associação Parque Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, PCTTER que, permitirá à LOTAÇOR a adesão à rede IOT da ilha Terceira.

Com este protocolo, passamos a integrar uma nova infraestrutura de comunicação de baixo custo, que possibilita a criação de novos serviços baseados em dados, nomeadamente:

- a) Sinal de regresso (e informação específica) para a descarga de pescado;
- b) Leilão a Bordo, através da Rede IOT, permite mandar a informação mais cedo;
- c) Equipamentos (Gruas, Máquinas de Gelo) a comunicar com a LOTAÇOR.

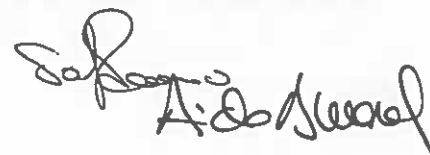
Durante este ano, procedeu-se também, à atualização do sistema de pesagem e venda da lota de Ponta Delgada. Foram atualizados os painéis de venda (aquisição de 3 ecrãs, um que permitirá verificar o resumo do pescado que está disponível para venda, outro com a caixa sem gelo no momento da pesagem e um terceiro, com o painel de venda atual), os comandos de compradores (substituição dos comandos IV por comandos rádio, que permitem um aumento do alcance e menor probabilidade de colisão) e o ponto de pesagem principal da lota (atualização do programa de inserção de dados).

Foram também substituídos os equipamentos administrativos da sede e lota de Ponta Delgada, entreposto de Ponta Delgada, posto de recolha da Lagoa, lota e entreposto de Santa Maria, lota da Graciosa, lota e entreposto de São Jorge, lota e entreposto do Pico.

No final do ano, procedeu-se à adjudicação de um sistema de monitorização e prevenção de ataques informáticos, estando prevista a sua implementação no primeiro trimestre de 2023.

Durante o ano transato, foram também atualizados alguns dos programas utilizados na empresa. Damos ênfase às atualizações realizadas no software de Gestão de Entrepostos e no software de Gestão Documental (FileDOC).

Para o ano de 2023, pretendemos continuar a inovar a empresa, capacitando-a tecnologicamente para os desafios futuros.



## DIREÇÃO FINANCEIRA

A Direção Financeira face às suas competências desenvolve as suas funções de forma transversal a toda a empresa, em estreita colaboração com todas as unidades orgânicas. Nesta direção estão integradas as unidades orgânicas “Controlo de Gestão” e “Tesouraria e Gestão de Terceiros”.

### Controlo de Gestão

Esta unidade orgânica, coordenou a elaboração do plano e orçamento anual, em colaboração com todas as Unidades Orgânicas da LOTAÇOR, cumprindo os prazos para a sua conclusão, e assegurou o acompanhamento da sua execução ao longo do ano. Preparou o Relatório e Contas Individual e Consolidado da LOTAÇOR, assim como o Plano e Orçamento e Relatórios de Execução dos Contratos-Programa com a RAA. Destaca-se ainda a preparação da informação enviada às tutelas sectorial e financeira, no âmbito do dever de reporte mensal e trimestral, das nossas demonstrações financeiras e nível de endividamento.

### Tesouraria e Gestão de Terceiros

Esta unidade orgânica, assegurou a relação administrativa com os clientes, fornecedores e armadores, nomeadamente a atualização dos registos, pagamentos e recebimentos.

No ano 2022, deu-se continuidade às tarefas desempenhadas nos anos anteriores, cumprindo os prazos para a sua conclusão e foram revistos alguns procedimentos, no sentido de otimizar a prestação dos nossos serviços.

## DIREÇÃO DE CONTABILIDADE

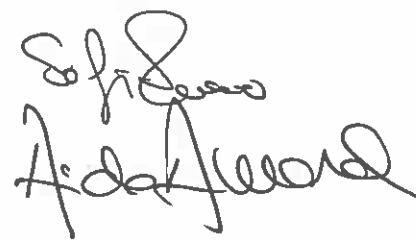
A Direção de Contabilidade é composta por três unidades orgânicas, contabilidade, fiscalidade e a segurança social da pesca, que, face às suas competências, desenvolve as suas funções de forma transversal a toda a empresa, em estreita colaboração com todas as Direções e Unidades Orgânicas da LOTAÇOR.

Em 2022, a Direção de Contabilidade deu seguimento às suas tarefas de planeamento, organização e coordenação da execução da contabilidade da empresa, respeitando as normas legais, o Sistema de Normalização Contabilística, os princípios contabilísticos vigentes e as orientações das entidades com competências em matéria de normalização contabilística. Produziu ainda as Contas Individuais e Consolidadas da LOTAÇOR, em estreita ligação com a Administração, cumprindo os prazos para a sua conclusão, aprovação e reporte às entidades oficiais aplicáveis.

De salientar que, esta direção se empenhou no cumprimento da calendarização interna de tarefas, envolvendo toda a equipa, de forma a serem cumpridos rigorosamente os prazos do fecho contabilístico, respondendo, assim, ao controlo de gestão atempado, à comunicação de dados e à prestação de contas ao acionista.

Manteve-se, em 2022, o cumprimento de todas as tarefas de acompanhamento, comunicação e reporte ao ISSA – Instituto de Segurança Social dos Açores, das obrigações declarativas dos armadores, que a LOTAÇOR presta no âmbito da segurança social dos trabalhadores da pesca.

O ano de 2022, fica referenciado como o ano da concessão de exploração da unidade fabril da subsidiária SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A. A Direção de Contabilidade empenhou-se no apoio ao acompanhamento e à definição dos objetivos definidos pela Administração da LOTAÇOR.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Sofia' followed by a surname, written in a cursive style.



*Sofia*  
*A. da Silva*

## LIMITAÇÕES AO PREÇÁRIO

Considerando a instabilidade dos mercados resultante da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia, com impacto nos operadores do sector da pesca e da aquicultura na União e atento o reflexo nas relações comerciais relativas à pescaria do atum, que aconselham a um ajuste temporário nos encargos com a armazenagem dos tunídeos, relativos à faina de 2022, o Governo Regional dos Açores, determinou através da Portaria n.º 84/2022 de 23 de agosto de 2022, com efeitos a 1 de agosto de 2022, a redução dos preços previstos nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 37.º da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 42/2019, de 18 de junho, para as capturas de espécies de tunídeos no mar dos Açores, desembarcadas até ao final do presente ano, por embarcações licenciadas para a safra 2022 nos Açores, nomeadamente:

- a) 100% do preço – nos 90 dias, inclusive, seguintes à entrada do pescado no entreposto;
- b) 75% do preço – Entre o 91.º e 119.º dia seguinte à entrada do pescado no entreposto;
- c) 50% do preço – entre 120.º dia e o 149.º dia seguinte à entrada do pescado no entreposto;
- d) 25% do preço – Entre 150.º dia e o 180.º dia seguinte à entrada do pescado no entreposto.

A medida acima apresentada, resultou numa perda de receitas para a LOTAÇOR no valor de 234 mil euros, valor este que foi compensado, através da formalização de uma adenda ao contrato programa de exploração da LOTAÇOR.

## CONTRATOS PROGRAMA – RAA

O contrato programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca, por conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano de 2022, foi celebrado em 14 de fevereiro de 2022, sendo alvo de uma adenda, a 24 de outubro de 2022, para fazer face às compensações referentes à redução ou suspensão de receitas que vigorou em 2022.

O contrato-programa, tem por objeto, regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a RAA e a LOTAÇOR, tendo em vista o exercício por esta última das atividades específicas correspondentes à prossecução do seu objeto e à realização das suas atribuições, no cumprimento dos fins de interesse geral que lhe estão cometidos pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2005/A, de 22 de julho, anualmente, sendo contratualizado com a RAA que a LOTAÇOR deverá praticar os atos jurídicos e demais operações materiais correspondentes ao exercício das seguintes tarefas:

1. Gestão e Administração dos Portos de Pesca;
2. Gestão dos Investimentos dos Portos de Pesca;
3. Exploração e prestação de serviços relacionados com equipamentos de gelo de apoio à pesca;
4. Exploração e prestação de serviços relacionados com equipamentos de frio de apoio à pesca;
5. Exploração e prestação de serviços relacionados com o comércio de pescado;
6. Celebração de Protocolos com Instituições de Crédito, para financiamento a armadores, destinados ao apoio à pesca local e costeira (apenas relativo aos financiamentos já em curso).
7. Prestação de apoio técnico, administrativo e operacional à Direção Regional das Pescas, nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, relacionado com a frota de pesca, a embarcação FORMAR e os equipamentos portuários.

No quadro abaixo, apresentamos quadro comparativo no período 2020-2022, com a evolução do contrato por rubricas:

*U- Euros*

Contrato Programa com a RAA—Exploração e Prestações de Serviço		CP2020	CP2021	CP2022
1.	Gestão e Administração dos Portos de Pesca	2 140 294	2 096 233	1 566 903
2.	Gestão dos Investimentos dos Portos de Pesca	580 612	485 104	467 611
3.	Exploração e prestação de serviços relacionados com equipamentos de gelo de apoio à pesca	518 225	944 351	498 389
4.	Exploração e prestação de serviços relacionados com equipamentos de frio de apoio à pesca	1 931 917	1 854 411	1 488 376
5.	Exploração e prestação de serviços relacionados com o comércio de pescado	1 714 731	2 560 100	952 057
6.	Celebração de Protocolos com instituições de crédito para financiamento a armadores destinados ao apoio à pesca local e costeira	110 446	4 552	1 933
7.	Prestação de apoio técnico, administrativo e operacional à Direção Regional das Pescas, nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, relacionado com a frota de pesca, a embarcação FORMAR e os equipamentos portuários	-	297 448	201 745
<b>Valor Total (sem IVA)</b>		<b>6 996 227</b>	<b>8 242 198</b>	<b>5 177 014</b>
Valor de IVA (10% e 3,1,5)		749 677	904 968	470 211
<b>Valor Total (com IVA)</b>		<b>7 745 904</b>	<b>9 147 165</b>	<b>5 647 225</b>

De referir que a repartição por centros de custo, conforme espelhado no contrato programa, é sempre efetuada por estimativa, com base em dados históricos e previsões estimadas.


Para além do contrato programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca até ao ano 2020 também era celebrado um contrato programa com a RAA, apenas para a área da formação. No entanto, em 2021, passou a ser integrado no contrato programa para a exploração e prestação de serviços nos portos de pesca, um novo ponto relativo à Prestação de apoio técnico, administrativo e operacional à Direção Regional das Pescas, nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, relacionado com a frota de pesca, a embarcação FORMAR e os equipamentos portuários.

Assim, no quadro abaixo, faz-se a discriminação de todos os contratos programas assinados em 2022, cujo valor indicado inclui o IVA. Todos os contratos programas, foram integralmente recebidos, durante o ano respetivo.

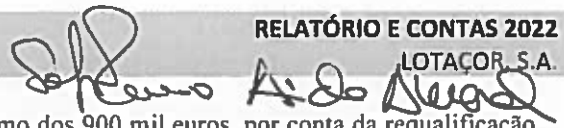
*U- Euros*

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS (RAA)	2 020	2 021	2 022
Contrato-Programa Exploração	7 745 904	9 147 165	5 647 225
Contrato-Programa Formar	241 000	-	-
Total (com IVA)	7 986 904	9 147 165	5 647 225





## INVESTIMENTOS

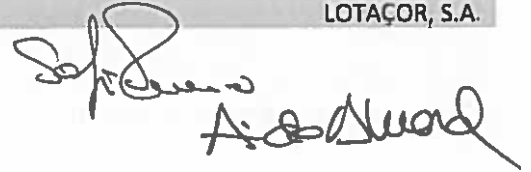


Em 2022, os investimentos realizados, totalizaram um valor próximo dos 900 mil euros, por conta da requalificação e modernização do Entrepasto Frigorífico das Lajes das Flores, a aquisição de equipamentos para o Posto de Recolha da Caloura e a aquisição de viaturas com plataforma elevatória, sendo que, o primeiro investimento, representa cerca de 70% do total investido.

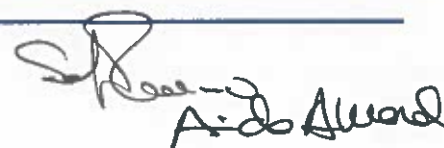
Por outro lado, em 2022 arrancou a empreitada de Requalificação do Entrepasto Frigorífico da Madalena, que realizou um valor superior a 2 milhões de euros, investimento que, se prevê concluído em 2023 em valor superior a 7,5 milhões de euros.

Em 2022, deu-se início ao processo de contratação pública para a aquisição de equipamentos para os entrepostos frigoríficos de Vila do Porto, Horta e Madalena, com a sua execução a ser realizada a meados de 2023.

Mantém-se a perspetiva para 2023 de investimentos ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio, através do FEAMPA, que irá visar sobretudo ao nível de requalificação da rede de Lotas, como por exemplo, a Requalificação e Ampliação da Lota de Ponta Delgada, aquele que será no futuro dos investimentos mais estruturantes do setor das pescas, a juntar as instalações em Rabo de Peixe e Posto de Recolha de Vila Franca do Campo, bem como a Requalificação da Lota de São Mateus, Lota do Corvo e Lota de Santa Cruz das Flores.

Two handwritten signatures in black ink. The first signature is written above the second one. The second signature is more legible and appears to be 'A. S. Duarte'.

## RECURSOS HUMANOS

**Caracterização dos Recursos Humanos**

**Distribuição dos Trabalhadores por Serviço**

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2022, foi de 206, distribuídos da seguinte forma:

Distribuição por serviço (Nº)	Homens	Mulheres	Total
Administração	1	1	2
Apoio Administração	13	12	25
Gestão de Operações da Rede de Lotas e Frio	137	9	146
Gestão de Operações Portuárias e Infraestruturas	3	2	5
Direção Financeira	1	3	4
Direção Contabilidade	5	1	6
Direção de Informática e Desenvolvimento	3	1	4
Direção de Manutenção	14	0	14
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>29</b>	<b>206</b>

**Distribuição dos Trabalhadores por Ilha**

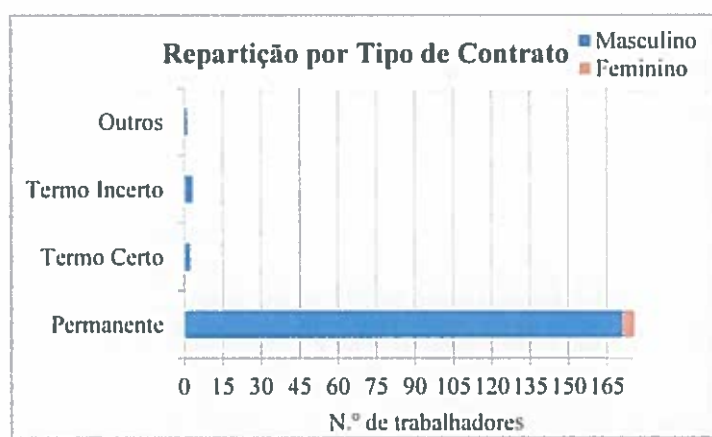
Distribuição dos colaboradores por ilha	Homens	Mulheres	Total
Santa Maria	9	0	9
São Miguel	105	21	126
Terceira	25	0	25
Graciosa	3	0	3
São Jorge	4	0	4
Pico	15	1	16
Faial	12	6	18
Flores	2	0	2
Corvo	2	1	3
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>29</b>	<b>206</b>

**Distribuição dos Trabalhadores por Tipo de Contrato**

Em 31 de dezembro de 2022, o número de trabalhadores efetivos e contratados totalizava 206, dos quais 2 é contratado a termo certo, 3 são contratados a termo incerto, 200 são quadros permanentes e 1 corresponde a outras situações.

No seguinte quadro e gráfico, indica-se a repartição dos efetivos por tipo de contrato, onde se evidencia que 97,1% dos trabalhadores possui contrato permanente com a empresa, 1% dos trabalhadores tem um contrato a termo certo, os restantes 1.9% são referentes a contratos a termo incerto e outras situações.

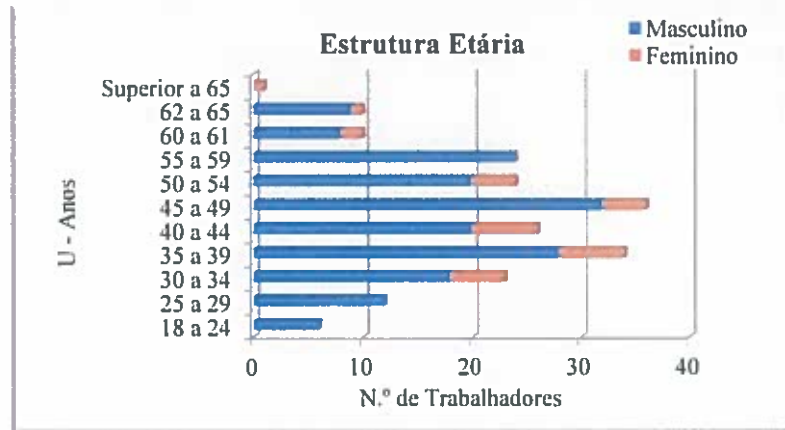
Distribuição por tipo de contrato	Homens	Mulheres	Total
<b>Contrato permanente</b>	83,0%	14,1%	97,1%
<b>Contrato a termo certo</b>	1,0%	0,0%	1,0%
<b>Contrato a termo incerto</b>	1,5%	0,0%	1,5%
<b>Outros</b>	0,5%	0,0%	0,5%
<b>Total</b>	<b>85,9%</b>	<b>14,1%</b>	<b>100,0%</b>



De salientar que 86% dos trabalhadores são do sexo masculino. A LOTAÇOR, em finais de 2022, contou com 177 trabalhadores do sexo masculino e 29 do sexo feminino, quando no final do ano anterior, contava com 169 trabalhadores do sexo masculino e 28 do sexo feminino.

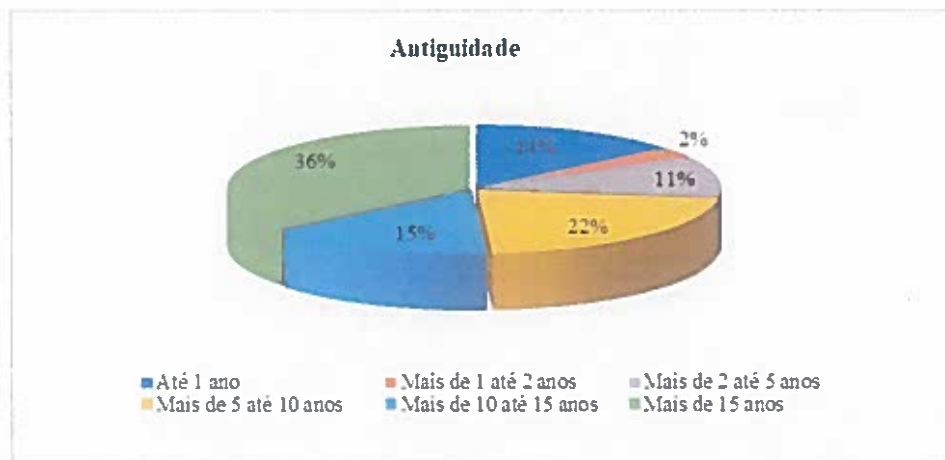
### Estrutura Etária

A média de idades dos trabalhadores da LOTAÇOR situa-se nos 45 anos. No gráfico abaixo indicado, apresenta-se a distribuição dos trabalhadores por escalões etários, onde se verifica que os escalões dos 35 a 39 anos, 40 aos 44 anos, 45 aos 49 anos, são os que absorvem maior número de trabalhadores (46.6%), seguindo-se os escalões dos 50 aos 54 anos e dos 55 aos 59 anos (11.7% cada), dos 30 a 34 anos (11%), dos 62 anos 65 anos e dos 60 a 61 anos (4.9% cada), dos 25 anos a 29 anos (5.8%), dos 18 aos 24 anos (2.9%) e o escalão dos mais de 65 anos (0.5%).



### Antiguidade

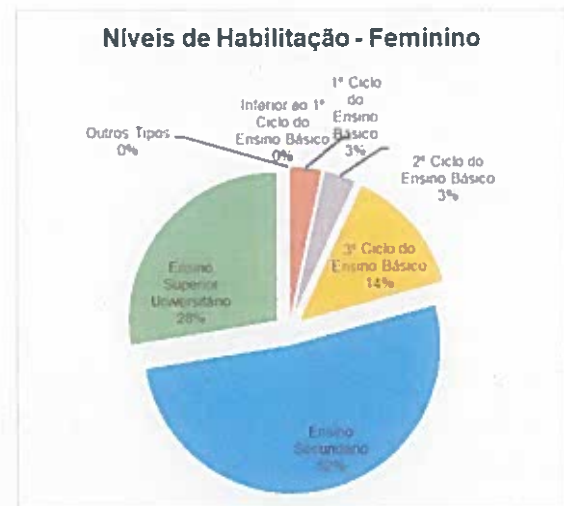
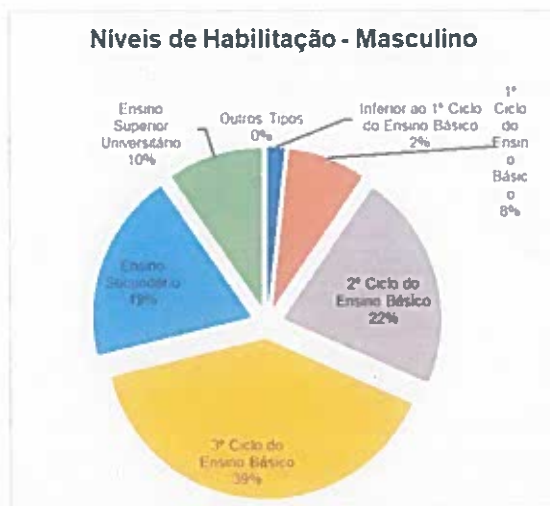
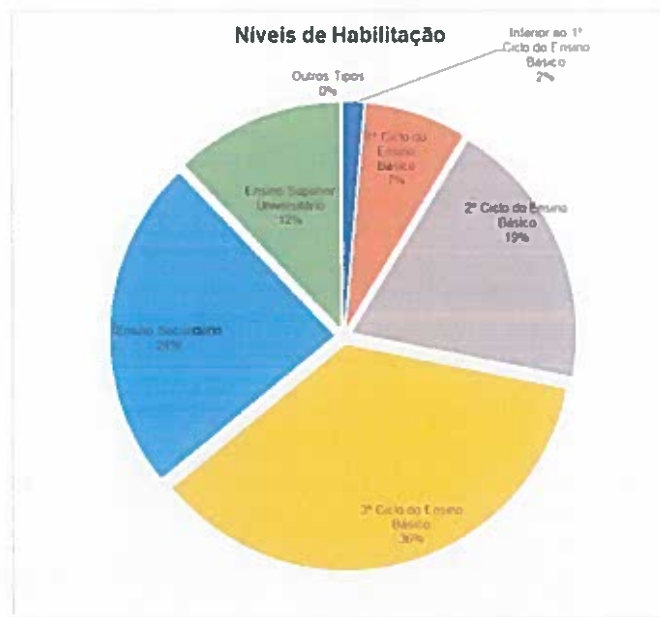
Cerca de 51% do pessoal (105 trabalhadores) possui mais de 10 anos ao serviço da LOTAÇOR, conforme gráfico seguinte. Salienta-se que 22% (45 trabalhadores) apresentam antiguidades entre 5 a 10 anos, antiguidades entre 2 a 5 anos 11% (22 trabalhadores), entre 1 ano e 2 anos temos 2% (5 trabalhadores) e 14% (29 trabalhadores) com antiguidade até 1 ano.



## Habilitações

Verificamos que 36% dos trabalhadores possuem o 3º ciclo do ensino básico, 20% dos trabalhadores detêm o 2º ciclo do ensino básico, 24% têm o ensino secundário, e 7% dos trabalhadores detêm o 1º ciclo do ensino básico, sendo de 12% dos trabalhadores são licenciados e apenas 1% dos trabalhadores possuem escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico ou outros tipos.

Os níveis de habilitações repartem-se conforme gráfico a seguir indicado:





## Medicina no trabalho

A empresa e os seus trabalhadores continuam a contar com a colaboração da empresa Securmédica.

De evidenciar o esforço no sentido de melhorar o acompanhamento médico dos nossos trabalhadores de todas as ilhas.

- Distribuição das consultas médicas por ilha:

Distribuição das consultas médicas por ilha	Homens	Mulheres	Total
Santa Maria	7	0	7
São Miguel	55	12	67
Terceira	19	0	19
Graciosa	1	0	1
São Jorge	4	0	4
Pico	6	0	6
Faial	11	1	12
Flores	0	0	0
Corvo	1	1	2
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>14</b>	<b>118</b>

Em 2022, foram efetuadas consultas a 118 trabalhadores, tendo sido consultados 14 trabalhadores do sexo feminino e os restantes 104 do sexo masculino.

Consultas Médicas	18 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Homens	50	54	104
Mulheres	11	3	14
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>57</b>	<b>118</b>

## Taxas de Acidentes de Trabalho

Durante o ano de 2022 ocorreram 13 acidentes de trabalho, 11 em São Miguel, 1 no Pico e 1 da Terceira, sendo 12 dos sinistrados do sexo masculino e um do sexo feminino.

Na categoria dos sinistrados, em São Miguel, 6 são operadores de Lota e Porto (5 na Lota de Ponta Delgada e 1 no Posto de Recolha de Vila Franca), 3 Operadores de Entrepasto Frigorífico de 1ª do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada, 2 Motoristas.

Na ilha do Pico, ocorreu 1 acidente no Entrepasto Frigorífico da Madalena com a categoria de Operador de Entrepasto Frigorífico de Principal.

Em relação ao acidente ocorrido na ilha Terceira a categoria do trabalhador é a de Encarregado de Lota.

Em média, o período de interrupção para o trabalho, foi de 65 dias.



*Sofia A. do Nascimento*

Acidentes de Trabalho	18 a 49 anos	Mais de 50 anos	Total
Homens	6	6	12
Mulheres	0	1	1
Total	6	7	13

De notar que, em 2022, ocorreram mais quatro acidentes que no ano anterior e o número médio de dias de interrupção para o trabalho aumentou de 30 para 65 dias.

#### Acidentes de Trabalho



#### Formação Profissional

A valorização dos recursos humanos tem sido uma aposta da administração, traduzindo-se em 2022, na realização de um plano de formação em 2022, que contemplou 17 cursos / ações de formação, 702 formando, abrangendo os trabalhadores das 9 ilhas dos Açores, num total de 5.935 h de formação (formando x hora).

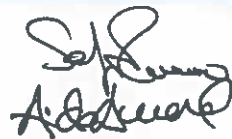
Do levantamento de necessidades efetuado internamente, e em conformidade com o perfil, competências e responsabilidades do trabalhador, foi dada primazia em áreas como a segurança alimentar e do trabalho.

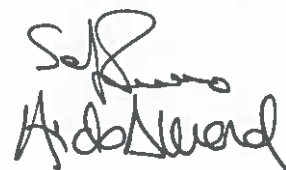
Para além dos trabalhadores da LOTAÇOR e por utilizarem as nossas infraestruturas ou os nossos equipamentos, foram convidados trabalhadores das Associações de Pesca e da Portos dos Açores.

Para além da formação ministrada, os trabalhadores da LOTAÇOR, participaram ou foram preletores em diversos fóruns, seminários ou congressos. No mapa abaixo, indicam-se apenas os trabalhadores da empresa que participaram em ações de formação, abrangendo as seguintes áreas:

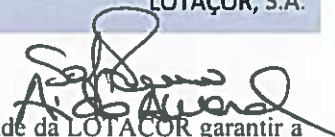
FORMAÇÃO - ANO 2022

Ação de Formação	Masculino	Feminino	Total	Carga	Carga horária
Regras Básicas - Higiene e Segurança Alimentar e Boas Práticas na Classificação do Pescado Fresco em Lota	91	2	93	27	2511
UFCD 0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	31	0	31	25	775
UFCD 7846 - Informática - noções básicas	5	11	16	50	800
UFCD 4478 - Técnicas de socorrismo - Princípios	12	1	13	25	325
E862-052.016 - Formação em pórtilcos, gruas e empilhadores	32	1	33	16	528
Conciliação e Igualdade entre Mulheres e Homens	7	3	10	12	120
Manuseamento de gases fluorados com efeito de estufa em equipamentos de refrigeração de câmaras e reboques refrigerados categoria I	4	0	4	52	208
E090-058.020 - Gestão de Conflitos	14	2	16	20	320
Interpretação ISSO 22000:2018 - Sistemas de Gestão da Segurança	0	2	2	16	32
MABIII - Power BI Avançado	1	0	1	16	16
Formação Técnica Palo Alto/Governo Regional dos Açores	2	0	2	26	52
Movimentação Manual de Cargas (MMC)	93	4	97	0,5	48,5
Avaliação de Riscos - "Riscos a que me encontro exposto e a sua prevenção"	107	16	123	1	123
Panfleto Informativo "Organização da Emergência"	63	12	75	0,5	37,5
Panfleto Informativo "Instruções Gerais de Atuação em Caso de Emergência"	62	16	78	0,5	39
Panfleto Informativo "Higiene e Segurança no Trabalho"	1	1	2	N/A	N/A
Panfleto Informativo "Ergonomia no Escritório"	87	19	106	N/A	N/A
<b>Totais</b>	<b>612</b>	<b>91</b>	<b>703</b>	<b>287,5</b>	<b>5935</b>





## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL



Sendo o mar um dos principais recursos da Região Autónoma dos Açores, é responsabilidade da LOTAÇOR garantir a sua sustentabilidade, compatibilizando o desenvolvimento da sua atividade com o meio social e ambiental em que está inserida, participando ativamente em campanhas de sensibilização, desenvolvimento e investigação na área da pesca.

A LOTAÇOR, no âmbito da Investigação e Desenvolvimento, tem colaborado com diversas entidades, em diferentes programas e projetos, orientados para a produção de conhecimento científico, recolha e reporte de dados, onde se destacam:

- Direção Regional das Pescas (DRP) – Programa Nacional de recolha de dados;
- DOP/ IMAR /OKEANOS - Programa para observação de Pescas dos Açores/Projeto Costa (visa a monitorização de espécies marinhas protegidas cujo habitat centraliza-se nas zonas costeiras) /Projeto MONICO (gestão articulada e integrada das pescas e áreas marinhas protegidas costeiras);
- AIRCENTRE – Projeto CUSTODIAN;
- Observatório do Mar dos Açores (OMA)– OCEANLIT;
- Universidade de Patras – Projeto ENVIRO-NEMESIS. Interreg EURO-MED;
- Universidade do Minho – Projeto Doutoramento para o aproveitamento de subprodutos da Indústria do Atum;

Como Responsabilidade Social e Desenvolvimento Local, destacam-se as seguintes participações:

- Acompanhamento do projeto “Fenais a Fenais”;
- Construção do “Plano para a igualdade”;
- Construção das Estratégias Locais e de desenvolvimento para os grupos de ação local – Pesca.

Dentro da sua responsabilidade ambiental, tem se feito representar em várias campanhas, conferências/palestras, tais como:

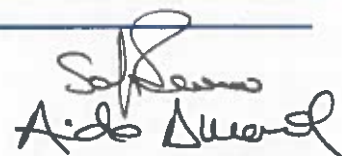
- Organização para a parceria “Cartilha para a sustentabilidade”;
- Preletor em campanhas de sensibilização para a Literacia dos Oceanos e Consumo Sustentável em Escolas e Forças Vivas Locais;
- Representação da LOTAÇOR no Projeto “Escola Azul”;
- Colaboração na Campanha “SOS Cagarro”;
- Preletor na Conferência “Bluefest”;
- Representação da LOTAÇOR no Debate ExpoLab Áreas Marinhas Protegidas.

*Sofia Sousa*  
*A. de Almeida*

## ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



**Ativo**



U – Mil Euros

ATIVO	2 021 (Reexpresso)	2 022	Var 2022/2021 (Em valor)	Var 2022/2021 (Em %)
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	23 352	25 939	2 587	11,1%
Ativos intangíveis	31	48	18	57,3%
Participações financeiras- método da equiv. patrimonial	19 521	4 753	-14 767	-75,6%
Outros investimentos financeiros	21	34	13	63,9%
Créditos a receber	105	0	-105	-100,0%
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>	<b>43 029</b>	<b>30 774</b>	<b>-12 255</b>	<b>-28,5%</b>
<b>Ativo Corrente</b>				
<b>Inventários</b>				
Clientes	1 138	1 186	48	4,2%
Estados e outros entes públicos	40	36	-3	-7,8%
Outros Créditos a Receber	403	9 114	8 711	2163,8%
Diferimentos	24	19	-5	-20,3%
Caixa e depósitos bancários	128	272	145	113,1%
<b>Total do Ativo Corrente</b>	<b>1 732</b>	<b>10 628</b>	<b>8 896</b>	<b>513,5%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>44 761</b>	<b>41 403</b>	<b>-3 358</b>	<b>-7,5%</b>

**Ativo não corrente**

Os ativos fixos tangíveis, no montante de 25,9 milhões de euros, aumentaram em termos líquidos de depreciações e amortizações, cerca de 2,6 milhões de euros, de 2021 para 2022 (11,1%). Este acréscimo deve-se essencialmente à verificação de investimentos de montantes significativos e ao natural processo depreciativo.

Os ativos intangíveis, no montante de cerca de 48 mil euros, dizem respeito, essencialmente, a programas informáticos, dos quais, se destaca o upgrade ao sistema de leilão da Lota de Ponta Delgada, com cerca de 36 mil euros.

Nas Participações Financeiras, regista-se o método de equivalência patrimonial da nossa subsidiária SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, SA., sendo que, de 2021 para 2022, passa de 19,5 milhões de euros para cerca de 4,8 milhões de euros por via da formalização do contrato de cessão de exploração da sua fábrica, pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos, com opção de compra ao fim deste prazo.

Os outros investimentos financeiros, no ativo não corrente, no valor de cerca de 34 mil euros em 2022 e 21 mil euros em 2021, dizem respeito, exclusivamente, às contribuições para o Fundo de Compensação.

Os empréstimos à nossa subsidiada foram liquidados por via da cobertura de prejuízos acumulados.

**Ativo corrente**

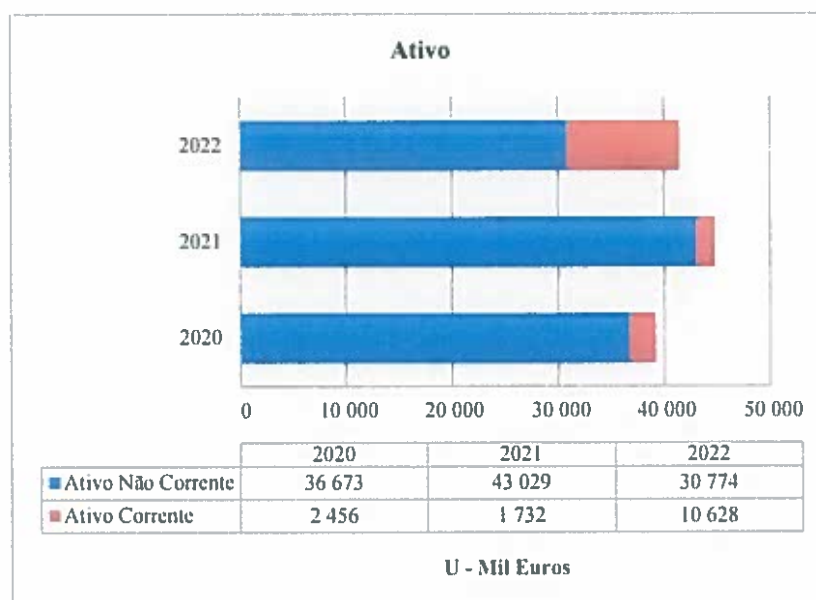
No ativo corrente, as dívidas de clientes, no montante de cerca de 1,2 milhões de euros em 2022 registaram um aumento de 4,2% (cerca de 48 mil euros), face a 2021. Manteve-se a estratégia habitual de gestão das dívidas de clientes (redução

de plafonds, incentivo à utilização do “confirming”), que tem resultado no aumento das reversões e consequente diminuição dos valores registados em perdas por imparidades acumuladas.

Os outros créditos a receber e diferimentos (ativo corrente) somam, em 2022, 9,1 milhões de euros, e refere-se na sua maioria ao valor a receber de subsídios ao investimento, bem como, o valor previsto a receber do contrato programa de investimento da empreitada de Requalificação do Entrepósito Frigorífico da Madalena do Pico, no ano 2023.

Em 2022, os depósitos bancários e caixa totalizaram cerca de 272 mil euros, 145 mil euros acima do ano anterior. Sendo assim, o ativo corrente, no montante de 10,6 milhões de euros, aumentou face a 2021, cerca de 8,9 milhões de euros (+513,7%).

Pela conjugação das variações atrás expostas, o ativo (não corrente + corrente) de cerca de 41,4 milhões euros, regista uma diminuição de 3,4 milhões (-7,5 %), de 2021 para 2022.

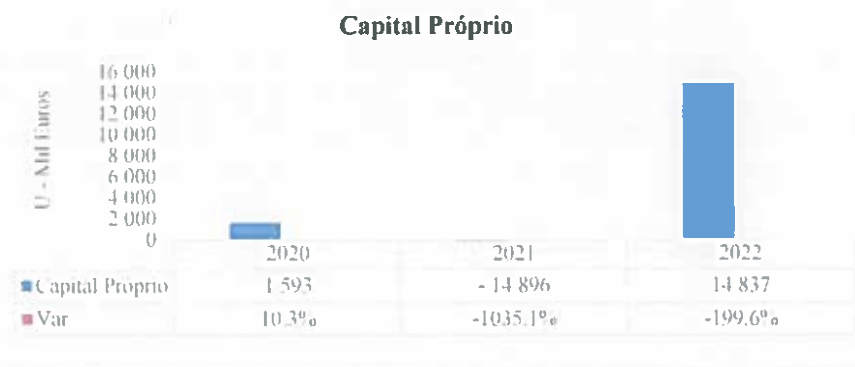


## Capital Próprio e Passivo

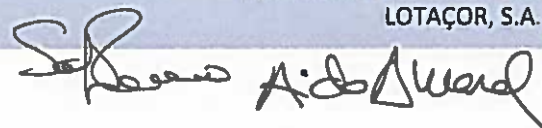
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2021	2022	Var 2022/2021	U – Mil Euros
	(Reexpresso)		(Em valor)	(Em %)
<b>Capital próprio</b>				
Capital subscrito	5 150	5 150	0	0,0%
Reservas legais + Outra Reservas	79	89	11	13,3%
Resultados transitados	-29 098	-7 773	21 324	-73,3%
Excedentes de Revalorização	9	9	-0	0,0%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	9 385	18 196	8 812	93,9%
Resultado líquido do período	-421	-834	-414	98,4%
Interesses minoritários				
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-14 896</b>	<b>14 837</b>	<b>29 733</b>	<b>-199,6%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	21 691	83	-21 609	-99,6%
Estado e outros entes públicos	301	258	-43	-14,4%
Financiamentos obtidos	26 091	15 118	-10 972	-42,1%
Passivos por impostos diferidos	2	2	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	1 567	3 035	1 467	93,6%
<b>Total - Passivo não corrente</b>	<b>49 652</b>	<b>18 495</b>	<b>-31 157</b>	<b>-62,8%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	503	663	160	31,9%
Estado e outros entes públicos	455	318	-137	-30,1%
Financiamentos obtidos	5 143	2 227	-2 916	-56,7%
Outras dívidas a pagar	3 879	4 825	946	24,4%
Diferimentos	25	37	12	45,5%
Passivos financeiros + Passivos não correntes detidos para venda				
<b>Total - Passivo Corrente</b>	<b>10 005</b>	<b>8 071</b>	<b>-1 935</b>	<b>-19,3%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>59 657</b>	<b>26 566</b>	<b>-33 091</b>	<b>-55,5%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>44 761</b>	<b>41 403</b>	<b>-3 358</b>	<b>-7,5%</b>

### Capital próprio (Acionista)

Em função do resultado líquido do período negativo em cerca de 834 mil euros, bem como, de outras alterações reconhecidas no capital próprio, em 31 de dezembro de 2022, é de 14,8 milhões de euros, valor superior ao ano transato em 29,7 milhões de euros, muito por via da cobertura de prejuízos acumulados no montante correspondente à transferência para a esfera da Região Autónoma dos Açores, de um conjunto de operações de financiamento, das quais era avalista, bem como ao reconhecimento de subsídios ao investimento dos Entrepostos Frigoríficos da Horta, Vila do Porto e da Madalena do Pico.







## Passivo

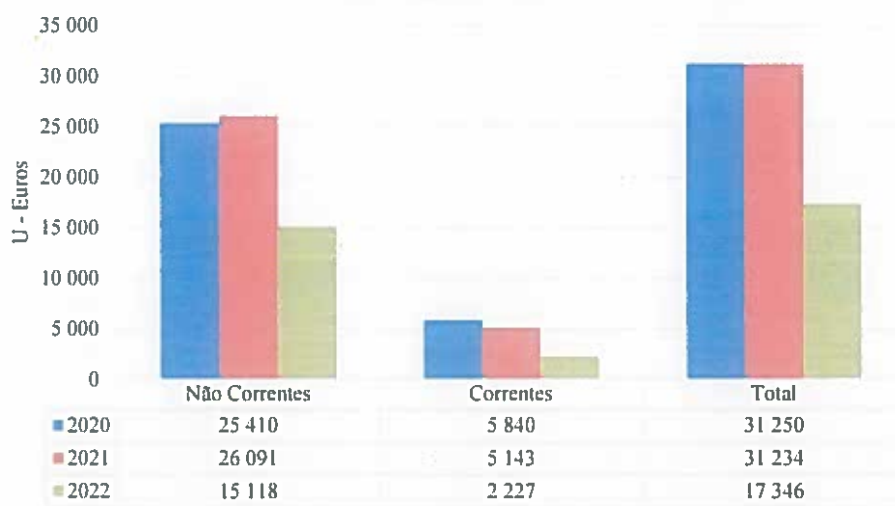
### Passivo não corrente

As Provisões passam de 2021 para 2022 de cerca de 21,8 milhões de euros para cerca de 83 mil euros, por via da reexpressão das demonstrações financeiras, de modo a reconhecer o método de equivalência patrimonial da sua subsidiária SANTA CATARINA, sendo revelado nesta rubrica a parcela de prejuízos que excede o valor contabilístico da participação financeira.

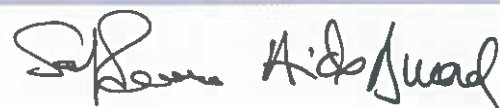
As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, no médio e longo prazo, no montante de 258 mil euros, em 2022, dizem respeito, na sua maioria, ao saldo em dívida de acordos anteriores com a Segurança Social que se encontram a ser liquidados, de acordo com os planos existentes.

Os financiamentos bancários obtidos, classificados no médio e longo prazo, no montante de cerca de 15,1 milhões de euros, em 2022, diminuíram cerca de 11 milhões de euros (-42,1%), face ao ano transato, por via da transferência para a Região Autónoma dos Açores, na sua qualidade de acionista única, de um conjunto de operações de financiamento da LOTAÇOR no montante de cerca de 14,5 milhões de euros e enquadrado no processo de saneamento financeiro e reestruturação empresarial que foi efetuado, desde 2009, na subsidiária SANTA CATARINA, conforme previsto no Despacho nº2370/2022 de 15 de novembro de 2022 da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Financiamentos Obtidos**



As outras dívidas a pagar no passivo não corrente, de cerca de 3 milhões de euros, em 2022, dizem respeito, na sua totalidade, a ajustamentos em subsídios não reembolsáveis reconhecidos no capital próprio.



### Passivo corrente

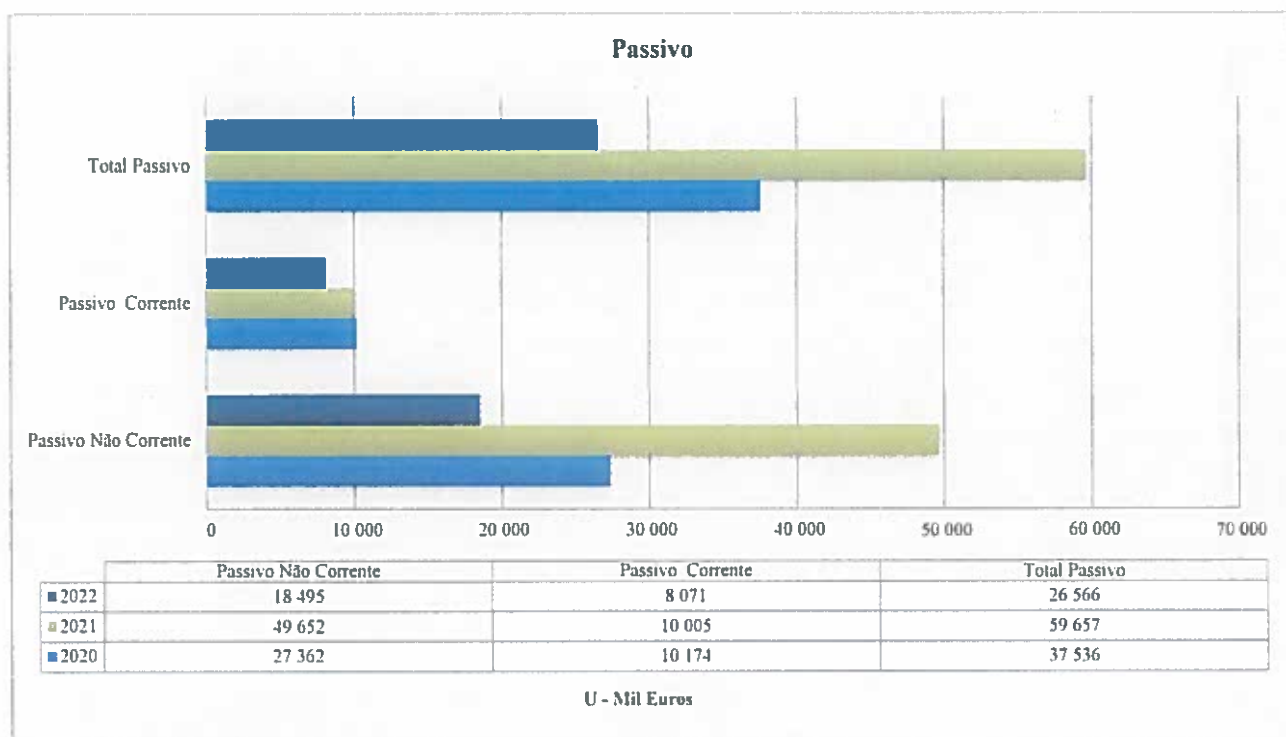
As dívidas de fornecedores no curto prazo, totalizaram 663 mil euros, o representa um aumento de 160 mil euros face ao período homólogo, que se explica em parte, pelo mau tempo que se fez sentir no último trimestre de 2022, que contribuiu para uma redução da atividade da pesca e conseqüente diminuição das receitas nesse período.

As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos no curto prazo (318 mil euros), diminuiram cerca de 137 mil euros de 2021 para 2022. Os financiamentos bancários obtidos, classificados no curto prazo, no montante de cerca de 2,2 milhões de euros, em 2022, diminuiram cerca de 2,9 milhões euros (-56,7%), face ao ano anterior, no seguimento do referido na mesma rúbrica do passivo não corrente.

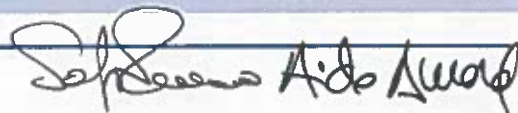
As outras dívidas a pagar, cifrando-se em cerca de 4,8 milhões de euros, aumentaram 946 mil euros, de 2021 para 2022, o qual se justifica pelo aumento dos valores a pagar a fornecedores de investimento e a adiantamentos de fundos comunitários.

Em termos gerais o passivo corrente, no montante de cerca de 8,1 milhões de euros, diminuiu cerca de 1,9 milhões de euros, de 2021 para 2022 (-19,3%).

Em 2022, o passivo da empresa (não corrente e corrente) totaliza cerca de 26,6 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 33,09 milhões de euros, muito por via da redução do endividamento bancário bem como da provisão registada em 2021 relativa ao método de equivalência patrimonial, conforme mencionado anteriormente.



## Gastos



U- Mil Euros

GASTOS	2020	2021	2022	Var 2022/2021	
Fornecimentos e serviços externos	2 792	2 623	3 093	470	17,93%
Gastos com o pessoal	4 679	4 837	5 376	538	11,13%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	365	- 96	- 314	-218	227,01%
Provisões (aumentos/reduções)	226	- 9	- 69	-60	683,44%
Outros gastos	208	366	112	-254	-69,38%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 457	1 170	1 173	3	0,22%
Juros e gastos similares suportados	1 069	905	743	-162	-17,88%

## Fornecimentos e serviços externos

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, no montante de cerca de 3,1 milhões de euros registaram um aumento de 470 mil euros (+18%) face ao ano anterior, que se explica, pelo efeito da inflação que se fez sentir, tal como, pelo esforço feito de manutenção e conservação preventiva, demonstrado pelo aumento verificado nas rubricas de “Conservação e Reparação” e “Trabalhos Especializados”, que representam cerca de 1,1 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 343 mil euros, comparativamente ao período homólogo, seguido pela “Energia e Fluidos” que totalizaram 1,05 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 113 mil euros, concentrado na “Eletricidade e Combustíveis”.

Abaixo o detalhe por rubrica:

Fornecimento e Serviços Externos	2020	2021	2022	Var2022/2021 (Valor)	Var2022/2021 (%)
Sub contratos	52 310	52 176	89 998	37 822	72%
Serviços Especializados	1 090 324	892 205	1 221 348	329 143	37%
Materiais	29 548	23 608	43 603	19 995	85%
Energia e Fluidos	902 632	940 981	1 054 203	113 223	12%
Deslocações, Estadas e Transportes	117 082	244 785	208 877	-35 908	-15%
Serviços Diversos	600 258	469 383	475 332	5 949	1%
Totais	2 792 153	2 623 137	3 093 362	470 225	18%

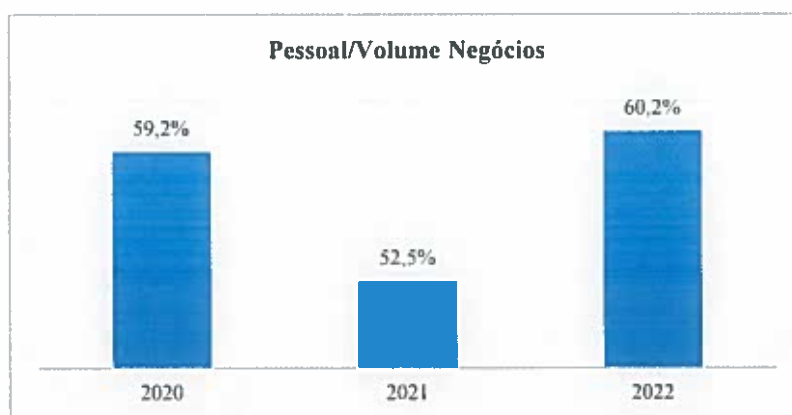
O peso dos FSE sobre o volume de negócios aumentou de 28,5% para 34,7%, de 2021 para 2022.



### Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal, no montante de 5,38 milhões de euros, registaram um aumento de 538 mil euros (+11,1% face ao ano anterior), em resultado do aumento do salário mínimo regional, da atualização salarial dos restantes vencimentos indexada ao mesmo, que resulta da negociação salarial com o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pescas, bem como progressão de carreiras e reclassificações, ao abrigo do Acordo de Empresa em vigor.

O peso dos gastos com pessoal no volume de negócios evoluiu positivamente de 52,5%, em 2021 para 60,2% em 2022, em resultado do aumento destes gastos face ao período homólogo, com o volume de negócios a sofrer um ligeiro decréscimo (cerca de -3,2%).



### Imparidades de Dívidas a Receber (perdas e reversões)

Foram registadas imparidades de dívidas a receber, em 2022, de cerca de 118 mil euros. No entanto, no mesmo período ocorreram reversões de perdas de imparidade em dívidas a receber no valor de 433 mil euros, o que resulta num saldo positivo de 314 mil euros (mais 218 mil euros que no ano anterior), muito pelo controlo do crédito que se tem efetuado e pelo esforço de cobrança, formalização e acompanhamento de acordos de pagamento para verbas já devidamente provisionadas.

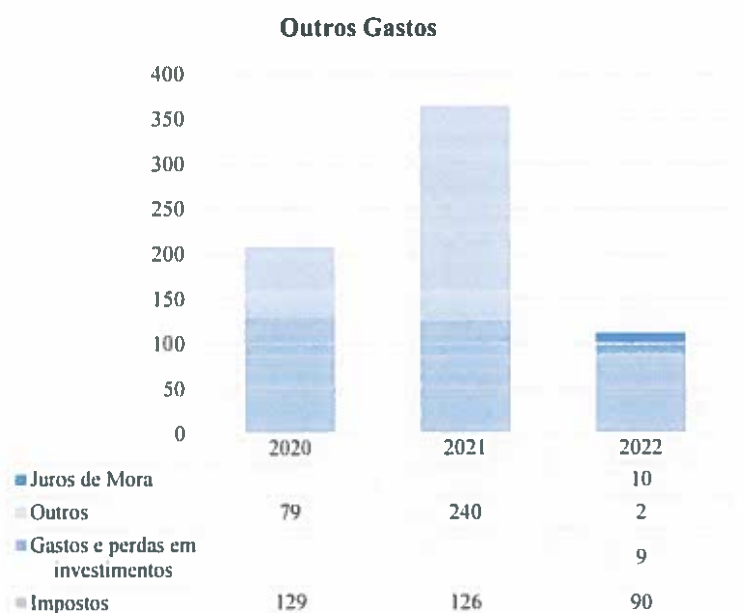
Foi registada ainda uma reversão de 69.297,18€, relativa a uma provisão anteriormente registada, no âmbito do processo, ocorrido em 2020, da Burla informática e falsificação de IBAN da Subsidiária SANTA CATARINA- Indústria Conserveira, SA.

Quanto aos outros rendimentos, no montante de 840 mil euros, aumentaram cerca de 41 mil euros face ao período homólogo e dizem respeito, essencialmente, à imputação de subsídios ao investimento, rendas e aos encargos financeiros debitados aos clientes por incumprimento dos prazos de pagamento acordados.

## Outros Gastos

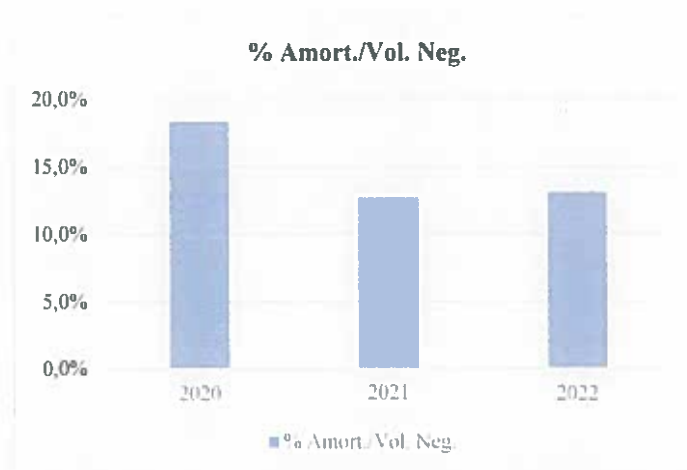
*Sofia Soares*  
*A. de Almeida*

A conta de outros gastos, em 2022, realiza um decréscimo de 69% comparativamente ao ano anterior, registando um valor de cerca de 112 mil euros, que provêm, na sua maioria, de imposto de selo sobre o capital, juros de mora e gastos e perdas em financiamentos. A diminuição verificada, justifica-se maioritariamente por não se replicar neste ano, a situação extraordinária que se verificou no ano anterior, relativa à compensação dos atuneiros, que totalizou cerca de 185 mil euros, pela inoperacionalidade dos Entrepósitos Frigoríficos das ilhas do Faial e de Santa Maria.



## Gastos de Depreciação e de Amortização

As amortizações, no montante de cerca de 1,17 milhões de euros, não registaram grandes alterações, em consequência do anteriormente referido na análise do Ativo Não Corrente, rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

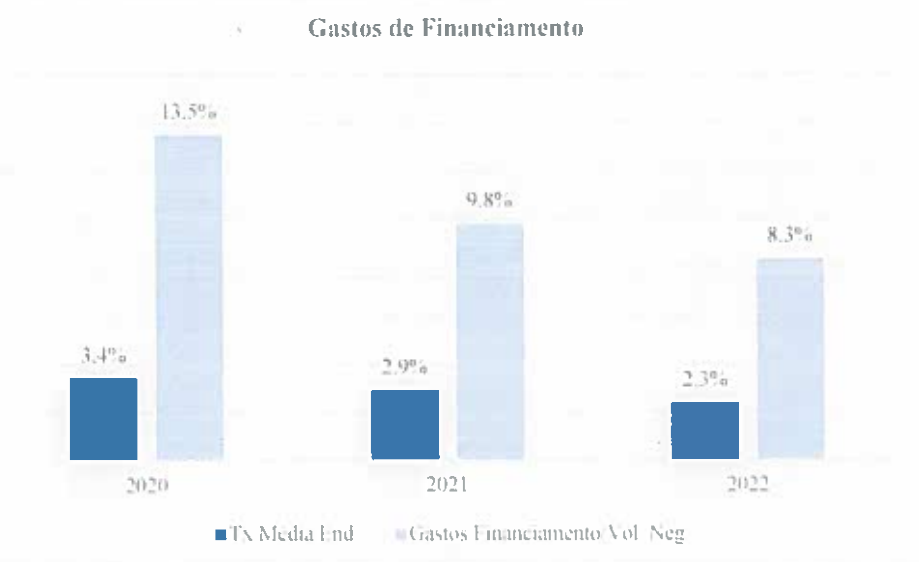


### Juros e gastos similares suportados

Em relação aos gastos e perdas de financiamento, que ascenderam a 743 mil euros em 2022, verificou-se uma diminuição de cerca de 162 mil euros face ao ano anterior (-17,9%), em resultado da estratégia de renegociação de alguns financiamentos mais onerosos e da menor utilização ao longo do ano das contas correntes de curto prazo.

A taxa média de endividamento bancário, no final de 2022, ascendeu a 2,3%, ficando abaixo dos 2,9% registados em 2021. Note-se que tivemos de ajustar o cálculo da mesma, em virtude da particularidade do Governo Regional dos Açores, ter assumido em dezembro de 2022 cerca de 14,5 milhões de euros do nosso passivo bancário, conforme anteriormente explicado. Caso contrário, a taxa média de endividamento bancário daria 4,3%, o que não representaria a realidade, pois os encargos financeiros suportados ao longo de todo o ano, foram para um nível de endividamento bancário na ordem dos 31,7 milhões de euros.

O peso dos gastos de financiamento face ao volume de negócios diminuiu de 9,8% para 8,3%, fruto de um pequeno decréscimo no volume de negócios (-3,2% do que o período homólogo) mas essencialmente pelos gastos de financiamento terem diminuído 17,9%, pelo motivo atrás exposto.



### Rendimentos

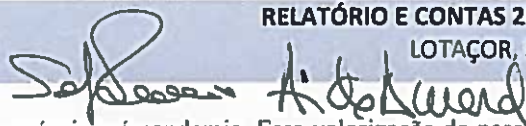
*U - Mil Euros*

RENDIMENTOS	2020	2021	2022	Var 2022/2021	
Vendas e serviços prestados	7 910	9 219	8 923	-296	-3,21%
Outros rendimentos	1 594	799	809	10	1,25%

### Vendas e Prestações de Serviços

O ano 2022, revelou-se à semelhança de 2021, um ano muito bom, não só relativamente ao volume de pescado descarregado, mas especialmente pela sua valorização. Embora se tenha verificado um decréscimo de 1,7 mil toneladas face ao ano anterior, em termos de valor, ficou-se acima dos 3,7 milhões de euros, fruto da estratégia de valorização de





pescado dos últimos anos e pela retoma da atividade do turismo para níveis pré-pandemia. Essa valorização do pescado reflete-se no nosso volume de negócios, mais concretamente nas nossas taxas de lota sobre o valor de pescado e no aluguer de frio dos nossos entrepostos frigoríficos, sobre as quais, vigorou a portaria 84/2022 de 23 de agosto de 2022 e que reduziu o nosso preçário relativamente à conservação de tunídeos capturados nos Açores, por embarcações licenciadas para a safra de 2022.

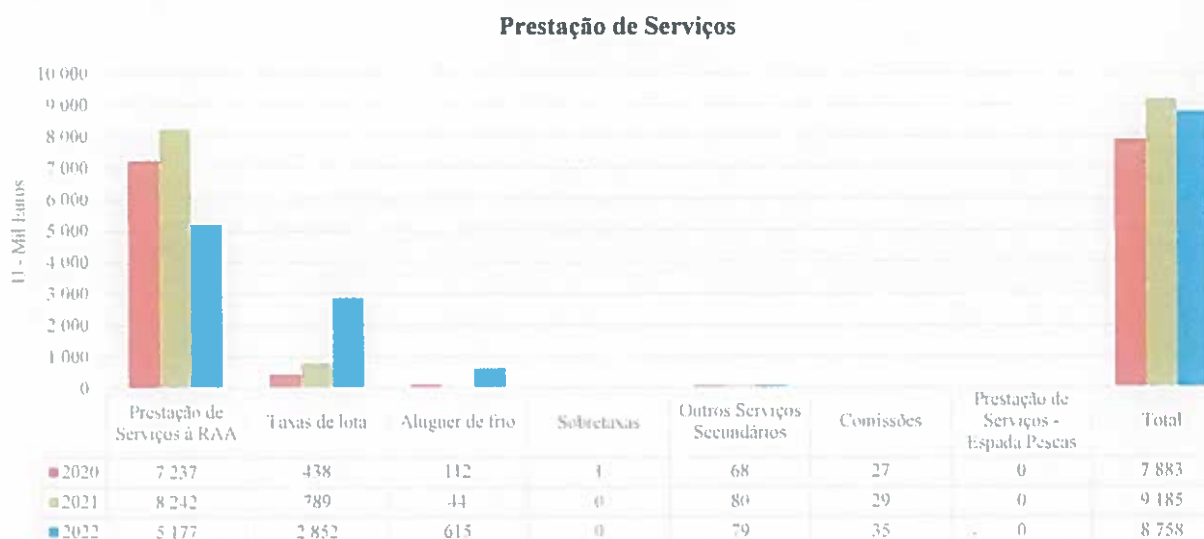
## Vendas

Em 2022, as vendas dizem respeito na sua totalidade ao gelo vendido, no montante de 165 mil euros, o que representa um aumento de 131 mil euros face ao ano anterior, tal como referido anteriormente, o gelo voltou a ser cobrado a 100%, ao contrário dos anos anteriores, em que, como medida de apoio às empresas da fileira da pesca e de modo a aliviar os impactos causados pela pandemia covid-19, estiveram suspensos os preços previstos no artigo 36.º da Portaria n.º 24/2018, de 19 de março, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 42/2019, de 18 de junho



## Prestação de Serviços

Em 2022, os serviços prestados foram de cerca de 8.758 mil euros, mais cerca de 427 mil euros do que no ano anterior. A prestação de serviços à RAA representou 5,2 milhões de euros, menos cerca de 3 milhões de euros do que no ano anterior.



O aluguer de frio, no montante de 615 mil euros em 2022, teve um aumento de 571 mil euros, face ao ano transato, por via da retoma parcial da cobrança do aluguer de frio, conforme anteriormente referido.

### Outros Rendimentos

Os outros rendimentos, no montante de cerca de 809 mil euros, mantiveram-se mais ou menos ao mesmo nível do período homólogo e dizem respeito essencialmente à imputação de subsídios ao investimento.

## Resultados

*U - Mil Euros*

Resultados	2021 (Reexpresso)	2022	Var 2022/2021	
			Em valor	Em %
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)	1 667	1 085	- 582	-154%
Resultado Operacional (EBIT)	497	88	- 585	565%
Resultados Antes de Impostos	- 408	- 831	- 423	-49%
Resultado Líquido do Período	- 420	- 834	- 414	-50%

### Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, em 2022, foi positivo em cerca de 1.085 mil euros, inferior ao ano anterior em cerca de 582 mil euros.

### Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)

Apurou-se um resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) negativo de cerca de 88 mil euros o que representa um decréscimo de 585 mil euros face ao ano anterior.

### Resultado Antes de impostos

O resultado operacional de 2022, negativo em cerca de 88 mil euros, deduzido dos encargos financeiros de cerca de 743 mil euros), traduz-se num resultado antes de impostos negativo em cerca de 831 mil euros. Em 2021, o resultado antes de impostos foi negativo em cerca de 408 mil euros.

### Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em cerca de 834 mil euros, superior ao ano anterior em 414 mil euros, (sendo negativo em cerca de 420 mil euros em 2021), que se justifica essencialmente pelo seguinte:

- i) Diminuição do volume de negócios em cerca de 296 mil euros, pela redução da atividade que se verificou nos últimos 3 meses, influenciado pelas más condições climáticas que se fizeram sentir;



- ii) Efeito extraordinário na rubrica de “Ganhos/Perdas” imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, no valor de 493 mil euros em 2022, quando no ano anterior foi inferior em cerca de 137 mil euros, relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial dos resultados e contas da subsidiária SANTA CATARINA;
- iii) Aumento dos FSE’s em cerca de 470 mil euros;
- iv) Aumento de 538 mil euros dos Gastos com Pessoal;
- v) O saldo entre as perdas e reversões de Imparidades de Dívidas a Receber, bem como das Provisões, tiveram uma variação positiva na ordem dos 279 mil euros, por via de termos mais reversões e menos imparidades e provisões do que no ano anterior;
- vi) Diminuição da rubrica de Outros Gastos em 254 mil euros muito por via do efeito do ano anterior, que não se repetiu neste ano, da compensação aos armadores de cerca de 185 mil euros pelos gastos incorridos por cada tonelada de tunídeos entregues nos entrepostos frigoríficos de Ponta Delgada e Madalena;
- vii) Redução dos juros suportados em 162 mil euros.

#### Proposta de Aplicação de Resultados

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo 23º. dos estatutos da empresa e com o artigo 376º do código das sociedades comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido, do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante negativo de **834.321,10 euros** (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros e dez cêntimos), seja levado a resultados transitados.

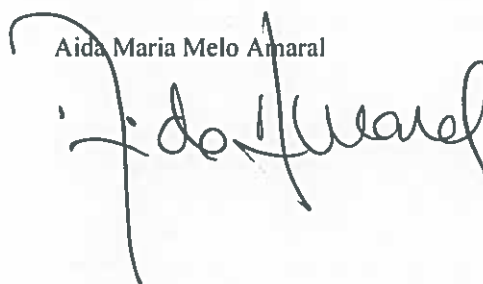
Ponta Delgada, 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

Sofia da Loura Inácio



Aida Maria Melo Amaral





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

BALANÇO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

U – Euros

	NOTAS	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021 (Reexpressão)
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	25 938 580,49	23 351 538,88
Ativos intangíveis	8	48 287,90	30 699,99
Participações financeiras - método da equiv. patrimonial	9	4 753 354,23	19 520 729,04
Outros investimentos financeiros	6	34 121,69	20 822,41
Créditos a receber	10	0,00	105 095,73
		<b>30 774 344,31</b>	<b>43 028 886,05</b>
<b>Ativo Corrente</b>			
Clientes	10	1 186 231,44	1 137 903,74
Estados e outros entes públicos	11	36 431,27	39 529,82
Outros créditos a receber	10	9 113 821,66	402 586,40
Diferimentos	12	19 484,98	24 443,74
Caixa e depósitos bancários	4	272 427,88	127 850,46
		<b>10 628 397,23</b>	<b>1 732 314,16</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>41 402 741,54</b>	<b>44 761 200,21</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital		5 150 000,00	5 150 000,00
Reservas legais		15 000,00	4 500,00
Outras reservas		74 177,21	74 177,21
Resultados transitados		(7 773 276,96)	(29 097 588,01)
Excedentes de revalorização		8 903,40	8 903,40
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		18 196 457,34	9 384 541,68
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(834 321,10)</b>	<b>(420 540,68)</b>
<b>Total do capital próprio</b>	13	<b>14 836 939,89</b>	<b>(14 896 006,40)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	14	82 702,82	21 691 248,98
Estado e outros entes públicos	11	257 706,46	301 150,15
Financiamentos obtidos	18	15 118 340,57	26 090 600,79
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	15	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	16	1 796,60	1 796,60
Outras dívidas a pagar	17	3 034 749,88	1 567 278,63
		<b>18 495 296,33</b>	<b>49 652 075,15</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	662 877,42	502 668,23
Estado e outros entes públicos	11	318 128,44	454 841,74
Financiamentos obtidos	18	2 227 365,56	5 143 007,54
Outras dívidas a pagar	17	4 825 103,43	3 879 171,38
Diferimentos	12	37 030,47	25 442,57
		<b>8 070 505,32</b>	<b>10 005 131,46</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>26 565 801,65</b>	<b>59 657 206,61</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>41 402 741,54</b>	<b>44 761 200,21</b>

O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração

  
Marco Paulo Pereira Medeiros

  
Sofia da Loura Inácio

  
Aida Maria Melo Amaral

Demonstração dos resultados por natureza

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

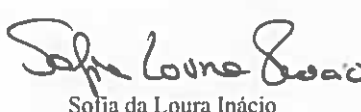
U – Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	19	8 922 975,72	9 218 791,94
Subsídios à exploração	20	6 307,16	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	9	(493 235,05)	(629 934,79)
Fornecimentos e serviços externos	21	(3 093 342,28)	(2 623 137,39)
Gastos com o pessoal	22	(5 375 619,51)	(4 837 247,89)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	314 477,58	96 166,89
Provisões (aumentos/reduções)	5, 14	69 297,18	8 845,25
Aumentos/reduções de justo valor	6	5 017,55	-
Outros rendimentos	23	840 627,93	799 013,26
Outros gastos	24	(111 947,07)	(365 552,32)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>1 084 559,21</b>	<b>1 666 944,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(1 172 511,55)	(1 169 934,88)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(87 952,34)</b>	<b>497 010,07</b>
Juros e gastos similares suportados	25	(743 424,03)	(905 323,44)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(831 376,37)</b>	<b>(408 313,37)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	(2 944,73)	(12 227,31)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5</b>	<b>(834 321,10)</b>	<b>(420 540,68)</b>

O Contabilista Certificado,

  
Marco Paulo Pereira Medeiros

O Conselho de Administração,

  
Sofia da Loura Inácio

  
Aida Maria Melo Amaral

# Demonstração das alterações no capital próprio

U - Euros

DESCRICÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-NAE						Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes Revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio		
Posição no início de 2021 (Reexpresso)	5; 13	3 000 000,00	4 500,00	74 177,21	(27 798 992,47)	8 903,40	6 693 597,60	(1 547 847,25)	(19 565 661,51)
Alterações no período									
Aplicação dos resultados		-	-	-	(1 547 847,25)	-	-	1 547 847,25	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(271 313,88)	-	(271 313,88)	-	(271 313,88)
Subsídios ao investimento atribuídos		-	-	-	3 669 066,24	-	3 669 066,24	-	3 669 066,24
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	(706 788,28)	-	(706 788,28)	-	(706 788,28)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	249 251,71	-	249 251,71	-	249 251,71
Resultado líquido do período	7	-	-	-	(1 298 595,54)	-	2 690 944,08	1 547 847,25	2 940 195,79
Resultado integral	8	-	-	-	-	-	-	(420 540,68)	(420 540,68)
Operações com detentores de capital no período	9 = 7 + 8	-	-	-	-	-	-	(420 540,68)	(420 540,68)
Subscrições de capital	10	2 150 000,00	-	-	-	-	-	-	2 150 000,00
Posição no fim de 2021	6 + 7 + 8 + 10	5 150 000,00	4 500,00	74 177,21	(29 097 588,01)	8 903,40	9 384 541,68	(420 540,68)	(14 896 006,40)
Posição no início de 2022	6	5 150 000,00	4 500,00	74 177,21	(29 097 588,01)	8 903,40	9 384 541,68	(420 540,68)	(14 896 006,40)
Alterações no período									
Aplicação dos resultados		-	10 500,00	-	(431 040,68)	-	-	420 540,68	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	-	(1 467 471,25)	-	(1 467 471,25)
Subsídios ao investimento atribuídos		-	-	-	10 672 559,27	-	10 672 559,27	-	10 672 559,27
Imputação dos subsídios ao investimento aos resultados		-	-	-	(685 876,90)	-	(685 876,90)	-	(685 876,90)
Correção dos subsídios ao investimento		-	-	-	(3 884,74)	-	(3 884,74)	-	(3 884,74)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(545 841,01)	-	296 589,28	-	(249 251,73)
Resultado líquido do período	7	-	10 500,00	-	(976 881,69)	-	8 811 915,66	420 540,68	8 266 074,65
Resultado integral	8	-	-	-	-	-	-	(834 321,10)	(834 321,10)
Operações com detentores de capital no período	9 = 7 + 8	-	-	-	-	-	-	(834 321,10)	(834 321,10)
Cobertura de prejuízos	10	-	-	-	22 301 192,74	-	-	-	22 301 192,74
Posição no fim de 2022	6 + 7 + 8 + 10	5 150 000,00	15 000,00	74 177,21	(7 773 276,96)	8 903,40	18 196 457,34	(834 321,10)	14 816 939,89

O Contabilista Certificado,

Margarito Paulo P. Medeiros



Sofia da Loura Inácio



Aida Maria Mielo Amaral



## Demonstração de fluxos de caixa

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

U - Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método direto</b>			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		41 158 434,01	37 957 860,05
Pagamentos a fornecedores		(33 229 568,10)	(28 903 934,34)
Pagamentos ao pessoal		(5 258 592,53)	(5 509 963,99)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>2 670 273,38</u>	<u>3 543 961,72</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		7 401,71	7 436,89
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1 877 566,42)	(1 676 513,73)
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>		<u><b>800 108,67</b></u>	<u><b>1 874 884,88</b></u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(1 997 248,44)	(4 523 642,84)
Ativos intangíveis		(49 210,66)	(21 789,70)
Investimentos financeiros		-	(2 150 000,00)
		<u>(2 046 459,10)</u>	<u>(6 695 432,54)</u>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		4 214,00	3 050,00
Subsídios ao investimento		1 676 178,34	3 169 238,66
		<u>1 680 392,34</u>	<u>3 172 288,66</u>
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>		<u><b>(366 066,76)</b></u>	<u><b>(3 523 143,88)</b></u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		11 809 624,82	21 690 700,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	2 150 000,00
		<u>11 809 624,82</u>	<u>23 840 700,00</u>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(11 176 887,25)	(21 707 147,97)
Juros e gastos similares		(812 778,62)	(905 898,26)
		<u>(11 989 665,87)</u>	<u>(22 613 046,23)</u>
<b>Fluxos de atividades de financiamento</b>		<u><b>(180 041,05)</b></u>	<u><b>1 227 653,77</b></u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>254 000,86</b>	<b>(420 605,23)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(25 188,14)	395 417,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>228 812,72</b>	<b>(25 188,14)</b>

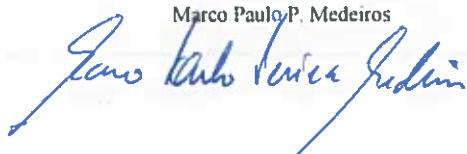
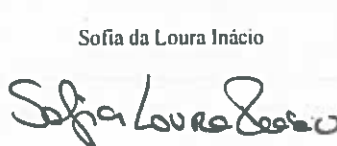
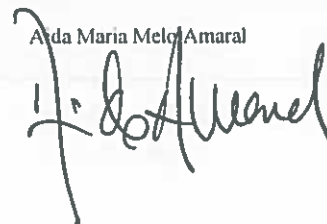
O Contabilista Certificado,

O Conselho de Administração,

Marco Paulo P. Medeiros

Sofia da Loura Inácio

Aida Maria Melo Amaral

Sofia  
A. de Almeida  
Gustavo

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2022 E 2021

## 01 – Introdução

A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. (abreviadamente designada por “LOTAÇOR”), com sede na Rua Eng. Abel Férrin Coutinho, 15, Concelho de Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2005/A, de 22 de julho, sucedendo na totalidade do património e na titularidade de todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, que eram pertença da LOTAÇOR – Serviço Açoriano de Lotas, EP, que foi extinta por aquele diploma, continuando, assim, a sua personalidade jurídica e conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica.

A LOTAÇOR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades comerciais e do setor empresarial do Estado e por disposições do Governo Regional, relacionadas com o setor das pescas e com a própria empresa. Nos termos daquele decreto, as ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação daquele órgão.

O objeto principal da LOTAÇOR é a realização de todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, a exploração de portos de pesca e lotas, bem como a exploração das instalações e equipamentos frigoríficos destinados à congelação, conservação, distribuição e comercialização do pescado na Região Autónoma dos Açores. Poderá ainda exercer outras atividades que estejam relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de outros serviços necessários à atividade das embarcações de pesca, que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

Em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, a LOTAÇOR pode desempenhar serviços de interesse público geral, a nível da exploração, prestação de serviços e investimento nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores, cujos encargos resultantes serão suportados através de verbas do Plano de Investimentos ou do Orçamento da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Assim, sempre que o Governo Regional determinar a prossecução de objetivos setoriais, designadamente a prática de taxas insuscetíveis de proporcionar receitas que cubram a totalidade dos custos ou a realização de investimentos de rentabilidade não demonstrada, os mesmos deverão ser objeto de acordo a estabelecer entre o Governo Regional e a LOTAÇOR, com base em contratos-programa ou, na falta destes, nos orçamentos anuais que a LOTAÇOR formular e que o Governo Regional aprovar.

As taxas a aplicar sobre o valor da primeira venda do pescado nas lotas e preços a pagar pelos serviços prestados pela LOTAÇOR estão estabelecidas pela Portaria nº 24/2018, de 19 de março de 2018, com as alterações introduzida pela Portaria nº 42/2019, de 18 de junho e pelo preçário em vigor na empresa.



## 02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

## 03 – Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

### a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os pressupostos da periodização económica e da continuidade das operações previstos nas NCRF em vigor à data da sua elaboração.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação disponível, tendo concluído que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras, bem como os seus anexos, salvo indicação expressa em contrário, são apresentadas em euros. As transações em outras moedas são convertidas mediante a aplicação da taxa de câmbio, à data da operação, e os efeitos cambiais resultantes de tais operações são reconhecidos, à data do relato, na demonstração de resultados.

### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição compreende o preço de compra e as despesas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou entrada em funcionamento, incluindo os custos dos empréstimos obtidos.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos no custo do ativo. As despesas de reparação e manutenção normais do ativo fixo em exploração são consideradas como gasto no ano a que respeitam.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimo, e, a partir do momento em que o ativo se encontra em condições de ser utilizado, as taxas são estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 8

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação. O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

#### c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### d) Ativos intangíveis

A LOTAÇOR reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a LOTAÇOR e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de *software* e são mesurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela LOTAÇOR necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

**e) Imparidade de ativos não financeiros**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da LOTAÇOR com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

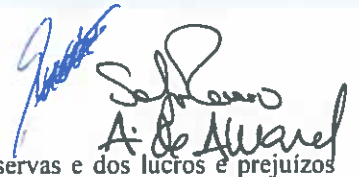
A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

**f) Participações financeiras**

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que LOTAÇOR exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a LOTAÇOR adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a LOTAÇOR tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.



As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à LOTAÇOR do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas subsidiárias e associadas contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas subsidiárias e associadas, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a LOTAÇOR incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

**g) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a LOTAÇOR se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

**h) Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de '*factoring* sem recurso', são relevadas nas demonstrações financeiras da LOTAÇOR até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

**i) Caixa e equivalentes a caixa**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

**j) Fornecedores**

Os saldos de Fornecedores e Outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

**k) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

**l) Outros ativos e passivos financeiros**

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

**m) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A LOTAÇOR desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A LOTAÇOR desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

**n) Capital social**

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

**o) Periodização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

**p) Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A LOTAÇOR tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A LOTAÇOR não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a LOTAÇOR; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a LOTAÇOR;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

A LOTAÇOR, no decurso da sua atividade ordinária, assume como rendimento nas operações de primeira venda, as taxas de lota. As transações do pescado são evidenciadas na rubrica de “Outros créditos a receber e outras contas a pagar”. De acordo com a NCRF 20, a propriedade do bem em causa não é assumida pela LOTAÇOR.

As transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são apenas registadas no balanço nas rubricas de clientes e fornecedores. Os movimentos financeiros correspondentes a essas

transações são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de gelo ou prestações de serviços (taxas de primeira venda e aluguer de equipamentos de frio) líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

As taxas de primeira venda, registadas na rubrica de vendas e serviços prestados, que são determinadas por uma percentagem sobre o valor de pescado transacionado em lota, são suportadas pelos produtores e compradores de peixe.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a LOTAÇOR e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### **q) Subsídios**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a LOTAÇOR cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à LOTAÇOR sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período na rubrica de Vendas e serviços prestados, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

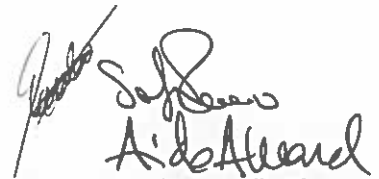
Os subsídios à exploração atribuídos, que não assumem a natureza de prestação de serviços à Região Autónoma dos Açores, são registados na rubrica de Subsídios à exploração.

#### **r) Benefícios dos empregados**

A LOTAÇOR reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.





Com base no Acordo de Empresa, a LOTAÇOR tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados reformados, quer por velhice, quer por invalidez, que à data de 31 de dezembro de 2018, já tenham completado 63 anos de idade e que mantenham um vínculo efetivo através de contrato de trabalho sem termo.

A LOTAÇOR aderiu a um fundo de pensões, com um plano de benefícios definido, para financiar a totalidade das responsabilidades com esses trabalhadores no ativo e reformados.

Os pagamentos das responsabilidades acima referidas são calculados com base em estudos atuariais efetuados pela sociedade gestora do fundo, sendo aplicada a NCRF 28 – Benefícios dos empregados para a sua contabilização.

As responsabilidades da LOTAÇOR com as pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, com base no método de cálculo “*Projected Unit Credit*”. Este método consiste em mensurar o valor das responsabilidades para cada participante de acordo com o tempo de serviço prestado durante a sua vida ativa. Por cada ano de serviço prestado é-lhe atribuída uma unidade de crédito. Essa unidade de crédito é quantificada em cada ano pelo custo normal do plano. A responsabilidade total para cada participante consiste na determinação do valor atual dos benefícios acumulados de reforma, reportado à data de avaliação.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

A LOTAÇOR reconhece como um gasto, na sua demonstração dos resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) as perdas e ganhos atuariais do período.

Na sequência da revisão do Acordo de Empresa, verificada no ano de 2018, foi autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundo de Pensões em dezembro de 2021, foi criado um plano de pensões de contribuições definidas e de natureza contributiva para os restantes trabalhadores com efeitos retroagidos a 1 de janeiro de 2018. A LOTAÇOR contribui, mensalmente, com um montante de dois por cento da remuneração auferida.

#### **s) Imposto sobre o rendimento**

A LOTAÇOR reconhece o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. São registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

**t) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

**u) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

**v) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

**w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

**Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A LOTAÇOR avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A LOTAÇOR faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

**Imparidade dos ativos não correntes**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da LOTAÇOR.

**Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela LOTAÇOR da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

**Provisões**

A LOTAÇOR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

**Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados**

Como indicado na nota 3 r), o Plano de Pensões de Benefício definido, continuará a abranger os atuais pensionistas e os trabalhadores ao serviço da LOTAÇOR que, à data de 31 de dezembro de 2018, já tinham completado 63 anos de idade.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e vencimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

**04 – Fluxos de caixa**

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Como indicado na Nota 3 (p), os movimentos financeiros correspondentes às transações relacionadas com a primeira venda de pescado fresco realizada em lota, pelo sistema de leilão, são evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores.

A LOTAÇOR classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, detalha-se como se segue:

	<i>U – Euros</i>	
	2022	2021
Numerário	3 175,93	2 660,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	269 251,95	125 190,46
	<b>272 427,88</b>	<b>127 850,46</b>
Depósitos à ordem – saldos credores	(43 615,16)	(153 038,60)
	<b>228 812,72</b>	<b>(25 188,14)</b>

## 05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros



Durante o ano de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos. Exceto que se procedeu ao reconhecimento do método de equivalência patrimonial pela primeira vez, na mensuração da participação financeira detida na subsidiária SANTA CATARINA.

Os ajustamentos, em referência a 1 de janeiro de 2020, no balanço e na demonstração dos resultados, as quais foram reexpressos em conformidade, resultantes da correção deste erro, detalham-se abaixo:

*U-Euros*

	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2021		
	01/01/2020	Ajustamentos	31/12/2020	01/01/2021	Ajustamentos	31/12/2021 (reexpresso)
<b>Balanço</b>						
Passivo não corrente						
Provisões	20 909 314,19	249 251,71	21 158 565,90	21 158 565,90	629 934,79	21 788 500,69
Capital Próprio						
Resultados transitados	20 909 314,19	249 251,71	21 158 565,90	21 158 565,90	629 934,79	21 788 500,69
Demonstração dos resultados						
Perdas imputadas a subsidiárias		(249 251,71)			(629 934,79)	

## 06 – Partes relacionadas

As ações representativas do capital social são detidas integralmente pela Região Autónoma dos Açores. O valor subscrito é representado por 1.030.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com acionistas e com as partes relacionadas:

*U – Euros*

	2022	2021
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>		
Subsídios ao investimento	765 000,00	-
Compensação à Exploração	5 647 225,18	9 147 165,48
	<b>6 412 225,18</b>	<b>9 147 165,48</b>
<b>SANTA CATARINA, SA</b>		
Vendas e serviços prestados	92 036,70	9 028,29
	<b>92 036,70</b>	<b>9 028,29</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a LOTAÇOR apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

	U - Euros	
	2022	2021
<b>Outros ativos financeiros</b>		
Financiamentos concedidos		
SANTA CATARINA, S.A.	-	19 520 729,04
	-	<b>19 520 729,04</b>
<b>Clientes</b>		
Empresas subsidiárias		
SANTA CATARINA, S.A.	-	165 716,63
	-	<b>165 716,63</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Região Autónoma dos Açores	735 000,00	-
Empresas subsidiárias		
SANTA CATARINA, S.A.	266 102,75	-
	<b>1 001 102,75</b>	-

Tendo em vista a viabilidade e reestruturação económico-financeira da subsidiária SANTA CATARINA, até ao exercício de 2021, a LOTAÇOR disponibilizou fundos financeiros no montante acumulado de 19.520.729 euros.

No exercício de 2022 verificou-se a cessão de exploração da unidade fabril de SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., por um prazo de 10 anos, podendo ser prorrogado por mais 5 anos, com a possibilidade de exercício de opção de compra da totalidade do capital social desta subsidiária.

Associado ao processo de cessão de exploração, foram desencadeadas um conjunto de medidas de saneamento financeiro que se consubstanciaram-se na cobertura de prejuízos acumulados na SANTA CATARINA no montante total de 22.085.089,99 euros, através de parte dos valores reconhecidos, na subsidiária, como prestações acessórias e no montante de 14.304.626,29 euros. Procedeu-se, também, a um aumento do Capital Social da subsidiária SANTA CATARINA, no montante de 4.950.000,00 euros, realizado através da conversão das prestações acessórias. Sendo que, o montante renascente das prestações acessórias, no montante de 266.102,75 euros, passa a ser considerado um passivo corrente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam também os seguintes ativos financeiros, que se encontravam registados ao custo.

	U - Euros	
	2022	2021
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Fundo de compensação do trabalho	34 121,69	20 822,41
	<b>34 121,69</b>	<b>20 822,41</b>

As entregas mensais para o Fundo de Compensação de Trabalho, são reconhecidas como um ativo financeiro e mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando que, em 31 de dezembro, o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo, apresentou uma variação positiva, no montante de 5.017,55 euros, foi considerado um ganho por aumentos de justo valor em investimentos financeiros.

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

U - Euros

	Terras	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Tanques e vasilhame	Outras imobilizações	Ativos em curso	Total
<b>Custo</b>										
Em 1 de janeiro de 2021	850 204,30	39 382 746,00	16 581 175,54	562 788,70	506 558,00	117 462,89	297 607,33	12 919,90	522 717,03	58 834 179,69
Adições	-	18 558,04	28 746,60	9 396,55	18 095,70	3 457,98	9 540,00	-	4 766 015,92	4 853 810,79
Abates	-	-	(294 969,88)	-	(7 024,90)	(8 728,32)	-	-	-	(310 723,10)
Alienações	-	-	-	(35 023,30)	-	-	-	-	-	(35 023,30)
Transferências	-	3 699 393,18	14 979,61	-	-	-	-	-	(3 714 372,79)	-
Em 31 de dezembro de 2021	850 204,30	43 100 697,22	16 329 931,87	537 161,95	517 628,80	112 192,55	307 147,33	12 919,90	1 574 360,16	63 342 244,08
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Em 1 de janeiro de 2021	-	23 518 795,52	14 309 909,58	562 788,70	451 448,86	97 479,85	233 491,43	12 298,18	-	39 186 212,12
Adições	-	532 078,23	561 959,38	391,52	18 338,91	7 930,10	28 834,69	584,01	-	1 130 136,84
Abates	-	-	(294 969,88)	-	(6 922,26)	(8 728,32)	-	-	-	(310 620,46)
Alienações	-	-	-	(35 023,30)	-	-	-	-	-	(35 023,30)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	24 050 873,75	14 576 899,08	528 156,92	462 885,51	96 681,63	262 326,12	12 882,19	-	39 990 705,20
<b>Valor líquido - 2021</b>	850 204,30	19 049 823,47	1 753 032,79	9 005,03	54 743,29	15 510,92	44 821,21	37,71	1 574 360,16	23 351 538,88
<b>Custo</b>										
Em 1 de janeiro de 2022	850 204,30	43 100 697,22	16 329 931,87	537 161,95	517 628,80	112 192,55	307 147,33	12 919,90	1 574 360,16	63 342 244,08
Adições	-	93 491,08	149 182,84	40 950,00	12 875,56	5 837,55	49 688,37	-	3 397 251,54	3 749 276,94
Abates	-	-	(713 971,73)	(52 095,03)	(149,85)	-	-	-	-	(766 216,61)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	1 498 488,08	68 900,00	138 000,00	48 224,22	-	-	-	(1 753 612,30)	-
Em 31 de dezembro de 2022	850 204,30	44 692 676,38	15 834 042,98	664 016,92	578 578,73	118 030,10	350 835,70	12 919,90	3 217 999,40	66 325 304,41
<b>Depreciações acumuladas</b>										
Em 1 de janeiro de 2022	-	24 050 873,75	14 576 899,08	528 156,92	462 885,51	96 681,63	262 326,12	12 882,19	-	39 990 705,20
Adições	-	617 134,47	442 746,19	21 755,39	27 135,83	6 849,86	37 927,19	10,77	-	1 153 559,70
Abates	-	-	(705 296,10)	(52 095,03)	(149,85)	-	-	-	-	(757 540,98)
Em 31 de dezembro de 2022	-	24 668 008,22	14 314 349,17	497 817,28	489 871,49	103 531,49	300 253,31	12 892,96	-	40 386 723,92
<b>Valor líquido - 2022</b>	850 204,30	20 024 668,16	1 519 693,81	166 199,64	88 707,24	14 498,61	56 582,39	26,94	3 217 999,40	25 938 580,49



*João*  
*S. Paulo*  
*A. de Azevedo*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor acumulado dos investimentos em curso compreende:

*U - Euros*

	2022	2021
Prestação de Serviços de Reparação do E. F. da Madalena, Pico	2 488 461,04	76 990,00
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F Vila do Porto, Santa Maria	-	1 476 226,23
Projeto de fiscalização e empreitada de requalificação do E F das Lajes, Flores	720 944,36	21 143,93
Reparação da envolvente do edifício sede	3 750,00	-
Requalificação da cobertura da lota de St.ª Cruz das Flores	4 844,00	-
	<b>3 217 999,40</b>	<b>1 574 360,16</b>

### 08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nesta rubrica, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

*U - Euros*

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Custo</b>			
Em 1 de janeiro de 2021	165 202,64	-	165 202,64
Adições	5 515,00	-	5 515,00
Em 31 de dezembro de 2021	<u>170 717,64</u>	-	<u>170 717,64</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Em 1 de janeiro de 2021	120 219,61	-	120 219,61
Adições	19 798,04	-	19 798,04
Em 31 de dezembro de 2021	<u>140 017,65</u>	-	<u>140 017,65</u>
<b>Valor líquido</b>	<b>30 699,99</b>	<b>-</b>	<b>30 699,99</b>
<b>Custo</b>			
Em 1 de janeiro de 2022	170 717,64	-	170 717,64
Adições	-	36 539,76	36 539,76
Em 31 de dezembro de 2022	<u>170 717,64</u>	<u>36 539,76</u>	<u>207 257,40</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Em 1 de janeiro de 2022	140 017,65	-	140 017,65
Adições	18 951,85	-	18 951,85
Em 31 de dezembro de 2022	<u>158 969,50</u>	-	<u>158 969,50</u>
<b>Valor líquido</b>	<b>11 748,14</b>	<b>36 539,76</b>	<b>48 287,90</b>

**09 – Participações financeiras**

A rubrica de participações financeiras compreende exclusivamente a subsidiária SANTA CATARINA. No exercício de 2022, foi adotado, pela primeira vez, o método de equivalência patrimonial, como explicado na nota 5, com os seguintes movimentos:

*U – Euros*

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	-	-
Aumento de capital social por conversão de prestações acessórias	4 950 000,00	-
Perdas imputadas no ano	296 589,28	(636 084,86)
Transferência - Provisões (Nota 14)	(493 235,05)	636 084,86
<b>Saldo final</b>	<b>4 753 354,23</b>	<b>-</b>

Como a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico de SANTA CATARINA, a quantia escriturada nesta rúbrica foi reduzida a zero e o prejuízo apurado no ano de 2021 transferido para a rúbrica de Provisões (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujos principais indicadores são abaixo apresentados:

*U – Euros*

	Capital detido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rédito	Resultado do período
31 de dezembro de 2021	100,00%	9.569.371,55	11.843.293,29	(2.273.921,74)	9.150.335,52	(636.084,86)
31 de dezembro de 2022	100,00%	7.357.177,71	2.603.823,48	4.753.354,23	9.443.219,45	(493.235,05)

Como indicado na nota 6, no decurso do ano de 2022, verificou-se a cessão de exploração da unidade fabril de SANTA CATARINA e em simultâneo, o Conselho de Administração da LOTAÇOR, em conjunto com o Governo Regional dos Açores, promoveram um conjunto de operações com vista ao equilíbrio financeiro e económico da subsidiária SANTA CATARINA e do grupo LOTAÇOR.

Esta subsidiária é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

**10 – Clientes e outros créditos a receber**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Clientes e outros créditos a receber resume-se como se segue:

U – Euros

	2022		2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Clientes</b>				
Clientes c/c	-	1 173 519,46	105 095,73	767 543,30
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas	-	-	-	-
SANTA CATARINA, S.A.	-	-	-	124 507,71
Clientes de cobrança duvidosa	-	714 989,84	740 213,25	202 601,41
Perdas por imparidades acumuladas	-	(702 277,86)	(740 213,25)	(186 145,43)
Clientes -contratos de abastecimento direto	-	-	-	188 187,83
SANTA CATARINA, S.A.	-	-	-	41 208,92
	-	<b>1 186 231,44</b>	<b>105 095,73</b>	<b>1 137 903,74</b>
<b>Outras créditos a receber</b>				
Acréscimos de rendimentos	-	-	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	-	60 498,85	-	-
Benefícios pós emprego (Nota 15)	-	96 367,41	-	98 621,64
Outras contas a Receber	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	-	8 547 629,46	-	-
Protocolo da pesca artesanal (Saldo devedores)	-	57 111,05	-	143 255,81
SANTA CATARINA, S.A.	-	266 102,75	-	-
Devedores de cobrança duvidosa	-	1 594 723,23	-	1 910 571,62
Perdas por imparidades acumuladas	-	(1 594 723,23)	-	(1 910 571,62)
Outros devedores	-	86 112,14	-	160 708,95
	-	<b>9 113 821,66</b>	-	<b>402 586,40</b>

Foram celebrados, em 2021 e anos anteriores acordos de confissão de dívida e acordo de pagamentos, celebrados com clientes que apresentavam valores em dívida com antiguidade relevante. A antiguidade das faturas em dívida, e o insucesso na recuperação destes montantes, estiveram na origem de constituição de perdas por imparidade, em períodos anteriores aos da assinatura de tais acordos. Estes saldos são apresentados no balanço deduzidos de imparidades acumuladas.

Nas outras contas a receber, o valor evidenciado em subsídios ao investimento diz respeito à contabilização de apoios financeiros, no momento da sua aprovação, do qual se destaca o apoio financeiro à Requalificação do Entrepasto Frigorífico da Madalena, no montante de 8.361.155 euros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes e outros créditos a receber refletia o seguinte movimento:

*U - Euros*

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	926 358,68	1 434 709,04
Aumentos	43 568,30	-
Reversões	(267 975,01)	(111 826,84)
Anulações	325,89	(396 523,52)
<b>Saldo final</b>	<b>702 277,86</b>	<b>926 358,68</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Saldo inicial	1 910 571,62	2 041 914,11
Aumentos	74 534,56	144 400,03
Reversões	(164 605,43)	(128 740,08)
Anulações	(225 777,52)	(147 002,44)
<b>Saldo final</b>	<b>1 594 723,23</b>	<b>1 910 571,62</b>

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas quando existe evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A antiguidade dos saldos de clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pode ser assim representada:

*U - Euros*

	2022	2021
<b>Saldos de clientes com antiguidade:</b>		
Inferior ou igual a 6 meses	826 519,53	1 008 253,23
Maior que 6 meses e até 1 ano	15 131,37	48 312,36
Maior que 1 ano e até 1,5 anos	143 815,77	4 617,83
Maior que 1,5 anos e até 2 anos	35 027,25	24,27
Superior a 2 anos	868 015,38	1 108 150,46
	<b>1 888 509,30</b>	<b>2 169 358,15</b>
<b>Perdas por imparidades acumuladas</b>	<b>(702 277,86)</b>	<b>(926 358,68)</b>
	<b>1 186 231,44</b>	<b>1 242 999,47</b>

## 11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 resumem-se como se segue:

	2022				2021			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Imposto sobre o rendimento</b>								
IRC a recuperar / pagar	-	36 431,27	-	-	-	39 529,82	-	-
<b>Retenções de imposto sobre o rendimento</b>								
Trabalho dependente	-	-	-	31 614,75	-	-	-	35 681,18
Rendimentos profissionais	-	-	-	260,25	-	-	-	219,56
Rendimentos prediais	-	-	-	163,79	-	-	-	185,57
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>								
IVA a recuperar / pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
IVA a recuperar / pagar	-	-	-	138 428,92	-	-	-	265 896,98
<b>Contribuições para a segurança social</b>								
Contribuições para a segurança social	-	-	257 706,46	145 617,62	-	-	301 150,15	152 858,45
<b>Fundo de Garantia e Compensação do Trabalho</b>								
Fundo de Garantia e Compensação do Trabalho	-	-	-	2 043,11	-	-	-	-
	-	36 431,27	257 706,46	318 128,44	-	39 529,82	301 150,15	454 841,74

O saldo do IRC a recuperar, nos anos de 2022 e 2021, detalha-se como se segue:

	U Euros	
	2022	2021
Pagamentos especiais por conta	28 762,72	29 675,16
Retenções na fonte - a pagar	-	2 473,59
IRC do período	7 668,55	7 381,07
<b>Saldo final - IRC a pagar / (recuperar)</b>	<b>36 431,27</b>	<b>39 529,82</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	U Euros		
	2022	2021	Ano de reporte
2015	-	912,44	2021
2016	9 880,46	9 880,46	2022
2017	8 724,22	8 724,22	2023
2018	10 158,04	10 158,04	2024
	28 762,72	29 675,16	

Os montantes classificados como não corrente referem-se às contribuições para a segurança social a liquidar a médio e longo prazo, no âmbito dos planos prestacionais estabelecidos com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e vencem-se juntamente com os respetivos juros vincendos nos seguintes anos:

U - Euros

Anos	2022		2021	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2023	0,00	0,00	43 454,04	11 840,32
2024	43 454,04	18 350,15	43 454,04	13 800,10
2025	43 454,04	20 956,09	43 454,04	15 759,88
2026	43 454,04	23 562,03	43 454,04	17 719,65
2027	43 454,04	26 167,97	43 454,04	19 679,43
2028	43 454,04	28 773,91	43 454,04	21 639,21
2029	40 436,26	29 109,88	40 425,91	21 891,88
	<b>257 706,46</b>	<b>146 920,03</b>	<b>301 150,15</b>	<b>122 330,47</b>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os prazos de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis, anualmente apurados, são os constantes do quadro abaixo indicado. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 65% do lucro tributável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados. Excecionalmente, para os períodos de tributação de 2020 e 2021, o limite à dedução previsto no n.º 2 do artigo 52.º do CIRC é elevado em 10 pontos percentuais, ou seja, a dedução dos prejuízos fiscais poderá ir até 80% do lucro tributável.

O Conselho de Administração entendeu pelo não registo de ativos por impostos diferidos, a este respeito, por não existir, ainda, a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a LOTAÇOR apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis e respetivos anos de caducidade:

U - Euros

Ano de geração	2022
2014	1 411 441,42
2015	1 435 552,62
2016	1 594 446,00
2017	626 155,07
2018	49 562,62
2019	-
2020	707 435,19
2021	-
2022	680 443,27
	<b>5 824 592,92</b>

O resultado fiscal apurado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

U - Euros

	2022	2021
<b>Resultado líquido do período</b>	(834 321,10)	218 375,88
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	(25 442,05)	38 964,47
Anulação do efeito do método de Eq Patrimonial	493 235,05	-
Multas, coimas e juros compensatórios	10 513,48	3 710,72
<b>IRC e outros impostos que direta ou indi. Incidam s/ lucros</b>		
Pagamento especial por conta	912,83	8 258,69
Tributações autónomas	2 944,73	1 267,31
Derrama municipal	-	1 978,23
Provisões	(69 297,18)	(8 845,25)
Depreciações e amortizações não aceites como gasto	23 810,29	23 204,58
Ajustamentos não tributados decorrentes da aplicação do justo valor	(5 017,55)	-
Adicional ao IMI	173,16	173,16
Gastos não inerentes à formação do lucro tributável	33 501,94	28 620,40
Alienação de ativos fixos tangíveis	2 755,89	-
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imparidades do período não aceites como gasto	(314 212,76)	(96 166,89)
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal</b>	<b>(680 443,27)</b>	<b>219 541,30</b>
Coleta	-	(8 981,77)
Pagamentos especiais por conta	-	8 981,77
Retenções na fonte	(10 613,28)	(10 626,61)
Derrama	-	1 978,23
Tributações autónomas	2 944,73	1 267,31
<b>Imposto corrente - a pagar/(receber)</b>	<b>(7 668,55)</b>	<b>(7 381,07)</b>

## 12 – Diferimentos

### Ativo

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende:

U - Euros

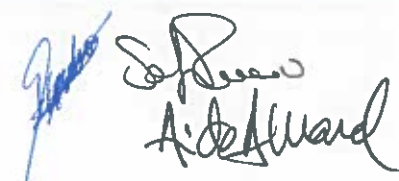
	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	19 423,85	23 626,00
Outros	61,13	817,74
	<b>19 484,98</b>	<b>24 443,74</b>

Esta rubrica compreende, essencialmente, seguros antecipadamente liquidadas que se vencem no ano posterior.



**Passivo**

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 compreende:



*U – Euros*

	2022	2021
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Juros vincendos	18 109,01	25 442,57
Outros	18 921,46	-
	<b>37 030,47</b>	<b>25 442,57</b>

Nesta rúbrica compreende juros vincendos referente a processos de execução de clientes cujo pagamento está diferido no tempo.

**13 – Capital próprio**

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela Região Autónoma dos Açores. O valor subscrito é representado por 1.030.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada.

A reserva legal não pode ser distribuível, a não ser em caso de liquidação da LOTAÇOR, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na assembleia geral realizada a 29 de abril de 2022, a acionista única aprovou a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração no sentido de que o resultado apurado no período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 209.391,11 euros, tivesse a seguinte aplicação:

- Constituição de Reserva Legal, no montante de 10.500,00 euros.
- Mantido, o montante de 198.894,11 euros, em Resultados Transitados.

A Região Autónoma dos Açores, através do despacho N.º 2370/2022, de 15 de novembro de 2022, da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, veio, no exercício de 2022, a desenvolver um conjunto de ações para assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade patrimonial da LOTAÇOR e sua subsidiária SANTA CATARINA. Neste sentido, para além do mencionado na nota 6, a Região Autónoma dos Açores, na qualidade de acionista única, procedeu à cobertura de prejuízos acumulados, no montante correspondente à transferência para a sua esfera, de um conjunto de operações de financiamento, do qual era avalista, no montante total de 14.520.729,04 euros (Nota 18).

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio resume-se como se segue:

*[Handwritten signatures]*  
A. da Silva  
Euros

	Em 31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	5 150 000,00	-	-	-	5 150 000,00
Reservas legais	4 500,00	10 500,00	-	-	15 000,00
Outras reservas	74 177,21	-	-	-	74 177,21
Resultados transitados	(29 097 588,01)	(431 040,68)	-	21 755 351,73	(7 773 276,96)
Ajustamentos em ativos financeiros	-	-	-	296 589,28	296 589,28
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros excedentes	10 700,00	-	-	-	10 700,00
Imposto diferido	(1 796,60)	-	-	-	(1 796,60)
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	10 661 759,36	-	-	9 982 797,63	20 644 556,99
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	-	-	-	-	-
Doações	(1 567 278,63) 290 060,95	-	-	(1 467 471,25)	(3 034 749,88) 290 060,95
Resultado líquido do exercício	(420 540,68)	420 540,68	(834 321,10)	-	(834 321,10)
	(14 896 006,40)	-	(834 321,10)	30 567 267,39	14 836 939,89

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Capital social	3 000 000,00	-	-	2 150 000,00	5 150 000,00
Reservas legais	4 500,00	-	-	-	4 500,00
Outras reservas	74 177,21	-	-	-	74 177,21
Resultados transitados	(27 798 992,47)	(1 547 847,25)	-	249 251,71	(29 097 588,01)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros excedentes	10 700,00	-	-	-	10 700,00
Imposto diferido	(1 796,60)	-	-	-	(1 796,60)
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento	7 699 481,40	-	-	2 962 277,96	10 661 759,36
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	-	-	-	-	-
Doações	(1 295 944,75) 290 060,95	-	-	(271 333,88)	(1 567 278,63) 290 060,95
Resultado líquido do exercício	(1 547 847,25)	1 547 847,25	(420 540,68)	-	(420 540,68)
	(19 568 661,51)	-	(420 540,68)	5 090 195,79	(14 896 006,40)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de subsídios ao investimento e Impostos diferidos resumem-se como se segue:

	U – Euros	
	2022	2021
<b>Outras variações no capital próprio</b>		
Saldo inicial		
Subsídios ao investimento	10 661 759,36	7 699 481,40
Ajustamentos - por impostos	(1 567 278,63)	(1 295 944,75)
<b>Subsídios atribuídos e correções no ano</b>		
Subsídios ao investimento	10 672 559,27	3 669 066,24
Ajustamentos - por impostos	(1 467 471,25)	(271 333,88)
Correções aos subsídios	(3 884,74)	-
<b>Imputação aos resultados do ano</b>		
Subsídios ao investimento	(685 876,90)	(706 788,28)
<b>Saldo final</b>		
Subsídios ao investimento	20 644 556,99	10 661 759,36
Ajustamentos - por impostos	(3 034 749,88)	(1 567 278,63)
	17 609 807,11	9 094 480,73

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante de 3.034.749,88 euros e de 1.567.278,63 euros, respetivamente, referente ao ajustamento do imposto a pagar no futuro é reconhecido como passivo não corrente em Outras dívidas a pagar (Nota 17).

#### 14 – Provisões

Em 2022 e 2021, o saldo evidenciado como não corrente, relativo à rubrica de provisões, resume-se a:

U – Euros

	2022	2021 (Reexpresso)
<b>Processos judiciais em curso</b>		
Saldo inicial	152 000,00	167 000,00
Aumentos	-	-
Utilizações	-	(15 000,00)
Reversões	(69 297,18)	-
	<b>82 702,82</b>	<b>152 000,00</b>
<b>Outras Provisões</b>		
Saldo inicial	21 539 248,98	21 672 115,68
Aumentos	-	-
Utilizações	(21 539 248,98)	(124 021,45)
Reversões	-	(8 845,25)
	-	<b>21 539 248,98</b>
<b>Saldo final</b>	<b>82 702,82</b>	<b>21 691 248,98</b>

Verificou-se a existência de processos judiciais, apresentados contra a LOTAÇOR. A saber;

- Burla informática e falsificação de IBAN da subsidiária SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, SA, ocorrida em julho de 2020, que resultou na perda de 200.000 euros, dois quais cerca de 60.000 euros são irrecuperáveis e os restantes 140.000 euros estão bloqueados por diversas contas bancárias e sobre os quais existe um litígio em tribunal. No exercício de 2022 a LOTAÇOR recuperou 69.297,18 euros, aguardando instrução do tribunal para ser ressarcido do remanescente;
- Despacho instrutório, datado de 6 de julho de 2020, da Inspeção Regional do Ambiente, no que respeita aos requisitos de armazenagem de óleos minerais usados, no valor de 12.000 euros;

No ano de 2021 e na rubrica de Outras provisões, a utilização de 124.021 euros resultou da aprovação da alteração do contrato do fundo de pensões de benefícios definidos, que originou a constituição de um plano de pensões de contribuições definidas, sendo as contribuições de 2018 a 2020 para este plano fixadas em 162.479 euros (Nota 15), do qual resultou uma insuficiência de 38.457 euros evidenciada na rubrica Outros Gastos (Nota 24).

U – Euros

Anos	Contribuições
2018	50 889,09
2019	55 109,56
2020	56 480,24
	162 478,89
2021	62 095,28
	224 574,17
Provisão constituída	124 021,45
Insuficiência da provisão	38 457,44

Como explicado na nota 5, as demonstrações financeiras foram reexpressas pelo facto de se reconhecer, pela primeira vez, o método de equivalência patrimonial da subsidiária SANTA CATARINA, sendo revelado nesta rubrica a parcela de prejuízos que excede o valor contabilístico da participação financeira:

U – Euros

	2022	2021
Prejuízos transitados de 1 de janeiro	21 788 500,69	21 158 565,90
Transferências para Participação Financeira (Nota 9)	296 589,28	629 934,79
Cobertura de prejuízo	(22 085 089,97)	-
	-	21 788 500,69

## 15 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades por benefícios pós emprego reconhecido no Balanço é determinado como segue:

U – Euros

	2022	2021
Obrigação de Benefícios projetados	410 619,07	551 244,97
Ativos do Plano ao Valor de Mercado	(506 986,48)	(649 886,61)
Situação do Fundo (Nota 10)	(96 367,41)	(98 641,64)

Em conformidade com os estudos atuariais e respetivos pressupostos, reportados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades da LOTAÇOR decorrentes do plano de benefício definido, com pensões e complementos de pensões de reforma eram as seguintes:

U – Euros

	2022	2021
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores reformados	410 619,07	551 244,97
Valor atual das responsabilidades com trabalhadores no ativo, por serviços passados	-	-
	410 619,07	551 244,97

A esperança média de vida (EMV) dos beneficiários é a seguinte:

	Nº de Colaboradores	Idade Mínima	EMV
Ativos	1	68	15,51
Pensionistas	25	62	20,28
	<u>26</u>		

Os estudos atuariais acima mencionados quantificam o valor atual das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados, de acordo com os seguintes pressupostos:

Tabelas	2022	2021
Tabela de Mortalidade	TV73_77	TV73_77
Tabela de Invalidez	EVK80	EVK80
<b>Taxas</b>		
Taxa de Rendimento do Fundo	3,85%	0,75%
Taxa de Crescimento dos Salários	1,75%	1,75%
Taxa de Atualização das Pensões	3,85%	1,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	0%	0%
Taxa de Crescimento das Remunerações (S Social)	0,75%	0,75%
<b>Dados Gerais</b>		
Idade Normal de Reforma	66	66
Nº de Pagamento de Benefícios	14	14

O total das responsabilidades determinadas com base nos pressupostos definidos pela LOTAÇOR e pela sociedade gestora do fundo e ainda não financiados pelo fundo de pensões é evidenciado na rubrica responsabilidades por benefício pós-emprego, conforme se indica:

	U - Euros	
	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	(98 621,64)	9 716,52
Custos com Pensões	2 254,23	(108 338,16)
Correção	-	-
Menos		
Contribuições para o Fundo de Pensões (em numerário)	-	-
	<b>(96 367,41)</b>	<b>(98 621,64)</b>

Em referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o encargo com pensões, contabilizado na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 22), foi apurado como segue:

	U - Euros	
	2022	2021
Custo dos Serviços Correntes	-	42 863,99
Custo dos Juros	4 134,34	9 631,19
Retorno Real dos Ativos (perda)	77 972,31	(62 799,43)
Perdas / (Ganhos) Atuariais do Ano	(91 766,26)	(2 332,79)
Cortes ou liquidações	-	(107 508,64)
Pensões pagas + Encargos/Pensões Pagas	11 913,84	11 807,52
	<b>2 254,23</b>	<b>(108 338,16)</b>

Durante o exercício de 2022 e 2021, o património do fundo de pensões teve a seguinte evolução:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro	649 886,61	953 401,49
Contribuições do ano	-	-
Rendimento do ano - (ganho)/perda	(77 992,31)	62 819,43
Pensões pagas no ano	(64 907,82)	(65 562,90)
Transferência para o Fundo de Pensões (CD)	-	(300 771,41)
	506 986,48	649 886,61

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o património do Fundo de Pensões Aberto na Real Previdência Empresas, F.P. apresentava a seguinte composição (percentual):

	2022	2021
Disponibilidades e Outros	8,80%	12,80%
Imóveis	17,90%	13,50%
Fundos de Investimento (unidades de participação)	4,80%	5,60%
Ações	22,60%	23,60%
Obrigações	45,90%	44,40%
	100%	100%

O valor de unidade de participação do fundo de pensões era de 6,824 euros em 31 de dezembro de 2022 (em 2021: 7,7947 euros).

#### 16- Passivo por impostos diferidos

No exercício de 2014, foi cedido pela Região Autónoma dos Açores, à LOTAÇOR, a título definitivo e gratuito, um imóvel localizado na freguesia da Ribeira Quente, Concelho de Povoação. O Conselho de Administração da LOTAÇOR, solicitou, no ano de 2019, uma avaliação a um perito independente. Segundo relatório de avaliação, o imóvel em questão é um terreno para construção e foi avaliado no montante de 10.700 euros.

No exercício de 2019, procedeu-se ao registo contabilístico do excedente de revalorização e consequente efeito fiscal do imposto diferido (Nota 13).

### 17 – Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de fornecedores e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

U – Euros

	2022		2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores c/c	-	662 877,42	-	502 668,23
Empresas subsidiárias e outras partes relacionadas	-	662 877,42	-	502 668,23
<b>Outras dívidas a pagar</b>				
Pessoal	-	1 869,50	-	607,59
Fornecedores de Investimentos	-	2 403 134,08	-	609 814,22
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>				
Remunerações a liquidar	-	626 043,65	-	589 832,89
Juros a liquidar	-	115 267,34	-	141 449,41
Outros acréscimos de gastos	-	184 758,80	-	298 707,91
<b>Outras contas a pagar</b>				
Fundo Pesca	-	63 071,20	-	191 886,47
Segurança Social da pesca artesanal	-	281 984,96	-	343 796,40
Protocolo da pesca artesanal (saldo credores)	-	37 611,71	-	40 139,99
Mútua dos pescadores	-	900 382,03	-	871 851,89
Ajustamentos em subsídios não reembolsáveis	3 034 749,88	-	1 567 278,63	-
Fundo Europeu dos Assuntos do Mar (Adiantamentos solicitados)	-	-	-	444 873,98
Outros credores	-	210 980,16	-	346 210,63
	<b>3 034 749,88</b>	<b>4 825 103,43</b>	<b>1 567 278,63</b>	<b>3 879 171,38</b>

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio (Ver Nota 14).

Como mencionado na nota 24, no exercício de 2021, foram acrescidos os gastos, no montante de 185.106,37 euros, com a compensação, por cada tonelada de tunídeos descarregado nos entrepostos frigoríficos de Ponta Delgada e Madalena, por armadores que não têm frota de armamento naqueles portos.



## 18 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

*U – Euros*

	2022		2021	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários a médio e longo prazo	15 118 340,57	1 250 361,19	26 090 600,79	4 618 003,17
Contas correntes caucionadas	-	977 004,37	-	525 004,37
	<b>15 118 340,57</b>	<b>2 227 365,56</b>	<b>26 090 600,79</b>	<b>5 143 007,54</b>

O saldo evidenciado em empréstimos bancários não correntes tem o seguinte vencimento anual:

*U – Euros*

Ano	2022	2021
2023	-	3 330 633,81
2024	1 260 861,43	3 343 529,57
2025	1 263 091,09	3 151 049,18
2026	1 265 386,61	3 697 325,90
2027	1 249 880,26	2 175 894,26
2028	1 249 866,54	10 392 168,07
2029 e seguintes	8 829 254,65	-
	<b>15 118 340,57</b>	<b>26 090 600,79</b>

Os empréstimos bancários a médio e longo prazo encontram-se distribuídos da seguinte forma:

*U – Euros*

Instituição	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Santander Totta 3)	624 439,92	57 095,27	681 535,19	680 645,82	63 130,59	743 776,41
Caixa de Crédito Agrícola e Mútuo dos Açores 1)	-	-	-	958 708,22	239 676,84	1 198 385,06
Caixa de Crédito Agrícola e Mútuo dos Açores 3)	55 176,92	16 375,95	71 552,87	71 552,89	16 651,03	88 203,92
BPI 1)	-	-	-	-	1 300 000,00	1 300 000,00
CEM - Caixa Econ. Misericórdia de Angra Heroísmo 1)	-	-	-	958 242,61	370 018,40	1 328 261,01
CEM - Caixa Econ. Misericórdia de Angra Heroísmo 1)	-	-	-	843 120,35	148 041,65	991 162,00
Eurobic 1)	-	-	-	3 108 695,80	478 260,84	3 586 956,64
Santander Totta 1)	-	-	-	2 792 307,75	507 692,31	3 300 000,06
Novo Banco dos Açores 2)	-	-	-	84 983,58	28 862,91	113 846,49
Millennium BCP 1)	-	-	-	4 365 079,42	523 809,52	4 888 888,94
BPI 1)	3 947 368,95	350 877,24	4 298 246,19	4 298 246,19	350 877,24	4 649 123,43
BPI 2)	7 338 035,44	590 982,72	7 929 018,16	7 929 018,16	590 981,84	8 520 000,00
Novo Banco dos Açores 2)	3 153 319,34	235 030,01	3 388 349,35	-	-	-
	<b>15 118 340,57</b>	<b>1 250 361,19</b>	<b>16 368 701,76</b>	<b>26 090 600,79</b>	<b>4 618 003,17</b>	<b>30 708 603,96</b>

Todos os empréstimos bancários acima referidos estão garantidos por livrança subscrita pela LOTAÇOR e:

- 1) Aval da RAA.
- 2) Carta conforto da RAA.
- 3) Hipoteca de Imóvel

Como mencionado na nota 13, a Região Autónoma dos Açores, através do despacho N.º 2370/2022 de 15 de novembro de 2022, da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, procedeu à cobertura de prejuízos acumulados, no montante correspondente à transferência para a sua esfera, de um conjunto de operações de financiamento, dos quais era avalista, no montante total de 14.520.729,04 euros.

Os empréstimos bancários a médio e longo prazo vencem juros com spreads que variam entre 0,50% e 2,75%.

As contas correntes caucionadas, encontram-se distribuídas pelas seguintes instituições de crédito:

Instituição	Plafond	U - Euros	
		2022	2021
Millennium BCP	500 000,00	500 000,00	320 000,00
Santander Totta	500 000,00	227 000,00	80 000,00
Novo Banco dos Açores 1)	250 000,00	250 000,00	125 000,00
Santander Totta (Business Gold Dual)	5 000,00	4,37	4,37
	<b>1 255 000,00</b>	<b>977 004,37</b>	<b>525 004,37</b>

*Todos os empréstimos bancários acima referidos estão garantidos por livrança subscrita pela LOTAÇOR e:*

*1) Carta conforto RAA.*

As contas correntes caucionadas poderão ser utilizadas até ao montante máximo de 1.250.000 euros, vencendo-se juros com spreads que variam entre 2,35% e 3,50% e são semestralmente renovadas.

## 19 – Vendas e serviços prestados

As rubricas de vendas e de prestações de serviços podem ser resumidas conforme se segue:

	U - Euros	
	2022	2021
<b>Vendas</b>	<b>164 855,55</b>	<b>34 223,58</b>
Gelo	164 855,55	34 223,58
<b>Prestações de serviços</b>	<b>8 758 120,17</b>	<b>9 184 568,36</b>
Taxas de lota	2 851 820,01	788 671,88
Comissões de cobrança	35 455,56	29 364,70
Aluguer de frota	614 861,69	43 966,06
Serviços diversos	78 963,15	80 368,01
Outros serviços prestados		
Prest. Serv. Relac. c/ máquinas gelo	498 389,01	944 351,20
Prest. Serv. Relac. c/ equipamento de frio	1 488 375,70	1 854 410,52
Prest. Serv. Relac. c/ comércio de pescado	952 056,73	2 560 099,76
	1 566 903,05	2 096 232,77
Gestão e Administração Portos Pesca	467 611,02	485 104,01
Gestão Investimentos Portos Pesca	1 933,35	4 551,69
Celebração Protocolos com Instituições de Crédito		
Prestação Apoio técnico DRP, Frota de pesca e FORMAR	201 744,90	297 447,76
	<b>8 922 975,72</b>	<b>9 218 791,94</b>

Os montantes referenciados em Outros serviços prestados correspondem exclusivamente e, em conformidade com o artigo 20º do contrato de sociedade, aos serviços de interesse público geral, ao nível da exploração, desempenhados pela LOTAÇOR nos portos de pesca na Região Autónoma dos Açores e aos seus utentes, cujos gastos resultantes são diretamente suportados através de verbas do orçamento da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, quando as taxas sejam insuscetíveis de proporcionar receitas que os cubram na sua totalidade. Estes montantes, são nesta rubrica, registado líquidos do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (Nota 6).

## 20 – Subsídios à Exploração

O montante apresentado como subsídio à exploração diz respeito, unicamente, a apoios financeiros no âmbito do Programa Contratar Estável, pela manutenção de um posto de trabalho.

## 21 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos anos de 2022 e 2021 apresentam a seguinte composição:

	<i>U. Euros</i>	
	2022	2021
Subcontratos	89 998,08	52 175,96
Trabalhos Especializados	150 315,67	98 721,77
Publicidade e Propaganda	2 088,70	2 788,36
Vigilância e Segurança	13 326,39	26 852,40
Honorários	42 535,48	47 303,98
Comissões	17 029,92	12 208,43
Conservação e Reparação	984 945,80	693 854,56
Outros Serviços Especializados	11 106,50	10 475,65
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	8 937,90	8 517,51
Livros e Documentação Técnica	32,52	0,00
Material de Escritório	32 112,81	14 197,78
Artigos para oferta	47,00	-
Outros Materiais	2 472,90	892,68
Electricidade	883 086,83	769 291,05
Combustíveis	75 004,94	64 856,42
Água	93 811,68	104 510,94
Outras Energias e Fluidos	2 300,03	2 322,15
Deslocações e Estadas	32 319,65	30 585,99
Transportes de Mercadorias	149 587,32	211 531,55
Outras Deslocações, Estadas e Transportes	26 949,96	2 667,17
Rendas e Alugueres	128 681,58	157 668,72
Comunicação	86 664,88	91 835,41
Seguros	65 344,51	54 992,03
Contencioso e Notariado	1 496,76	2 614,44
Despesas de Representação	1 307,64	816,64
Limpeza Higiene e Conforto	182 513,67	138 652,31
Outros Serviços Diversos	9 323,16	22 803,49
	<b>3 093 342,28</b>	<b>2 623 137,39</b>

## 22 – Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal, nos anos de 2022 e 2021, apresentam o seguinte desenvolvimento:

	<i>U – Euros</i>	
	2022	2021
Remunerações Órgãos Sociais	122 880,78	125 327,52
Remunerações do Pessoal	4 088 711,43	3 757 793,32
Benefícios Pós Emprego	65 402,05	(46 242,88)
Encargos sobre Remunerações	921 862,74	845 285,07
Seguros de Acidentes Pessoais e doenças profissionais	99 421,95	88 910,38
Gastos de Ação Social	31 671,98	36 058,15
Outros Gastos com Pessoal	45 668,58	30 116,33
	<b>5 375 619,51</b>	<b>4 837 247,89</b>

O número médio de pessoas ao serviço da LOTAÇOR, nos exercícios de 2022 e 2021, é de 210 e 199 trabalhadores, respetivamente.

A rubrica de benefícios pós emprego, tem a seguinte composição: (Nota 15)

	<i>U-Euros</i>	
	2022	2021
Prémios para pensões Plano Benefício Definido	2 254,23	(108 338,16)
Prémios para pensões Plano Contribuição Definido	63 147,82	62 095,28
	<b>65 402,05</b>	<b>(46 242,88)</b>

## 23 – Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos, dos anos de 2022 e 2021, têm a seguinte composição:

	<i>U-Euros</i>	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	11 468,72	13 190,05
Recuperação de dívidas a receber	49,97	251,31
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros		
Alienações de ativos fixos tangíveis	3 986,42	2 584,75
Sinistros	2 298,31	-
Rendas e outros rendimentos	62 746,56	63 952,07
Imputação de subsídios para investimentos	685 876,90	706 788,28
Outros rendimentos e ganhos	74 201,05	12 246,80
	<b>840 627,93</b>	<b>799 013,26</b>

A rubrica de outros rendimentos e ganhos inclui, predominantemente, os encargos financeiros debitados aos clientes por incumprimento dos prazos de pagamento acordados, que já foram validados e aceites.

## 24 – Outros gastos

A rubrica de outros gastos, nos anos de 2022 e 2021, tem a seguinte composição:

	<i>U - Euros</i>	
	2022	2021
Impostos	90 235,60	125 946,43
Dívidas incobráveis	264,82	-
Gastos e Perdas em Inv. Não Finan	8 762,31	2 365,72
Correções relativas a períodos anteriores	-	38 964,47
Juros de mora	10 098,23	11 003,07
Compensação por inoperacionalidade dos Entrepostos Frigoríficos	-	185 106,37
Outros Gastos e Perdas	2 586,11	2 166,26
	<b>111 947,07</b>	<b>365 552,32</b>

No ano de 2021 foi assumido pela LOTAÇOR os gastos a ocorrer, com a compensação, por cada tonelada de tunídeos descarregado nos entrepostos frigoríficos de Ponta Delgada e Madalena, por armadores que não têm frota de armamento naqueles portos (Nota 17).

Ainda no ano de 2021 e na rubrica de correções relativas a exercícios anteriores, o montante de 38.457,44 euros diz respeito ao recálculo das contribuições devidas, no período de 2018, para o Plano de Contribuições Definidos, que tiveram de ser recalculadas, por recomendação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, à data de 01 de janeiro de 2018, quando inicialmente haviam sido estimadas a 01 de outubro de 2018 (Nota 14).

## 25 – Juros, rendimentos e gastos similares

Os juros, rendimentos e gastos similares, dos anos de 2022 e 2021, têm a seguinte composição:

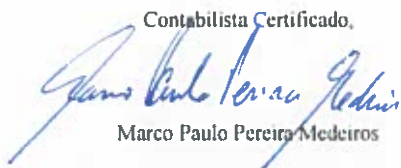
	<i>U - Euros</i>	
	2022	2021
Juros suportados	604 651,79	698 929,48
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	138 772,24	206 393,96
	<b>743 424,03</b>	<b>905 323,44</b>

## 26 – Responsabilidades contingentes

A LOTAÇOR constituiu-se avalista dos empréstimos bancários contraídos pelos armadores, ao abrigo dos protocolos celebrados com os Bancos Santander Totta e Novo Banco dos Açores, LOTAÇOR e Secretaria Regional do Mar e das Pescas que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a 132.940,15 euros de saldo em dívida de empréstimos em curso junto das instituições bancárias (247.946,68 euros, em 2021). Nos termos destes protocolos, entretanto extintos, a LOTAÇOR pode reter uma parte ou a totalidade das quantias que lhe forem devidas pela venda do pescado em lota, tendo como limite o montante das prestações vincendas dos empréstimos, até à completa liquidação das dívidas ao banco e à LOTAÇOR (em caso de incumprimento dos armadores).

Ponta Delgada, 27 de abril de 2023.

Contabilista Certificado,



Marco Paulo Pereira Medeiros

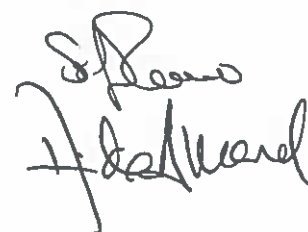
Conselho de Administração,



Sofia da Loura Inácio

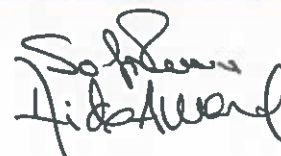


Aida Maria Melo Amaral



## ÓRGÃOS SOCIAIS





### Composição e Mandatos

Os atuais membros do Conselho de Administração foram eleitos, no presente ano de 2023, designadamente a 27 de fevereiro de 2023 (Vogais do Conselho de Administração) e 22 de março de 2023 (Presidente do Conselho de Administração).

Os órgãos sociais em funções durante o período a que se refere o presente relatório são apresentados no quadro seguinte:

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA NOMEAÇÃO	MANDATO
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente	Francisco Jorge Soares Baptista da Silveira	6 de maio de 2022	2021-2023
Representante do acionista	José António Gomes	22 de fevereiro de 2021	2021-2023
Secretário	Pedro Costa Aguiar Ribeiro da Costa	6 de maio de 2022	2021-2023
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Catarina de Lacerda Martins*	22 de fevereiro de 2021	2021-2023
Vogal	Simão Pedro Ferreira Cabral Neves*	29 de janeiro de 2021	2021-2023
Vogal não Executivo	Francisco Afonso de Chaves Cymbron Monteiro da Silva *	10 de outubro de 2022	2021-2023
<b>Fiscal Único</b>			
Efetivo	UHY & Associados, SROC, Lda representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC	22 de fevereiro de 2021	2021-2023
Suplente	António Tavares de Oliveira, ROC	22 de fevereiro de 2021	2021-2023

\*Destituição dos Administradores Executivos e Renúncia ao Cargo do Vogal Não Executivo a 27/02/2023.



**Remunerações do Conselho de Administração em funções no período a que se reporta o presente relatório**

Nos termos da i) do Artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº. 7/2008, na sua redação vigente, o regime do sector publico empresarial da R.A.A), apresentamos os montantes das remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração cessante e o modo como são determinados, incluindo todos os complementos remuneratórios de qualquer espécie, os regimes de previdência. No quadro a seguir indicado, discriminam-se estes pagamentos por Administrador, bem como, os pesos relativos de cada um.

Administradores	Período em Funções	Regime de Previdência	Diário	Mensal		Anual							Peso	
				Sub. Alimentação	Vencimento Base	Despesas Representação	Vencimento Base	Despesas Representação (a)	Sub. Férias	Sub. Natal	Sub. Alimentação	Ajudas Custo		Redução Lei nº 12-A/2010
Catarina de Lacerda Martins	2021 a 2023	Segurança Social	10,00 €	3 648,00 €	1 094,40 €	43 776,00 €	13 132,80 €	3 648,00 €	3 648,00 €	1 719,48 €	1 573,04 €	-3 319,68 €	64 177,64 €	52%
Simão Pedro Ferreira Cabral Neves	2021 a 2023	Segurança Social	10,00 €	3 283,20 €	870,80 €	39 398,40 €	9 849,60 €	3 283,20 €	3 283,20 €	1 449,56 €	4 311,98 €	-2 872,80 €	58 703,14 €	48%
Francisco Afonso de Chaves Cymbron Monterro da Silva	2022 a 2023		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%
<b>Total</b>						83 174,40 €	22 982,40 €	6 931,20 €	6 931,20 €	3 169,04 €	5 885,02 €	-6 192,48 €	122 880,78 €	100%

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração. As despesas de representação do Conselho de Administração são pagas 12 meses por ano.

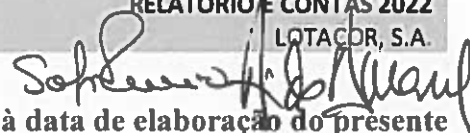
**Mesa da assembleia-geral**

Este órgão social não recebeu qualquer retribuição quer em dinheiro, quer em espécie, em 2022.

**Fiscal único**

O fiscal único da empresa, em 2022, recebeu honorários no montante de 10.320€ (mais IVA).





## **Curriculum Vitae do Conselho de Administração em funções à data de elaboração do presente relatório**

### **Presidente do Conselho de Administração**

**Sofia da Loura Inácio**, nascida a 7 de julho de 1979

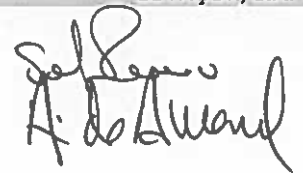
**Habilitações Académicas:** Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Universidade dos Açores, em 2010, com a Dissertação: “A desafetação de solos da Reserva Agrícola Regional – Análise do processo de desafetação nas ilhas do grupo oriental do arquipélago dos Açores de 1992 a 2009”; Pós-Graduada em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental pela Universidade dos Açores, em 2008; Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, em 2002.

**Experiência Profissional:** Advogada estagiária, de setembro de 2002 a março de 2005; Advogada, março de 2005; Jurista da IROA, S.A. de 01/01/2005 a 22/03/2007 e de 25/03/2014 a 14/03/2021; Vogal do Conselho de Administração da IROA, S.A., de 23/03/2007 a 24/03/2014 e de 15/03/2021 a 21/03/2023; Formadora com certificado de competências pedagógicas obtido em março de 2010; Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR– Serviço de Lotas dos Açores, SA, desde o dia 22 de março de 2023; Presidente do Conselho de Administração de SANTA CATARINA– Indústria Conserveira, S.A. desde o dia 31 de março de 2023.

**Outras informações:** Coautora do Livro “Direito Agrário Regional Açores”, Noé Rodrigues / Sofia Inácio, Letras Lavadas Edições, Ponta Delgada, 2013; Vice-Presidente do Sporting Clube Ideal, de 2016 a 2018; 1.ª Vice-Presidente do Conselho de Disciplina da Associação de Futebol de Ponta Delgada, da época desportiva 2018/2019 até ao presente; Secretária da Mesa da Assembleia Geral da IROA, S.A. de 15/05/2018 até 14/03/2021.

**Palestras proferidas:** Oradora em diversas palestras promovidas pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas durante os anos de 2011 e 2012 nas ilhas de Santa Maria, Terceira, Faial, Graciosa, São Jorge e Flores, sob o tema “Modernizar a Agricultura Açoriana e Reforçar os Rendimentos dos Agricultores”; Oradora em duas palestras promovidas pela Região Açores da Ordem dos Engenheiros, na ilha de São Miguel, no ano de 2018, subordinadas ao tema “Uso, Fruição e Disposição da Propriedade Rústica na Região Autónoma dos Açores”; Oradora em diversas palestras promovidas pela IROA, S.A., no ano de 2019, em todas as ilhas do arquipélago dos Açores, subordinadas ao tema “Ordenamento Agrário – Problemáticas do Emparcelamento nos Açores”.

## Vogal Executivo do Conselho de Administração



Aida Maria Melo Amaral, nascida a 29 de dezembro de 1969.

### Habilitações Académicas:

Pós-Graduação em Gestão Hotelaria – Escola Hoteleira dos Açores, entre abril e dezembro de 2006, Licenciatura em Línguas e Literatura Modernas – Variante de Estudos Portugueses e Franceses – Universidade dos Açores, entre 1997 e 2001.

### Experiência Profissional:

Administradora e Diretora Geral da empresa Praia de Lobos – Empreendimento Turísticos S.A Açores, desde maio de 2002 até fevereiro de 2023.

Entre 2014 e dezembro de 2019, coordenadora e gestora na área comercial da Institucional Affairs da Sata, em Lisboa.

Vereadora da Câmara Municipal de Vila do Porto, Santa Maria, entre 2009 e 2012.

Deputada Regional ALRAA - Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, entre novembro de 2008 a março de 2014.

Delegada da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Santa Maria, Açores, entre agosto de 2006 e setembro de 2008.

Formadora da Câmara do Comercio e Indústria de Ponta Delgada, Santa Maria, Açores, de setembro de 2007 a julho de 2010 e entre 2013 e 2022.

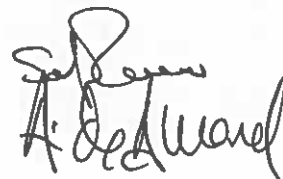
Presidente da Casa do Povo de Santo Espírito Santa Maria, Açores, entre maio de 2002 e maio 2003.

Professora de português e francês, entre 1990 e 1997.

De salientar também a Formação Pedagógica de Formador, onde possui o certificado de aptidão profissional.

Vogal Executivo do Conselho de Administração da LOTAÇOR– Serviço de Lotas dos Açores, SA, desde o dia 27 de fevereiro de 2023; Vogal Executivo do Conselho de Administração de SANTA CATARINA– Indústria Conserveira, S.A. desde o dia 31 de março de 2023.

## Vogal Não Executiva do Conselho de Administração



Rute Maria Antunes de Matos, nascida a 27 de julho de 1978

### Habilitações Académicas:

Mestre em Gestão/MBA, pela UAB Lisboa, em 2015, com a Dissertação "A inteligência emocional: a importância da gestão das emoções para o sucesso das organizações", Master, 2015, Pós-Graduada em Gestão/MBA, UAB Lisboa, em 2011, Licenciada em Contabilidade e Auditoria, IPA - Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos, Lisboa, em 2004.

### Experiência Profissional:

Funções na carreira/categoria de Técnica Superior, na área de Gestão/Economia, no IMAR - Instituto do Mar do Centro do Imar da Universidade dos Açores, de fevereiro de 2008 a março de 2015;

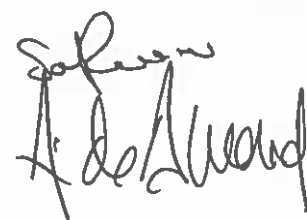
Bolsa de Gestão de Ciência e Tecnologia (BGCT), no IMAR - Instituto do Mar do Centro do Imar da Universidade dos Açores, julho 2017;

No presente, exerce funções em regime de CTFP por tempo indeterminado na DSPEP-DGAF, na ilha do Faial, na categoria e carreira de técnico superior (área de Gestão de Empresas, Economia, Finanças), desenvolvimento das tarefas no âmbito do Mar2020, de dezembro de 2019.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da LOTAÇOR– Serviço de Lotas dos Açores, SA, desde o dia 27 de fevereiro de 2023;

**Outras informações:** Ordem dos Contabilistas Certificados, Membro n.º 78568.

Formação Pedagógica de Formador, em 2011.



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.



1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
5. A estrutura financeira da Entidade encontra-se ainda bastante fragilizada, apesar das medidas financeiras desenvolvidas em 2022, que, também, abarcaram a subsidiária SANTA CATARINA, que foi objeto de um processo de cessão de exploração da sua unidade fabril, por um período de 10 anos. A finalização da reestruturação financeira é essencial para salvaguardar a continuidade das operações e, conseqüentemente, a liquidação dos passivos, exigindo um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único através da disponibilização dos fundos financeiros necessários.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:



- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2023

**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)  
Representada por:  
Manuel Luís Fernandes Branco  
(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 41.402.742 euros e um total de capital próprio de 14.836.940 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 834.321 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

A Entidade apresenta-se ainda com uma deficiente estrutura financeira, apesar das medidas de saneamento financeiro desenvolvidas em 2022 e, nesta conformidade, a liquidação dos passivos está em alguma extensão dependente de um esforço financeiro suplementar por parte do acionista único em disponibilizar os fundos financeiros necessários e, assim, se possa considerar apropriado o pressuposto da continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras, que não incluem a este respeito qualquer ajustamento.



A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Outras matérias**

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual e irão ser também preparadas e aprovadas em separado demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o



relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2023

**UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)